



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS  
LINHA DE PESQUISA II: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES  
ESPACIAIS**

ÚRSULA ANDRÉA DE ARAÚJO SILVA

**CORPO E FRONTEIRA  
O Diário de Samuel Fritz e a conquista do espaço amazônico**

NATAL  
2007

ÚRSULA ANDRÉA DE ARAÚJO SILVA

**CORPO E FRONTEIRA**  
**O Diário de Samuel Fritz e a conquista do espaço amazônico**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa II: Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Emília Monteiro Porto.

PROFA. DRA. MARIA EMÍLIA MONTEIRO PORTO

NATAL  
2007

ÚRSULA ANDRÉA DE ARAÚJO SILVA

CORPO E FRONTEIRA  
O Diário de Samuel Fritz e a conquista do espaço amazônico

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

---

Profa. Dra. Maria Emília Monteiro Porto

---

Prof. Dr. Arno Wehling

---

Profa. Dra. Fátima Martins Lopes

---

Prof. Dr. Paulo César Possamai (Suplente)

NATAL  
2007

*A minha mãe e ao meu esposo.*

## AGRADECIMENTOS

Seria impossível listar todos os agradecimentos e contribuições diversas que recebi durante a gestação desse trabalho e que deram uma nova dimensão ao mesmo.

Muitas pessoas foram importantes durante esse momento da minha vida quando passei por momentos de tribulação pessoal e acadêmica, contudo nunca estive sozinha realmente.

Agradeço, de uma forma geral, a todos aqueles que estiveram comigo e me auxiliaram mesmo que fosse apenas em um momento de desabafo; aos professores que participaram de minha formação nessa nova etapa da vida acadêmica, dentre os quais destaco os professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN, Paulo César Possamai e Fátima Martins Lopes. O primeiro foi importantíssimo durante a reformulação do projeto não só mostrando novas possibilidades como apresentando referências que foram utilíssimas para meu trabalho e a segunda devido ao seu conhecimento da região e de seus cronistas teve papel semelhante e me auxiliou bastante. Vários outros professores de outras instituições foram contatados e me ajudaram em maior ou em menor medida, mas quero salientar aqui a contribuição do professor Eduardo Gusmão de Quadros que também se dedica a estudar o padre Samuel Fritz dentre outros assuntos. Destaco também o papel importantíssimo de um grande amigo que fiz durante esse período, meu companheiro de turma Helder Alexandre Medeiros de Macedo, pessoa humilde, ávido pesquisador e, sobretudo humano e prestativo.

Na fronteira entre os agradecimentos institucionais e pessoais está a minha orientadora e amiga, Maria Emília Monteiro Porto que é uma admirável entusiasta e incentivadora incansável, responsável e co-autora de minha produção desde meus primeiros passos como pesquisadora e que está de todas as formas presente neste trabalho. Agradeço-lhe especialmente por ser mais que uma orientadora, por ser compreensiva, terna, impulsionadora e amiga.

Agradeço aos meus familiares pela torcida incessante e pelo crédito dispensado a mim. Sou grata, sobretudo a minha mãe, Vicência Lourdes de Araújo Silva e a minha sogra, Maria Zilneide Barbosa, mulheres admiráveis e

exemplos de vida e de luta, cada uma com seu estilo próprio demonstrado seu carinho e toda confiança na minha caminhada.

Finalmente, quero tornar público meu agradecimento e reconhecimento a Janio Gustavo Barbosa, meu esposo e historiador que como eu é apaixonado por fazer História, por tudo que ele representa como pessoa para mim e por todo o apoio e acolhimento que me tem prestado, pois certamente sem ele eu não teria conseguido concluir essa etapa.

## RESUMO

Considerando que a tradição jesuítica na qual o padre Samuel Fritz estava integrado tem uma clara dimensão política e institucional que se revela na iniciativa missionária colocada desde o Concílio de Trento, seu Diário é um relato de experiência como missionário na região de Maynás transcorrendo o período de 1686 até 1725. Em sua narrativa observa-se uma série de dados relativos à conquista da Amazônia, disputas entre as Coroas Ibéricas e franceses, holandeses, ingleses, transformação da cultura e do espaço às vésperas do Tratado de Madri. Explorarei aqui a relação entre espaço e o homem, neste caso, o missionário através de suas práticas espaciais, pois uma política efetiva e geométrica de controle das fronteiras foi aplicada somente a partir de 1750 com os governos reformistas e que até então a Amazônia era objeto de iniciativas autônomas não tendo sido até então ação prioritária das políticas estatais concentradas como estavam nas regiões centrais (minas de Prata) e que a ação missionária de Samuel Fritz representou naquele momento o mais importante avanço fronteiriço para a Coroa Espanhola, coincidindo ao fim com os limites acordados posteriormente em Madri e Santo Idelfonso, coloco a questão de como e com quê políticas a experiência de Fritz em Maynás pôde representar um avanço sobre esse espaço amazônico. Assim, abordarei o problema sob três aspectos que correspondem a capítulos: o primeiro capítulo foi dedicado à questão da política atlântica das Coroas Ibéricas e às relações de geopolítica interna que elas criaram como o centro e a periferia fazendo emergir uma nova ordem; no segundo capítulo estudei as transformações espaciais causadas pelo encontro e pelas disputas entre a ordem indígena e europeia gerando uma nova organização; no terceiro examinei os limites políticos do Estado e a emergência do corpo do missionário como instituição, tendo como apoio a tradição e a ação missionária, e em que medida contribuíram, ou não, para o desbravamento da fronteira leste da América Espanhola influenciando no processo de delimitação da fronteira entre Portugal e Espanha.

**Palavras-chave:** Corpo. Fronteira. Amazônia. Samuel Fritz. Espaço.

## ABSTRACT

Considering that the Jesuitical tradition which Father Samuel Fritz belonged, has a clear political and institutional dimension that reveals itself in the missionary initiative placed since the Trento Council, his journal is a experience story as missionary at Maynás region during the period from 1686 until 1725. In his narrative, a series of data related to the conquer of Amazonia, conflicts among the Iberic Kingdoms and french, dutches and british, transformation of culture and space close the period of the Madrid Deal. I'll explore the men and space relationship, in this case, the missionary in his special practice, therefore an effective and geometrical politic for border control was only applied at 1750 with reformist governments and that Amazônia was, until now, an object of autonomous initiatives, not being until now a priority focused state politics action like the ones in the central regions (silver mines) and that the missionary action of Samuel Fritz represented ant that moment represented the most important border advance to the Spanish Kingdom, coinciding with the end of the borders previously set in Madrid and Santo Idelfonso, I'll put the question of how and with which politics the experience of Fritz in Maynás could represent an advance about Amazônia space. Then I'll approach the problem about three aspects that are chapters: The first one was focused to the Iberic Kingdoms atlantic politics and the internal geopolitical relationships they created as the centre and the border emerging a new order; in the second chapter I studied the special transformation cause by the encounter and conflicts between the Indian and European order generating a new organization; in the third chapter I'll examined the political border of the state and the emergency of the missionary body as an institution, with the tradition and missionary action as support, or not, to the exploration of the east border of Spanish America influencing the delimitation process of the border between Portugal and Spain.

Keywords: Body. Border. Amazônia. Samuel Fritz. Space



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. A FÉ E O IMPÉRIO: A Política Atlântica de Portugal e Espanha .....</b>	<b>25</b>
<b>3. A CRUZ E A ESPADA: transformações espaciais e o nascimento de um novo espaço .....</b>	<b>50</b>
<b>4. MURALHAS DO SERTÃO: fronteiras missionais e a corporeidade como instituição de fronteira .....</b>	<b>74</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>118</b>

## INTRODUÇÃO

Muito se tem falado atualmente sobre a questão da internacionalização da Amazônia. Considerada patrimônio mundial da humanidade, alguns argumentam que essa floresta não deveria ser administrada por governos nacionais, mas sim por organizações internacionais que melhor saberiam explorar todo o seu potencial e beneficiar o conjunto da humanidade através da utilização de seus recursos naturais. O grau de persuasão dessa assertiva é forte, mas são muitos os interesses que regem esse assunto. Em um debate ocorrido nos Estados Unidos, o ex-ministro Cristóvam Buarque foi questionado sobre a internacionalização da Amazônia e solicitado que tratasse a questão sob uma ótica humanista e não como brasileiro. Sua resposta<sup>1</sup> foi muito perspicaz e faz pensar a questão sob novos aspectos, pois evidencia a impossibilidade de se colocar sobre a questão sem nacionalidade e questiona a internacionalização de outros patrimônios simbólicos como o Museu do Louvré.

O posicionamento do governo brasileiro, se considerarmos as discussões promovidas pela atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva<sup>2</sup>, tem sido positivo quanto a essa questão, pois ela acredita que o Estado brasileiro é capaz de prover as questões locais e internacionais relativas à soberania desse espaço. Isso seria possível a partir de uma conscientização, através da educação, das comunidades locais e da sociedade brasileira em geral, aliado a um conjunto de políticas públicas que visem garantir o desenvolvimento sustentável desta região, assegurando assim sua preservação e a soberania nacional.

O estudo sobre esse espaço impõe-se contemporaneamente em razão da discussão a partir da qual a Amazônia deixaria de ser um território exclusivamente brasileiro para se tornar um espaço internacional do qual todas as nações poderiam beneficiar-se e intervir em questões de cunho político, econômico, ambiental. Porém sua própria definição é em si internacional já que abrange ou foi dividida em porções entre cinco países sul-americanos.

---

<sup>1</sup> [http://www.ecoturismobrasil.com.br/internacionalizacao\\_da\\_amazonia.htm](http://www.ecoturismobrasil.com.br/internacionalizacao_da_amazonia.htm).

<sup>2</sup> [http://www.unb.br/brasilemquestao/2002/noticias\\_amazon.html](http://www.unb.br/brasilemquestao/2002/noticias_amazon.html).

Para esse trabalho não optamos por uma definição jurisdicional atual da Amazônia, pois esse marco não era uma realidade naquela ocasião. Nossa Amazônia é aquela apresentada por nosso interlocutor, o Samuel Fritz, que está localizada nas imediações dos rios Solimões e Napo, atravessando o atual território brasileiro e comunicando-se com o boliviano e o peruano.

A internacionalização da Amazônia poderia ser considerada como um dos últimos mitos projetados sobre a Amazônia que foi alvo, no passado, do fascínio potencializado pelos mitos com as lendas das Amazonas, do El Dorado, do Paraíso Terreal, do País da Canela. Aos aventureiros e conquistadores que viviam na realidade a impossibilidade de concretizar o mito que os movia a viagens longas e perigosas restou o exotismo da cultura amazônica que despertou curiosidades e pesquisas constituindo gabinetes para esse fim, especialmente no século XIX.<sup>3</sup> Podemos concluir, então, que a intervenção internacional na Amazônia é uma lógica que remonta à época colonial. Essa intervenção ocorria também a nível local, pois o Império Inca manteve diversas populações amazônicas como reinos tributários apesar da barreira natural imposta pela Cordilheira dos Andes, assim o contato entre os Incas e os índios amazônicos era escasso a despeito destes últimos guardarem características herdadas dos Incas.<sup>4</sup>

Após a dominação desse Império e devido aos mitos que rodeavam o imaginário sobre a Amazônia, que na época moderna e pelas resoluções do Tratado de Tordesilhas era uma jurisdição espanhola em quase toda sua extensão, os espanhóis não pouparam esforços para conquistá-la, já que ela era considerada parte do Império Inca e, portanto, possessão espanhola. Então, iniciava-se a penetração espanhola na Amazônia devido ao direito de posse territorial e pelo impulso exercido pelos mitos.

O número de indígenas ali era enorme e sua diversidade também era bastante significativa. Muitos ofereceram resistência à dominação, o que dificultou a criação e a imposição das instituições de colonização e controle usadas em regiões centrais.<sup>5</sup> A solução inicial era enviar missionários para

---

<sup>3</sup> AMÓDIO, Emanuele. La antropologia selvage. Conocimiento Del outro americano y control imperial en la Espana Moderna. In: **Debate y Perspectivas**. n. 2, sept.. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2000.

<sup>4</sup> MEGGERS, Betty J. **Amazônia**. A ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>5</sup> SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 323.

Amazônia assim como foi feito em outras regiões como o México, os Andes e outros para pacificar esses índios e posteriormente ir implantando as estruturas coloniais, porém a diversidade e quantidade de índios aliada ao fato de estarem localizados numa zona e composta de uma cultura periférica exigiu métodos diferentes dos aplicados às regiões centrais que estamos considerando aqui prioritariamente no âmbito econômico. Dessa forma, a política de descaso com localidades periféricas prevaleceu e a Amazônia continuou sendo precariamente atendida por poucos missionários que tinham que dividir atenções em múltiplas aldeias.

Avançando na costa litorânea brasileira estavam os portugueses e os luso-brasileiros que já haviam iniciado o empreendimento da conquista da costa leste-oeste. Partiram da Paraíba em 1580, passando pelo Rio Grande do Norte, seguiram até alcançar o Maranhão e daí avançaram ainda mais até conquistar o território de Maynás. Não queremos dizer aqui que esse fosse um projeto premeditado para alcançar a região de Maynás, porém era preciso conquistar esse espaço para continuar seguindo na conquista até atingir as minas de Potosí ou, ao menos, um caminho até lá. Não podemos negar que a resistência imposta ali fez desse espaço um obstáculo importante a ser transposto.

Nesse contexto, é importante salientar que esse avanço pelo litoral brasileiro em direção à Amazônia ocorreu em razão da defesa das incursões estrangeiras e pela atração que exercia nos luso-brasileiros o contrabando que cercava as minas espanholas. A expedição de Pedro Teixeira foi emblemática dessa conjuntura porque ele atravessou o território amazônico e tomou posse dessa faixa de terra para a Coroa Portuguesa em flagrante desobediência ao Tratado de Tordesilhas e fazendo valer o *Uti Possidetis* que foi reivindicado posteriormente. Para legitimar seu ato, lavrou uma Ata e chantou um marco na região que de acordo com os luso-brasileiros foi fixado na província dos Omágua. Esse fato gerou muita controvérsia e foi o pivô de uma longa discussão entre Samuel Fritz, autoridades centrais e os luso-brasileiros.<sup>6</sup>

Esse é um dos momentos do processo de ocupação no qual se destaca a atuação dos missionários. Eles eram integrantes necessários das expedições

---

<sup>6</sup> GARCIA, Rodolfo. **O Diário do padre Samuel Fritz**. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, 1917. p. 361 e 366.

que objetivavam a descoberta de novas terras e a conversão dos que as habitavam, pois Igreja e Estado corroboravam dos mesmos interesses nesse período. Mas não era só Portugal que atuava assim, essa era uma prática característica das políticas monárquicas. Várias ordens religiosas como franciscanos, jesuítas e carmelitas<sup>7</sup> foram mobilizadas pelo Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará para promover a ocupação do Amazonas e afluentes, portanto, as missões estavam a serviço da Igreja e do Estado simultaneamente, contudo sua atuação não era autônoma, dependia de cartas régias.

É esse ambiente de disputas representado pela missão e receptáculo do corpo material e simbólico do missionário, ou seja, o corpo físico representando a materialidade da realidade vivenciada com todas as fragilidades humanas possíveis, ao mesmo tempo em que esse corpo significava simbolicamente as instituições Igreja e Estado que não chegavam ali senão através do religioso, que será o *locus* do nosso estudo percorrendo os anos de 1686 até 1725. Esse período corresponde à cronologia do Diário de Samuel Fritz e ao momento posterior à União Ibérica quando ocorria a reorganização espacial no território luso-brasileiro.

A Amazônia era uma região periférica<sup>8</sup> aos Reinos, mas era lá assim como na região Sul<sup>9</sup>, no Mato Grosso<sup>10</sup> e em Chiquitos que se dava o encontro das experiências bélicas portuguesas, espanholas e indígenas, mediadas pela lógica missional. A missão é um *locus* privilegiado de observação por se configurar como uma zona de contato.<sup>11</sup> Nessas zonas de contato ocorrem trocas culturais de toda ordem, são lugares onde culturas e trajetórias culturais distintas confluem e convivem, tendo sua origem na invasão ou na violência.

---

<sup>7</sup> MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759. FRAGOSO, Hugo. A era missionária (1686-1759). In: HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

<sup>8</sup> SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial**. GIRALDO, Manuel Lucena, FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. **Debate y Perspectivas**. n. 2, sept.. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2000.

<sup>9</sup> Nessa região os conflitos entre os índios Guaranis da região de Sete Povos das Missões e as tropas luso-brasileiras foram denominados como Guerra Guaranítica.

<sup>10</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

<sup>11</sup> PRATT, Mary Louise. **Apocalipsis en los Andes: zonas de contacto y lucha por el poder interpretativo**. Conferência pronunciada no Banco interamericano de Desarrollo – Washington. 29 de março de 1996, n°15. Centro Cultural Del Bid.p. 04-5.

Estamos aqui considerando as missões de Maynás como uma zona de contato na qual o universo indígena envolveu-se e dialogou com o universo europeu.

Era um núcleo onde podemos visualizar a confluência da política atlântica, a transformação da cultura e os limites das políticas estatais, algo que Samuel Fritz ajudar-nos-á a compreender.

Esse conjunto de dados e questões apresentadas faz remeter à questão do espaço e suas relações tanto com as disputas fronteiriças de caráter institucional, como com as fronteiras culturais.

A construção dos espaços tem sido, ao longo da História, tratada como um processo natural, ou seja, o espaço era visto exclusivamente como um palco ou um pano de fundo para que transcorressem os fatos e não era concebido como produto das ações humanas. Contudo, é possível perceber através dos novos estudos que essa construção é fruto de práticas humanas, constituindo-se como um ato cultural. Estudos históricos e a aproximação e utilização de categorias da Geografia levaram estudiosos a questionarem o tema e a elaborarem novos conceitos que se desdobram do conceito de espaço ou se ligam a ele de alguma forma. Para alcançar essa compreensão utilizo os estudos de pensadores como Michel de Certeau<sup>12</sup>, Gilles Deleuze e Félix Guatarri<sup>13</sup> e Sérgio Buarque de Holanda<sup>14</sup> que problematizaram a noção naturalizada de espaço e o trataram como uma construção cultural produzido pela interação entre homem e natureza. Certeau apresentou uma diferenciação entre lugar e espaço, concebendo o lugar como qualquer terreno que ainda não sofreu ação humana, ainda não foi praticado. Ao contrário, o espaço define-se pela ação humana, ele é construído culturalmente. Mas precisamos estar atentos para não excluir nenhuma possibilidade de espaço, pois habitualmente associa-se esse termo à terra e aqui entendemos que a escrita, a música e outros objetos também podem ser considerados espaços. Gilles Deleuze e Félix Guatarri são filósofos contemporâneos que introduziram as noções de espaço liso e estriado que são conceitos totalmente interligados e dependentes

---

<sup>12</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

<sup>13</sup> DELEUZE, Gilles, GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

<sup>14</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. \_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. \_\_\_\_\_. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

da utilização humana do espaço. Holanda dedicou vários estudos à problemática espacial enfocando a questão da fronteira e a interiorização do território brasileiro.

A discussão sobre espaço remete ao conceito de território que também foi reelaborado. Na definição do geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes território significa a relação de uma sociedade com seu espaço, humanizado pelas relações sociais. “A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento.”<sup>15</sup> Maria Emília Monteiro Porto considera o espaço como o processo de sua produção com formas políticas e culturais e o território expressa a posse institucional reconhecida pela diplomacia internacional.<sup>16</sup> Pilar Ponce Leiva entende que para controlar um território é preciso marcar fronteiras geográficas e estabelecer áreas de influência política, cultural e econômica que em muitos casos supera amplamente as linhas fronteiriças, e reivindicá-las como exclusivas ante possíveis intrusos.<sup>17</sup> Era o que ocorria nas cerimônias de posse que eram consideradas pelos conquistadores como demarcadores simbólicos fortalecidos pelos marcos de pedra ou fixação de bandeiras frente a outros que chegassem depois. Não estamos aqui falando ainda de demarcação, pois durante o Período Colonial essa era uma tarefa quase que impossível de cumprir sendo ao fim o homem o demarcador do espaço.<sup>18</sup> Assim, o território seria algo institucionalizado, no caso da Amazônia, seja pela diplomacia européia, seja pelas autoridades indígenas.

Nessa linha revitalizou-se o tema da fronteira que não é nenhuma novidade para os estudos históricos. A fronteira tem sido abordada sob diversos ângulos, desde o político até o cultural. Mas esse assunto não está esgotado, pois à medida que esses estudos progressivamente problematizam a fronteira, apontam uma série de novos sentidos. O clássico estudo de

---

<sup>15</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 17.

<sup>16</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. **Visões da fronteira tropical.** Pós-doutorado, Madri, 2006.

<sup>17</sup> LEIVA, Pilar Ponce, “Los cuestionarios oficiales: ¿un sistema de control del espacio?”. Francisco de Solano, ed. **Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. S. XVI-XIX.** Col. Tierra Nueva e Cielo Nuevo, nº 25. Madrid: CSIC, 1988. In: Ibid.

<sup>18</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Frederich Turner<sup>19</sup> que trata da colonização dos Estados Unidos e sua expansão para o Oeste tem sido bastante utilizado e revisitado, servindo como modelo para estudos atualizados; a Revista de Índias dedicou um volume ao assunto focando a América e tratando temas como trocas culturais nas fronteiras, fronteiras missonais, entre outros; Arthur Cézár Ferreira Reis<sup>20</sup> estudou a temática fronteira relacionada à Amazônia, entre outros estudos. Seu papel para a ampliação da compreensão do processo de ocupação na Amazônia é importantíssimo.

A comemoração do V Centenário do Encontro de Culturas oportunizou a emergência de um volume considerável de estudos que não somente contestam a visão imperialista e tradicional<sup>21</sup> com que o evento do encontro vinha sendo tratado, como produziram uma revisão dos temas e a releitura de fontes já usadas. Utilizamos essa expressão corroborando com os argumentos oferecidos por Arno Wehling<sup>22</sup> e colocando-nos frente à visão imperial desse período. Esse movimento não findou e gerou uma tendência atual de revisão do processo de formação das fronteiras entre as potências europeias, especialmente as disputas entre Portugal e Espanha expressas nos tratados de Tordesilhas e Madrid. Esses estudos têm utilizado a perspectiva comparada e valorizam a relação entre centro e periferia entendida aqui mais numa perspectiva econômica da relação entre colônias e Metrópole, como a aplicação e recepção das políticas ibéricas no espaço colonial, oferecendo uma melhor análise sobre o conjunto do processo. Nesse sentido apontamos os trabalhos de Manuel Lucena Giraldo e Felipe Fernandez-Armesto<sup>23</sup> que trabalham as questões relativas ao centro e à periferia e vão além ao avaliarem aspectos culturais envolvidos no processo.

Além da abordagem clássica sobre fronteira como um limite geográfico, temos novos estudos que apresentam concepções inovadoras sobre o tema

---

<sup>19</sup> TURNER, Frederick J. El significado de la frontera en la Historia Americana. p. 10. In: SOLANO, Francisco de. BARNABEU, Salvador (coords.). **Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera**. Madrid: CSIC, 1991.

<sup>20</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e demarcações**. Secult, 1993.

<sup>21</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**. De Varnhagen a FHC. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

<sup>22</sup> WEHLING, Arno. “A propósito do “encontro de culturas”: princípios e fundamentos jurídicos em confronto na América quinhentista”, Lisboa, **Actas do IV Congresso das Academias da História Ibero-americanas**. 1986, p. 81-94.

<sup>23</sup> GIRALDO, Manuel Lucena. **Debate y Perspectivas**. n. 2, sept.. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2000.



como o das fronteiras missionais. Diante da impossibilidade de controle estatal sobre um marco indefinido, traçado ficticiamente e impraticável na realidade tal como o fora a linha de Tordesilhas, restava apenas as possibilidades que a ação das instituições missionárias representavam, garantindo a conquista de uma fronteira sobre a qual posteriormente um limite será estabelecido, tal como o seria em 1750 e 1777, a linha de Madrid e de Santo Ildefonso. Nesse sentido, entre outros trabalhos, queremos destacar artigos de Maria Emília Monteiro Porto sobre a temática das fronteiras jesuíticas no Rio Grande colonial<sup>24</sup>, nos quais a partir de documentos sobre a capitania percebe a condição de fronteira associada aos aspectos bélicos e de trocas culturais. Num estudo contemporâneo ela examina as fronteiras culturais em bairros das periferias de Natal, onde a partir de entrevistas e questionários observa o fortalecimento de uma fronteira cultural.<sup>25</sup> Outro estudo visualiza o missionário na nova terra, nesse caso a capitania do Rio Grande, todo o processo de adaptação e os conflitos materiais e espirituais próprios dessa vivência.<sup>26</sup>

Os trabalhos de Mário Cesáreo<sup>27</sup> também evidenciam a vivência do missionário em território novo através de sua colocação corporal e estratégias discursivas. Seu estudo perpassa o século XVI tendo como cenário a América – com exceção do exemplo de Francisco Xavier que peregrina de Roma à China – e compreende quatro personagens que estão divididos em duas categorias: martírio e beatitude. Lucena e Francisco Xavier estão inseridos no primeiro conceito, enquanto Mendieta e Sandoval pertencem à lógica do segundo. Cesáreo é apresentado aqui como modelo fundamental para nosso trabalho, oferecendo conceitos intensamente instigantes para nossa questão. Pensando a condição de fronteira numa região periférica como era a Amazônia observa-se a emergência do corpo como instituição fronteiriça tendo em vista que o poder do Estado estava personificado pelos missionários, seu corpo e dos índios sob seu controle que se configuravam como verdadeiras barreiras à

---

<sup>24</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. A configuração da identidade regional no Rio Grande do Norte . In: Oscar Federico Bauchwitz. (Org.). Café Filosófico. Natal: Argos Editora, 2001, p. 113-130.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. Fronteiras urbanas e representação: espaço e violência em Felipe Camarão e Bom Pastor. In: Gilvan Ventura da Silva; Anselmo Laghi Laranja; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). **Exclusão social, violência e identidade**. 1 ed. Vitória: Flor&Cultura, 2004, v. , p. 184-194.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. O corpo colonial. In: [www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia\\_corpo\\_colonial.htm](http://www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm).

<sup>27</sup> CESÁREO, Mario. “Menu y emplazamientos de la corporalidad barroca”, In: M.Moraña, **Relecturas del Barroco de Indias**. Hanover, Ediciones del Norte. 1994 e CESÁREO, Mario. **Cruzados, mártires e beatos**. Emplazamientos del cuerpo colonial. Purdue Research Foundation/USA. 1995.

cobiça de outros, que ficou conhecido pela expressão “muralhas do sertão”<sup>28</sup> a partir do excelente trabalho de Nádía Farage sobre a região do Rio Branco.

Existem outros trabalhos importantes que também evidenciam o corpo sob óticas diversas. É o caso dos trabalhos como o de Jean-Claude Schmitt<sup>29</sup> que apresenta um estudo sobre a tradição intelectual ocidental por meio dos gestos e modelos de comportamento; o de Peter Burke<sup>30</sup> que pesquisa o processo de fabricação, circulação e recepção da imagem do rei Luís XIV sendo o corpo o fundamento dessa ação; o de Ernest H. Kantorowicz<sup>31</sup> que trabalha a imagem e a corporeidade real dividida em suas duas funções, uma privada e outra pública; o de Marc Bloch com a imagem real santificada; o de Norbert Elias<sup>32</sup> que estuda o comportamento social durante o Antigo Regime; o de Eugen Weber ocupando-se das preocupações com a higiene corporal e os cuidados médicos<sup>33</sup>; o de Michel Foucault<sup>34</sup> aplicando uma análise acerca do discurso médico e religioso acerca do corpo doente; o de Mary Del Priore<sup>35</sup> fazendo a analogia do território com o corpo; sobre as concepções pagãs do corpo e as influências da Igreja sobre ele durante a Idade Média temos Georges Duby<sup>36</sup>, Philippe Ariès<sup>37</sup>, Michelle Perrot<sup>38</sup>, José Rivair Macedo<sup>39</sup>; o de Giorgio Agamben<sup>40</sup> tratando sobre as expressões do corpo e José Gil<sup>41</sup> trabalhando a questão da géstica e algumas repressões que são impostas ao

<sup>28</sup> FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra / ANPOCS, 1991.

<sup>29</sup> SCHMITT, J. C. (1995) “A moral dos gestos”, In: SANT’ANNA, Denise B. de (org.). **Políticas do Corpo**. São Paulo, Estação Liberdade, p.141-157.

<sup>30</sup> BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. São Paulo: Jorge Zahar, 1994. \_\_\_\_\_. História do corpo. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992.

<sup>31</sup> KANTOROWICZ, Ernest. **Os dois corpos do rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>32</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, 1994. \_\_\_\_\_. **A sociedade de corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

<sup>33</sup> WEBER, Eugen. **França fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>34</sup> FOUCAULT. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

<sup>35</sup> DEL PRIORE, Mary. **Imagens da Terra fêmea**. VAINFAS, Ronaldo. **América em tempo de conquista**. São Paulo: Jorge Zahar, 1992.

<sup>36</sup> DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens**. Do amor e outros ensaios. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>37</sup> AIRÈS, Philippe, DUBY, Georges. **História da Vida Privada I**. Do Império Romano ao Ano Mil. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>38</sup> DUBY, Georges, PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. 476 ed. Edições Aprofundamentos: Coleção História das Mulheres, 1990, v. 2.

<sup>39</sup> MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1999. (Repensando a História)

<sup>40</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2002.

<sup>41</sup> GIL, José. **Metamorfoses do corpo**. Lisboa: Relógio D’Água, 1997.

corpo culturalmente; Merleau-Ponty discute a existência humana a partir da relação do homem com seu corpo, como condição de sua própria existência.

Outra noção importante que norteará essa pesquisa é o conceito de guerra que é uma constante nos relatos dos cronistas e missionários, juntamente com a descrição das populações nativas e a recorrência aos mitos fundadores<sup>42</sup> no primeiro momento de contato. A narrativa de guerra que fundou o relato histórico<sup>43</sup> acompanha a História sempre, pois é uma característica humana a tentativa de subjugar e impor força e ideais. A questão da guerra no período colonial é um assunto que dispõe de muitas fontes para análise, apesar de, na maioria das vezes, vermos restritamente descrições de ações e imagens negativas muito fortes sobre a questão. Devemos considerar que o próprio ato de conquistar implica, em certa medida, em promover guerra, dado que aqueles indivíduos passíveis de serem conquistados oferecem, quase sempre, resistência.

Vários estudos têm colocado o indígena como protagonista histórico, retirando-o do lugar de vítima do sistema e o mostrando como um agente ativo no processo. Em 1992, uma síntese bastante rica foi organizada por Manuela Carneiro da Cunha<sup>44</sup> que compreende uma série de artigos, dos quais mais da metade é dedicada aos índios amazônicos, além de abordar a Pré-História, a Arqueologia e a legislação indigenista. Um artigo especificamente coincide com os marcos espaciais e temporais desse trabalho, trata-se do estudo de Antônio Porro intitulado “História Indígena do Alto e Médio Amazonas – Séculos XVI a XVIII”<sup>45</sup>, que investiga desde o contato entre nativos e europeus até as disputas de poder entre as Ordens religiosas. John Hemming também se dedicou a esse estudo em *Red Gold*<sup>46</sup> onde oferece dados riquíssimos sobre as populações indígenas americanas. Stuart B. Schwartz e James Lockhart<sup>47</sup> oferecem um estudo bastante interessante numa perspectiva comparada entre as colônias portuguesa e espanhola onde obviamente os índios ocuparam parte importante

---

<sup>42</sup> QUADROS, Eduardo Gusmão de. **Embaixadores de dois reinos**. Missionários e fronteiras na região amazônico-caribenha. Tese de Doutorado. UNB, 2005.

<sup>43</sup> TOYNBEE, Arnold. **Guerra e civilização**. Lisboa: Editorial Presença, 1963. Coleção Perspectivas.

<sup>44</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>45</sup> PORRO, Antonio. História Indígena do Alto e Médio Amazonas – Séculos XVI a XVIII. In: *Ibid.*

<sup>46</sup> HEMMING, Jonh. **Red Gold**. London : Macmillan, 1978.

<sup>47</sup> SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

nesse estudo, haja vista seu valor para o contexto colonial. Fátima Martins Lopes<sup>48</sup> também tem se debruçado sobre a questão indígena procurando entendê-la na sua herança cultural e como produto da convivência com os colonizadores. Abordando a guerra indígena existe um interessante artigo de autoria de Carlos Fausto em que mostra a forma e o sentido da guerra na sociedade indígena.<sup>49</sup> Na mesma perspectiva de desconstrução da antiga visão dos vencidos está o antropólogo Pierre Clastres que se coloca frente à tendência contemporânea dos estudos etnográficos de retirar o aspecto violento do universo cultural indígena demonstrando que, ao contrário, havia um grande gosto pela guerra, oferecendo inclusive o estereótipo do índio como um *ser-para-a-guerra*.<sup>50</sup> Não é possível negar que as guerras aconteciam e eram uma prática indígena anterior ao contato com os brancos que foi, com esse contato, reformulando-se e incorporando novos saberes e estratégias, para ambos.

Com relação ao encontro de culturas, alguns conceitos foram elaborados para denominar esse contato e convivência. Aculturação talvez seja o conceito mais popular relacionado ao tema e veio sendo largamente trabalhado significando a modificação cultural dos indígenas. Conceitos como deculturação<sup>51</sup> e desculturação<sup>52</sup> aparecem na historiografia e foram trabalhados por outros autores, mas são sinônimos de aculturação. Com a renovação dos estudos históricos observou-se que esse contato não foi tão estático, não se restringia a uma aquisição dos valores europeus pelos nativos, mas sim de uma interculturação<sup>53</sup> que quer indicar a troca entre europeus e indígenas e a convivência e o conseqüente aprendizado decorrido desse processo, o que não retira o aspecto violento do encontro, não o suaviza, mas o coloca em novos marcos, certas vezes difíceis de admitir. Ainda pensando o

---

<sup>48</sup> LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

<sup>49</sup> FAUSTO, Carlos. DA INIMIZADE. Forma e simbolismo da guerra indígena. In: NOVAES, Aduino (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>50</sup> CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. Pesquisas de antropologia política. Editora Cosac e Naify. 2004. p. 233.

<sup>51</sup> RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**. Da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

<sup>52</sup> SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>53</sup> FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. “Los imperios en su contexto global, c. 1500- c. 1800”. **Debate y Perspectivas**. n. 2, sept.. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2000, p. 27-46.

encontro de culturas temos o conceito de mestiçagem<sup>54</sup> que concerne mais especificamente aos aspectos biológicos, o que não exclui o aspecto cultural, mesmo porque também se inclui nessa classificação, e que ocorreu largamente, principalmente pelo déficit de mulheres brancas na Colônia e a grande disponibilidade de mulheres indígenas.

Como um último ponto apresentamos um conceito que permeia toda a discussão posta aqui que é o de civilização. Esse conceito surgiu basicamente para se opor à idéia de barbárie, com uma conotação de estágio superior técnica e culturalmente. Para Fernand Braudel<sup>55</sup> toda civilização está assentada numa economia, num espaço, num aparato tecnológico e numa mentalidade. Essa noção de civilização está muito próxima a de sociedade, de acúmulo de bens culturais através dos intercâmbios culturais e migrações. Na medida em que processo civilizatório ocorre, redistribui-se o espaço, ele é marcado, individualizado, restringido e, ao mesmo tempo, abre-se um leque de possibilidades de melhorias ou evoluções. Um espaço pode apresentar vantagens e desvantagens para ser palco das trocas culturais dependendo de sua posição geográfica, das suas riquezas ou deficiências naturais.

Todas as questões apresentadas sobre a internacionalização da Amazônia, o papel dos mitos, a construção dos espaços e territórios e o processo de formação das fronteiras, o encontro de culturas ou interculturalização tendo a guerra como fundamento do relato histórico e sua forma e sentido nas sociedades indígenas, desconstruindo a visão dos vencidos e, por fim, a emergência do corpo como instituição fronteira, podem ser aplicadas ao caso da Amazônia.

Alguns desses pontos podem ser observados na fonte que estudamos nesse trabalho. Trata-se do Diário do padre Samuel Fritz que nasceu na Bohemia (Áustria) em 1654 numa família nobre. Aos 19 anos foi aceito para ingressar em um dos Colégios da Companhia de Jesus. Nosso padre resume sua experiência na região de Maynás em seu Diário apresenta-se em seu discurso como um religioso preocupado com as almas a salvar, embora não deixe de empreender uma defesa da Coroa, pois estava ali a serviço da

---

<sup>54</sup> GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>55</sup> BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Espanha e entrando em confronto com as tropas portuguesas. Podemos ali observar a guerra e disputas pelo espaço, as ações luso-brasileiras, espanholas, indígenas e missionais. Esse Diário é uma fonte pouco explorada em sua totalidade, mas por fornecer dados importantes sobre a inserção de inúmeras aldeias indígenas à sociedade colonial e sobre o embate diplomático envolvendo as Coroas Ibéricas tem sido referência nos estudos sobre os conflitos de fronteira entre Portugal e Espanha, desde os mais tradicionais até mais recentes, tais como os de Reis, Cortesão, Antonio Porro e Lucena Giraldo.

Cotejamos duas versões disponíveis: uma de Pablo Maroni<sup>56</sup> sendo parte da obra *Noticias autenticas Del famoso rio Marañon (1738) seguidas de las relaciones de los P. P. A. de Zárate y J. Magnin (1735-1740)*, publicada em Iquitos, Peru pelo Instituto de Estudios de la Amazonía Peruana e Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía em 1988 e outra de Rodolfo Garcia<sup>57</sup> que está publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1917. Além do Diário o padre produziu um mapa<sup>58</sup> que traçou contendo os territórios que havia conquistado para a Coroa de Espanha, porém ele não será trabalhado nesse estudo.

A compilação produzida por Pablo Maroni é mais extensa e detalhada, destacando o caráter hagiográfico do padre e sua atuação diplomática, apresenta aspectos de interculturação não explorados pela outra versão. A versão que Rodolfo Garcia escreveu é uma tradução do Diário para a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na qual reconhece a importância da fonte por narrar a inserção dos índios amazônicos na sociedade colonial e a disputa territorial operada pelos luso-brasileiros e espanhóis, apresenta uma longa introdução e um estudo historiográfico.

Considerando tudo o que já foi dito, os limites que se apresentam à compreensão da conquista da Amazônia visto que sua história foi contada centrando-se nos grandes nomes, na política dos Impérios Ibéricos ou na visão dos vencidos centrada na derrota total de índios e mestiços e que autores

---

<sup>56</sup> MARONI, Pablo. *Noticias autenticas Del famoso rio Marañon (1738) seguidas de las relaciones de los P. P. A. de Zárate y J. Magnin (1735-1740)*. Iquitos (Perú): Instituto de Estudios de la Amazonía Peruana; Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía, 1988.

<sup>57</sup> GARCIA, Rodolfo. *O Diário do padre Samuel Fritz*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, 1917.

<sup>58</sup> A imagem do mapa que consta na Biblioteca de Quito está representada nos anexos A deste trabalho.

como Hespanha, Bicalho, Fragoso e outros vêm esforçando-se por demonstrar os limites dos impérios, podemos explorar a relação entre missionário e esse espaço que ele ocupava a partir dessa variante representada pelas considerações de que existiam outras institucionalidades presentes na luta pelo espaço e que relações podemos estabelecer entre corpos e instituições.

Pretendemos realizar tal pesquisa através de um estudo da bibliografia sobre a época moderna no contexto da expansão da política atlântica até a Amazônia conectando-a com uma análise do discurso<sup>59</sup> de Samuel Fritz em seu Diário. Levamos em conta o trabalho de Michel Foucault em “A ordem do discurso” que induz a atentar para questões como as interdições do discurso, o compromisso do autor com a instituição a qual pertence, a finalidade do escrito, os sistemas de exclusão, os “procedimentos internos” do discurso, a produção do mesmo e os métodos, propriamente, do discurso. Ainda na perspectiva da análise do discurso utilizaremos duas obras de Eni Orlandi, são elas: “Análise de Discurso: princípios e procedimentos”<sup>60</sup> e “Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos”<sup>61</sup> nesses trabalhos o autor demonstra o processo de análise e os possíveis enganos que podem ocorrer caso detalhes sejam esquecidos durante o método.

Exploraremos a problemática sob três hipóteses: as hierarquias que compõem a organização do espaço no desenvolvimento da política atlântica possibilitam emergir novas institucionalidades; nos encontros inter-étnicos formas políticas complexas colocam-se num jogo que determina as transformações espaciais; nas fronteiras radicais ocorre o obscurecimento da institucionalidade estatal possibilitando a emergência do corpo como instituição. Abordaremos o problema sob três aspectos: o primeiro capítulo foi dedicado à questão da política atlântica das Coroas Ibéricas e às relações de geopolítica interna que elas criaram como o centro e a periferia fazendo emergir uma nova ordem; no segundo capítulo estudarei as transformações espaciais causadas pelo encontro e pelas disputas entre a ordem indígena e européia gerando uma nova organização; no terceiro examinarei os limites

---

<sup>59</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2001.

<sup>60</sup> ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes. 6. ed. 2005.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. São Paulo: Pontes. 2. ed. 2005.

políticos do Estado e a emergência do corpo do missionário como instituição, tendo como apoio a tradição e a ação missionária, e em que medida contribuíram, ou não, para o desbravamento da fronteira leste da América Espanhola influenciando no processo de delimitação da fronteira entre Portugal e Espanha.

Por fim destacamos que toda essa conjuntura foi vivenciada nos moldes da conquista através da transposição de fronteiras, fossem elas espaciais, culturais ou religiosas. Esse movimento na Colônia tornava-se bastante peculiar pela autonomia que os agentes conquistavam e nesse contexto o corpo é o veículo pelo qual as ações ocorrem. É ele a última e a única possibilidade disponível para alcançar os objetivos, o que oferece uma dimensão muito radical a essa vivência de fronteira.

Dessa forma, passamos à primeira parte da questão na qual discutiremos a política atlântica promovida por Espanha e Portugal em relação as suas colônias, focalizando a América.



## 2. A FÉ E O IMPÉRIO: A Política Atlântica de Portugal e Espanha

Esse capítulo está dedicado a estudar as diretrizes da política atlântica praticada pelos reinos ibéricos com relação a suas colônias.

Entendemos por política atlântica o contexto inicialmente europeu de disputas de mercados internacionais decidido nas rotas do comércio atlântico. O conjunto de ações desenvolvidas pelas metrópoles para suas colônias gerou uma rede de relações complexa na qual o mundo americano acabou por se integrar abarcando toda a diversidade de rotas, gentes e idéias que circulavam por essas águas que uniam Impérios europeus e sociedades ultramarinas.

Iniciarei a explanação com uma breve caracterização da sociedade ibérica. Em seguida trataremos os principais aspectos da política atlântica como a expansão marítima, a guerra, o papel dos ameríndios e o estabelecimento de centros e periferias coloniais.

A partir do estudo produzido por Stuart B. Schwartz e James Lockhart<sup>62</sup> pudemos concluir que Portugal e Espanha possuíam muitas características culturais comuns. Constituíam-se de vários reinos e idiomas, mas tinham uma experiência cultural compartilhada, principalmente na forma de organização. Os ibéricos eram muito ligados à província de origem e à família. Apesar das propriedades rurais tinham a cidade como centro para a organização. Ali se localizavam os órgãos administrativos, as residências dos proprietários abastados onde funcionavam os grupamentos funcionais.

O contato entre os ibéricos era uma prática antiga e se fazia também a nível institucional através de laços matrimoniais entre as casas dinásticas. Rafael Valladares, num estudo sobre o período da União das Coroas Ibéricas mostra que o discurso das rivalidades absolutas entre ibéricos é frágil e equivocado.<sup>63</sup> Mas a imagem de impérios isolados permaneceu e representou na historiografia da Restauração em Portugal o mito da passividade e inflexibilidade dos espanhóis e do vigor e plasticidade portuguesa.

---

<sup>62</sup> SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>63</sup> VALLADARES, Rafael. "Brasil: de la unión de coronas a la crisis de Sacramento", In: **Acuarela de Brasil, 500 años después**. Seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000. p. 24-36.

A instituição da escravidão era bastante importante para essa sociedade, pois possuir escravos implicava distinção social. Receber o nome da família a qual pertencia demonstrava um bom nível de relacionamento entre senhores e escravos; seus afazeres relacionavam-se às tarefas domésticas, mas também estavam envolvidos na produção de riquezas. Quanto ao governo, os portugueses centralizaram o poder muito precocemente desde o século XIV e o volume de suas leis era impressionante.

Todo o ideal de mudança da época moderna esteve assentado sob a égide do mercantilismo. Tratou-se de um conjunto de idéias e práticas econômicas adotadas pelas monarquias absolutas dominantes na Europa entre os séculos XV e XVIII, fase correspondente à transição do feudalismo ao capitalismo, portanto, à era de acumulação originária do capital, desenvolvendo a política econômica do capitalismo comercial. Caracterizou-se pelo protecionismo alfandegário, desenvolvimento das marinhas mercantes, aperfeiçoamento das instalações, formação de companhias de navegação e busca de uma balança comercial favorável. Na Europa Ocidental, o mercantilismo começou a criar raízes na segunda metade do século XV. Os fatores que contribuíram para esse desenvolvimento foram o monopólio da exportação, o mercado de manufaturas têxteis e a navegação do Báltico ao Mediterrâneo.

O mercantilismo foi muito ressaltado pelo seu caráter unificador, facilitou a vinculação das regiões, propiciou a circulação de homens e mercadorias, reduziu os pedágios ou os eliminou, e organizou os serviços de correios. Porém, isto só aconteceu onde as estruturas sociais e de poder político permitiram-no. Para que o mercantilismo vigorasse plenamente fazia-se necessária a existência de um Estado forte, capaz de planejar aspectos importantes da economia e de realizar, posteriormente, a prática dessa planificação. Era essencial que o poder central tivesse capacidade de controlar as particularidades, as relações sociais básicas e as fragmentações políticas não podiam servir como obstáculos. O poder do Estado devia estar ligado à capacidade tributária da sociedade, isso quer dizer que essa capacidade aumentava de acordo com a riqueza e isso só tornar-se-ia possível se houvesse a circulação de metais, que por sua vez dependia da atividade

comercial. Com isso, os governantes dos Estados compreenderam que a acumulação de riqueza estava sujeita a existência de um poder forte que tivesse condições de intervir nas relações sociais, políticas e econômicas.<sup>64</sup>

Na França e na Inglaterra, o mercantilismo, as monarquias absolutas e o regime colonial estimularam-se mutuamente. Contudo, foi nestes países que o mercantilismo encontrou uma oposição ferrenha. Tiveram que lutar contra os preconceitos medievais que prestigiavam o ócio, particularmente, contra as concepções da Igreja que condenavam a usura porque a Igreja defendia uma economia natural, de subsistência. Apesar disso, esses obstáculos não foram suficientes para impedir as práticas mercantilistas, principalmente depois que as monarquias adotaram esse sistema e a monetarização entrou em pleno avanço e, conseqüentemente, a economia natural em retrocesso. A partir daí os pecados passaram a serem vistos como virtudes, pois as antigas concepções fortaleciam a conjuntura social da época. A Reforma Protestante teve grande papel nessa transformação, pois João Calvino (1509-1564) propagava a idéia de que construir seu patrimônio também era servir a Deus.

O conjunto de interesses do Estado e os principais agentes de desenvolvimento econômico (mercadores, proprietários de minas, etc) constituíram um poderoso fator de unificação nacional e base sólida do poder estatal. O mercantilismo implantou uma nova escala de valores: o indivíduo empreendedor passou a ser exaltado e o seu espírito criador veio a se contrapor às concepções ideológicas do medievo que menosprezava o trabalho manual.

Então, para que os Estados Nacionais vigorassem foi necessário que as sociedades desenvolvessem dinâmicas que levassem à superação do feudalismo. Uma das soluções foi a implantação de um novo princípio de relações de trabalho e de submissão entre os países - o sistema colonial. Esse sistema enquadrou-se perfeitamente no capitalismo comercial e na política mercantilista. Pode-se dizer que foi um dos pontos-chave. O regime colonial teve grande papel no processo de desenvolvimento das dinâmicas dos países. Contudo, é necessário ressaltar que os processos ocorridos num país não seguiram necessariamente a mesma trajetória e que esse sistema não nasceu

---

<sup>64</sup> POMER, Leon. **O surgimento das nações**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1994.

pronto, ele foi sendo formulado e aprimorado pelas experiências dos envolvidos.

O sistema colonial operou uma modificação no panorama econômico do século XVI e isso se deve ao estabelecimento e expansão das plantações tropicais e à escravidão negra. Conseqüentemente, um sistema puramente mercantil começou a se enfraquecer. Com as plantações tropicais cresceu a predominância do capital industrial e a fonte principal de acumulação monetária ocorria por seu intermédio.

Nesse processo de consolidação dos Estados Nacionais a busca pela balança comercial favorável era um ponto decisivo para a obtenção de prestígio perante outras nações em formação ou minimamente interessantes de se tornarem aliadas. Para alcançar esse fator era necessário angariar parceiros, mas, sobretudo conquistar colônias. Foi assim que a expansão ultramarina ganhou proporção mundial.

O descobrimento das terras a oeste do Atlântico tem que ser entendido em um contexto amplo que está relacionado com a crise pela qual a Europa Ocidental atravessou no século XIV. Problemas populacionais causados pela Peste Negra causaram devastação no continente gerando a diminuição da mão-de-obra. A guerra dos Cem Anos, na qual a França e a Inglaterra mandaram contingentes enormes para as batalhas, também contribuiu para esse decréscimo populacional. A mudança no sistema de pagamento do tributo servil para a renda-dinheiro deu certo alívio, mas por outro lado sobrecarregou demais os camponeses. Esta insegurança no campo, sobretudo em razão do futuro, gerou revoltas camponesas e uma tremenda instabilidade. O campo era a partir daí palco solitário. A população rural transferiu-se para as cidades onde havia a esperança de dias melhores e onde o seu artesanato poderia ser exercido e comercializado nas feiras livres. O excedente populacional que não conseguiu emprego, logo fez crescer a quantidade de pobres e marginais. Os poucos que se empregavam formavam a mão-de-obra explorada nas nascentes indústrias têxteis. Este desenvolvimento foi mais evidente na Inglaterra onde o gado lanígero já tinha certa tradição e onde o crescente movimento de cercamento dos campos foi mais intenso. Na França, a indústria

estava mais voltada para os artigos de luxo que não tinham tanta demanda na Europa.

Este aumento do movimento comercial da Europa e a crescente necessidade de metal fizeram com que os países então nascentes lançassem-se em busca de metais preciosos. Por outro lado, o comércio impedido no Atlântico pelos muçulmanos fez com que possibilidades fossem surgindo na solução dos problemas. Esse contexto europeu favoreceu o empreendimento das navegações portuguesas a partir do século XV que tinham como intuito conquistar novos territórios fornecedores de matérias-primas comerciáveis e lucrativas no mercado europeu, objetivo compartilhado por outros países.

A expansão marítimo-comercial europeia deslocou o eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico, ampliou as relações comerciais entre o Ocidente e o Oriente, provocou a entrada de metais preciosos na Europa, fez crescer o poder real e deu origem aos impérios coloniais.

A busca de novos caminhos para o Oriente, fonte de riquezas, constituía sobrevivência. Era preciso enfrentar o Atlântico e explorá-lo. Para isso precisavam de recursos financeiros volumosos e da existência de Estados Nacionais sendo Portugal e Espanha os primeiros a arcar com os custos da realização da conquista.

As navegações desenvolveram-se envolvidas pela grande expansão comercial e urbana. As primeiras viagens de descobrimentos deveram-se primordialmente às ambições de espanhóis e portugueses de terem sua parcela no comércio com o Oriente. Desde algum tempo esse comércio vinha sendo monopolizado pelas cidades italianas de Veneza e Gênova e disso resultava que a população da Península Ibérica via-se obrigada a pagar altos preços pelos produtos que lhes interessava. Para os grupos mercantis conseguir buscar mercadorias no Oriente significava torná-las mais baratas e o conseqüente o monopólio do comércio mediterrâneo, devido ao fato de não haver mais intermediários.

Uma segunda causa das viagens de descobrimentos foi o fervor missionário dos espanhóis. Sua bem-sucedida reconquista da Península Ibérica às forças do Islã gerara um excedente de zelo religioso que se traduzia no desejo de converter os “gentios” do Ultramar.

A essas causas cabe acrescentar os progressos no conhecimento geográfico e tecnológico que permitiram aos marinheiros aventurarem-se mais intrepidamente no mar alto. A partir do século XII, seria impossível encontrar uma pessoa instruída que não aceitasse o fato da esfericidade da Terra. Engenhos tecnológicos como a bússola e o astrolábio já eram conhecidos muito antes da viagem de Cristóvão Colombo. As caravelas, a imprensa e a disseminação dos mapas ampliam esse quadro.<sup>65</sup>

Se excetuarmos os nórdicos, que descobriram o continente norte-americano por volta do ano 1000 d.C., os pioneiros da navegação oceânica foram os portugueses. Portugal, que possuía uma estreita aliança entre o Estado e os grupos mercantis, foi o primeiro a se lançar na empresa. Lá no século XIII já havia sido abolida a vinculação do servo à terra. Além disso, Portugal já era acostumado a retirar do mar suas riquezas como sal e pescado. Comprimido entre a Espanha e o Oceano, Portugal optou pelo Oceano. Assim que chegaram à África, trataram de conseguir escravos para trabalharem nas ilhas atlânticas.

A dinastia de Avis deu o impulso necessário para o lançamento ao mar de caravelas portuguesas e com isso um grande impulso em suas descobertas marítimas. Os portugueses haviam-se aventurado pelo Atlântico, alcançando os Açores antes de 1350 e conquistando Ceuta em 1415. Entre 1434 e 1498 várias tentativas foram feitas até que em 1498, utilizando a rota feita por Bartolomeu Dias, Vasco da Gama chegou às Índias e assim revelou como poderiam atingir diretamente os entrepostos do Oriente.

A “descoberta” em 1500 do caminho para as terras do Novo Mundo abriu novas possibilidades sem, contudo, colocar Portugal em proeminência junto aos Estados capitalistas nascentes. Portugal continuou por vários anos repassando a sua riqueza colonial através da política mercantilista adotada pela Inglaterra, França e Holanda. Os proventos do comércio de nada serviram como forma de capitalizar a economia de Portugal, só serviram para sustentar uma estrutura feudal superada, sustentando o luxo de uma classe parasitária. O grupo mercantil jamais conseguiu evoluir para uma classe capitalista.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> BLACK, Jeremy. **Mapas e História**. Construindo imagens do passado. São Paulo: Edusc, 2005.

<sup>66</sup> LOPES, Luiz Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1986. p.13-18.

A expansão portuguesa seguiu através da implantação de feitorias e capitânicas hereditárias, transferindo sua prática da Ásia e África, até então eficaz. As feitorias tinham um cunho marcadamente comercial, mas exerciam funções militares também. As capitânicas hereditárias tinham um caráter senhorial e os empreendimentos eram iniciados com recursos privados. Optou-se por dividir o território da América Portuguesa em capitânicas hereditárias que tinham início no litoral e atingiam o meridiano de Tordesilhas. Segundo Celso Furtado<sup>67</sup>, apesar do modelo ser o feudal português, deve-se entender esse regime como um empreendimento que visava a captação de recursos particulares. A mesma dinâmica era implementada pelos estrangeiros nos entrepostos na Ásia, o que ocasionou perdas para Portugal que passou a ver no Brasil a última possibilidade para reerguer seu Império. Esse quadro da economia atlântica e a integração da prata peruana quase nessa mesma época apontavam para uma mudança de curso.

O primeiro ponto português de acesso à América foi a costa leste, com a chegada da frota de Cabral em 1500 a Porto Seguro e a fundação de São Vicente mais ao sul em 1516. Com as investidas das forças estrangeiras nessa costa recém-descoberta os portugueses tementes de perder as terras foram obrigados a iniciar uma política colonial como medida preventiva. A centralização das medidas administrativas e a transferência das esferas de ação civil, militar, judiciária, fazendária e eclesiástica e o investimento de particulares fixou uma economia açucareira em Pernambuco mais eficiente a partir de 1580 que se estendeu para a Bahia depois.<sup>68</sup>

Os portugueses mostraram-se colonizadores muito adaptáveis mesmo porque com o pequeno número de colonizadores de que podiam dispor, sabiam que a alternativa mais plausível era recorrer a contatos pacíficos e absorver alguns traços da cultura local. Charles Boxer<sup>69</sup> contesta a teoria de que os portugueses foram os mais preparados descobridores ultramarinos por sua posição geográfica ou experiência marítima, pois, segundo ele, essa

---

<sup>67</sup> Celso Furtado *op cit* PORTO, Maria Emília Monteiro. **Visões da fronteira tropical**. Pós-doutorado, Salamanca, 2006.

<sup>68</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972; GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a história política a administrativa do Brasil (1500-1810)**. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: MEC, 1975.

<sup>69</sup> BOXER, Charles R. **O Império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

experiência era muito restrita e não os credenciaria para empreendimentos de tal porte.

Segundo Schwartz e Lockhart, não havia uma política imperial preconcebida, assim usavam a técnica mais apropriada a cada momento: conversão, cooperação ou ameaças. As pretensões portuguesas eram modestas, eles não queriam administrar vastas áreas, sua atuação dava-se através de portos comerciais. Mas, com as perdas das colônias na Ásia e na África o destino desses conquistadores mudou: o Brasil era sua única saída.

Não havia um modelo ou projeto de ação definido para a política expansionista portuguesa. As práticas eram adaptáveis à época e ao lugar ao qual chegavam. “Os interesses mercantis, o proselitismo religioso e, mais tarde, os intuítos povoadores ou de drenagem demográfica constituíam, sucessivamente, a justificação oficial da colonização do Brasil.”<sup>70</sup> Desta forma, não havia uma estratégia sistemática por parte da Metrópole. “As instituições políticas nativas eram com freqüência preservadas, como instâncias de mediação com o poder português”<sup>71</sup>, contudo isso se aplica somente para os primórdios do contato devido aos interesses de contato pacífico. Comparada a Castela, Portugal era um pequeno país com recursos econômicos e demográficos modestos; mas, mesmo assim conseguiu promover sua expansão da Ásia até o Brasil devido a sua tradição de mercadores marítimos.

A Espanha vivia o tempo da Reconquista. A formação do Estado Nacional esteve vinculada a lutas de grupos militares cristãos que tentavam expulsar os islâmicos que se fixaram na Península Ibérica desde o século VIII. Mas foi somente após o casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão que os espanhóis conseguiram reunir condições para expulsá-los. 1492 não foi só o ano do descobrimento da América por Cristóvão Colombo, foi também o ano da recuperação de Granada. A guerra de Reconquista esgotara o tesouro real. Mas esta era uma guerra santa, a guerra cristã contra o Islã. Não por acaso, cento e cinquenta mil judeus declarados foram expulsos do país neste ano. A Espanha adquiria realidade como nação, levantando

---

<sup>70</sup> HESPAÑHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. p. 169. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVEIA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>71</sup> Ibid. p. 171.



espadas cujas empunhaduras desenhavam o sinal da Cruz. A rainha Isabel fez-se madrinha da Santa Inquisição.

Decidiram financiar a aventura do acesso direto às fontes para se libertarem da onerosa cadeia de intermediários e revendedores que açambarcavam o comércio das especiarias e plantas tropicais, as musselinas e as armas brancas, provenientes de misteriosas regiões do Oriente. O desejo de metais preciosos, meio de pagamento para o tráfico comercial, impulsionou também a travessia dos mares malditos. A Europa inteira necessitava de prata.

Colombo comandou quatro expedições, porém os empreendimentos ultramarinos vinham apresentando magros rendimentos, o que acarretou a anulação de alguns privilégios do conquistador. O contraste entre as riquezas transportadas pelas embarcações portuguesas que retornavam do Oriente e os míseros rendimentos proporcionados pelas terras ocidentais exploradas pela Espanha levaram os Reis Católicos a multiplicar concessões a inúmeras expedições visando atingir Catai ou Cipango.

A façanha do descobrimento da América não podia explicar-se sem a tradição militar de guerra de Cruzadas que imperava na Castela medieval e a Igreja não se fez de rogada para dar caráter sagrado à conquista de terras incógnitas do outro lado do mar. O papa Alexandre VI, que era espanhol, converteu a rainha Isabel em dona e senhora do Novo Mundo. A expansão do reino de Castela ampliava o reino de Deus sobre a Terra.

Três anos depois do descobrimento, Colombo dirigiu pessoalmente a campanha militar contra os indígenas da Ilha Dominicana, em cujos ataques foram dizimados. Mais de quinhentos índios enviados à Espanha foram vendidos como escravos em Sevilha e morreram miseravelmente. Entretanto, alguns teólogos protestaram e a escravização dos índios foi formalmente proibida ao nascer do século XVI. Na realidade, não foi proibida, mas abençoada: antes de cada entrada militar, os capitães de conquista deveriam ler para os índios, sem intérprete, mas diante de um escrivão público, um extenso e retórico *Requerimiento* que os exortava a se converterem à santa fé católica.

Ao mesmo tempo em que nova expedição partiu de Palos, comandada mais uma vez por Colombo e tendo como objetivo estabelecer uma feitoria nas terras que se supunham asiáticas, a Coroa Espanhola desenvolveu intensa

atividade diplomática. Junto à monarquia portuguesa, os Reis Católicos afirmaram seus direitos sobre as terras descobertas a Ocidente e protestaram contra o envio de poderosa frota àquelas terras, que D. João II dizia pertencer-lhe. Junto ao papa Alexandre VI, os Reis Católicos obtiveram diversas bulas<sup>72</sup>, assegurando um fundamento jurídico que lhes reforçava o direito de propriedade sobre as terras recém-descobertas e que foi contestado pelo governo português. As bulas do Papa tinham feito apostólica concessão da África à Coroa de Portugal e à Coroa de Castela outorgaram as terras “desconhecidas como as até aqui descobertas por vossos enviados e as que se hão de descobrir no futuro...”: a América fora doada à rainha Isabel. Em 1508, uma nova bula concedeu à Coroa Espanhola, perpetuamente, todos os dízimos arrecadados na América: o cobiçado patronato universal sobre a Igreja do Novo Mundo incluía o direito de premiação real de todos os benefícios eclesiásticos.

Os Reis Católicos, apesar de garantidos por tão amplas concessões pontificais, acabaram negociando um tratado com Portugal, cujos dirigentes adotavam atitudes belicistas que poderiam levar a novo conflito na Península Ibérica. O Tratado de Tordesilhas foi uma tentativa de resolver o impasse sobre a questão do direito de exploração dos mares e territórios descobertos e permitiu a Portugal ocupar territórios americanos além da linha divisória traçada pelo Papa.

*El limite ó lindero entre las dos conquistas de las Coronas de Castilla y Portugal, se funda en la concesión de la Bula de Alejandro VI, en la cual mando se formase una línea imaginaria de polo á polo, distante de las islas de Cabo Verde hacia el Occidente 22 grados y un tercio, y que perteneciesen para siempre los descubrimientos y conquistas desde aquella línea hácia el Occidente á los reyes de Espana, y las conquistas hácia el Oriente á los reyes de Portugal.*<sup>73</sup>

<sup>72</sup> *Inter coetera* (sendo duas), *Eximiae devotionis, Dudum siquidem*.

<sup>73</sup> MARONI, Pablo. **Noticias autenticas Del famoso rio Marañon (1738) seguidas de las relaciones de los P. P. A. de Zárate y J. Magnin (1735-1740)**. Iquitos (Perú): Instituto de Estudios de la Amazonía Peruana; Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía, 1988. p. 332.

Pelo tratado resolvia-se a controvérsia mediante verdadeira partilha do mundo entre Portugal e Espanha à revelia das demais potências europeias. Para Francisco de Solano, o Brasil nasceu em Tordesilhas quando o mundo foi dividido entre Portugal e Espanha estendendo a sua vizinhança ibérica ao globo (Ásia, África e América).<sup>74</sup>

Porém a questão estava resolvida apenas para essas coroas e não para os demais interessados no comércio com o Brasil. A crise estava posta e agora era preciso defender aquilo que estava estabelecido para pelo tratado ao passo que países como França e Holanda mantinham suas relações comerciais mesmo que de forma ilegal e por não reconhecer a resolução do acordo.

Para demonstrar o desacordo e a revogação de tal medida, não respeitaram o acordo e se lançaram nas navegações em busca de territórios e mercados consumidores. Uma forte reação à supremacia ibérica sobre a exploração dos mares e novos territórios foi exercida pelos Países Baixos e para legitimar sua ação buscaram um fundamento jurídico que respaldasse seu ato. “Nesse momento contratam a Hugo Grotius que desenvolve [...] o questionamento do direito adquirido sobre os mares e terras atlânticas pelas monarquias portuguesa e espanhola”.<sup>75</sup>

O jurista holandês Hugo Grotius formulou a teoria do direito natural pelo qual os mares estariam abertos à navegação de qualquer nacionalidade, beneficiando os flamengos.<sup>76</sup> Eles tinham até a União Ibérica uma confortável relação comercial com Portugal, a qual veio a se desfazer por vontade da Espanha. Essa atitude impulsionou-os a empreenderem navegações, não reconhecendo nem respeitando os limites coloniais impostos pelas potências ibéricas. Contudo, tiveram que confrontar além dos nativos, as forças metropolitanas. Esses empreendedores relacionaram-se com as populações nativas, algumas vezes amistosamente através da troca inicial de matéria-prima por objetos de pequeno valor para os europeus, mas que fascinavam os

---

<sup>74</sup> SOLANO, Francisco de. Contactos hispanoportugueses en América a lo largo de la frontera brasileña. (1500-1800). In: \_\_\_\_\_. BARNABEU, Salvador (coords.). **Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera**. Madrid: CSIC, 1991. p. 188.

<sup>75</sup> GONZÁLEZ, F. J. D. *apud* PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na capitania do Rio Grande - séculos XVI-XVIII**. Arcaicos e Modernos. 2000, Tese (Doutorado em História), Universidad de Salamanca, Salamanca.

<sup>76</sup> BEBIANO, Rui. **A pena de Marte**: escrita da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI – XVIII). Coimbra: Edições Minerva. 2000. Coleção Minerva-História. p. 163.

índios e que sedimentavam alianças e em outras ocasiões, violentamente instigando rivalidades preexistentes entre as tribos indígenas.

Enquanto esse impasse tramitava os espanhóis não estagnaram seu processo de exploração e conquista. Para os castelhanos, expansão significava conquista clássica, incluindo migração permanente. A migração e fixação para o sul era uma prática enraizada na sociedade castelhana. Em 1513, o Pacífico Sul resplandecia ante os olhos de Vasco Nunes de Balboa; no outono de 1522, retornavam à Espanha os dezoito sobreviventes da expedição de Fernão de Magalhães que tinha unido pela primeira vez ambos os oceanos e verificado que o mundo era redondo ao dar-lhe uma volta completa. Três anos antes, haviam partido da Ilha de Cuba, em direção ao México, as dez navas de Fernão Cortez e em 1523, Pedro de Alvarado lançou-se à conquista da América Central. Francisco Pizarro entrou triunfalmente em Cuzco, em 1533, apoderando-se do coração do império dos Incas e em 1540, Pedro de Valdivia atravessava o deserto do Atacama e fundava Santiago do Chile. Os conquistadores penetraram o Chaco e descobriam o Novo Mundo do Peru à nascente do rio mais caudaloso do planeta.<sup>77</sup> Para o mundo da época, a descoberta da América foi uma decepção, uma barreira entre a Europa e o Oriente. Queriam encontrar na América ou “Índias Ocidentais”, uma passagem para atingir as Índias Orientais. Contudo, as riquezas Asteca e Inca atraíram os espanhóis e iniciou-se a conquista.<sup>78</sup>

Os resultados dessas viagens de descobrimento e a fundação de impérios coloniais foram quase incalculáveis. Para começar, expandiram o comércio, tirando-o dos estreitos limites do Mediterrâneo e dando-lhe proporções de um empreendimento mundial. O pequeno, mas sólido, monopólio do comércio com o Oriente, mantido pelas cidades italianas, foi gravemente prejudicado. Gênova e Veneza mergulharam aos poucos numa relativa obscuridade. Um segundo resultado foi o tremendo aumento no volume do comércio e na variedade dos artigos de consumo.

Outra consequência importante da descoberta e da conquista de terras ultramarinas foi a expansão do suprimento de metais preciosos. Quando

---

<sup>77</sup> GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 23-59.

<sup>78</sup> PINSKY, Jaime (org.) **História da América através de textos**. Textos e documentos. V. 4.

Colombo chegou à América, a quantidade de ouro e de prata existente na Europa mal era suficiente para sustentar uma economia dinâmica. Na verdade, passaram-se cinquenta anos para que se fizesse sentir todo o impacto da riqueza da América. Durante algum tempo o ouro foi o metal mais abundante e era relativamente barato em relação à prata. Por volta de 1540 essa relação inverteu-se. As enormes importações de prata, provenientes das minas do México, da Bolívia e do Peru, produziram tal depreciação no valor da prata que se tornou necessário entesourar certas quantidades de ouro para transações de crucial importância. Daí em diante, durante cerca de oitenta anos, a economia europeia baseou-se na prata. O resultado foi uma tremenda inflação. A mineração de prata na Alemanha foi arruinada pela enxurrada de prata oriunda da América. Em consequência, a posição da Alemanha declinou, enquanto a Inglaterra e os Países Baixos ascendiam a uma situação de proeminência. Durante um breve período a Espanha partilhou dessa proeminência, mas estava pouco aparelhada para conservá-la. O desenvolvimento industrial da Espanha era demasiado débil para atender a demanda de produtos manufaturados por parte dos colonizadores europeus no Hemisfério Ocidental.

Outro fator importante para entender a época moderna e o contexto de conquistas provocado pela circulação de novas idéias e tecnologias é a guerra. Indissociável da História e fundante da mesma, a guerra foi uma constante dos fatos e da vida humana e geradora de novas circunstâncias, espaços e relações.

Então, inicialmente devemos definir o conceito de guerra que pode ser a “luta armada entre nações, ou entre partidos de uma mesma nacionalidade ou de etnias diferentes, com o fim de impor supremacia ou salvaguardar interesses materiais ou ideológicos”<sup>79</sup> ou de uma forma mais democrática como quer Luigi Bonanate ao definir guerra como “embate voluntário [...] com o propósito de submeter um ao outro fisicamente [...] é, portanto, um ato de violência com o qual se pretende obrigar o nosso oponente a obedecer à nossa vontade.”<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> Dicionário Eletrônico Houaiss. **Guerra**.

<sup>80</sup> BONANATE, Luigi. **A Guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 29-30.

Assim, quando um Estado tem interesse por um território e lhe é vetado o intercâmbio, utilizam-se da ferramenta mais eficaz de opressão: a guerra. Contudo, sabemos que nem sempre ao longo da História esse foi o primeiro recurso utilizado nem mesmo que foi o mais eficaz. Porém, sabemos que a época moderna foi marcada por conflitos que desembocavam em guerras para determinação da supremacia.

Segundo Bonanate, a guerra foi gerada pela política, haja vista que ela se desenvolve a partir de uma relação estatal que submete homens acidentalmente.<sup>81</sup> Ele nos lembra que os grandes deslocamentos populacionais promovem transformações culturais decorrentes, primeiramente, “do conflito, da mistura e da integração entre costumes e conhecimentos diferentes e heterogêneos.”<sup>82</sup> Mas, a função cultural da guerra só ocorre quando os membros reconhecerem-se semelhantes no valor e no direito.

Quando a guerra envolve Estados que “medem” forças, os estadistas sentem-se impulsionados a iniciar a guerra quando existe risco a vulnerabilidade do seu país. Podemos dizer que esse foi o sentimento da Coroa Espanhola em relação à Amazônia a partir do século XVI quando as incursões estrangeiras foram intensificadas. As alianças, ao desequilibrarem o arranjo estabelecido, colocaram-se como mais um motivo para ocasionar a guerra e essa era uma estratégia muito utilizada e eficaz no contexto colonial para pacificar o contingente indígena e torná-lo aliado a ponto de defender seu par mesmo contra outra tribo.

A guerra e o comércio são meios para a obtenção de um objetivo, sendo o último mais rentável e pacífico, já que a guerra, além de implicar violência, acarreta despesas que nem sempre são compensadas. No caso amazônico, o comércio foi largamente desenvolvido, configurando um intercâmbio cultural e de produtos.

No contexto europeu, a escassez de produtos como ouro, prata, especiarias, perfumes e drogas incentivou a expansão comercial como já dissemos. A guerra era cada vez mais dispendiosa e a burguesia requeria sempre mais luxo, tornando imprescindível a busca de novas regiões que

---

<sup>81</sup> BONANATE, Luigi. **A Guerra**. p. 66-7.

<sup>82</sup> Ibid. p. 39-40.

abastecessem os desejos europeus.<sup>83</sup> Para efetivar a conquista de novos lugares era preciso estar atualizado na arte da guerra, já que “estava-se perante uma evolução irreversível, pois as técnicas da guerra foram, no tempo do Renascimento, das que mais depressa se transformaram. [...] A arte da guerra, agora, é tal que tem de ser aprendida de novo de dois em dois anos”.<sup>84</sup>

A tecnologia bélica foi sendo aprimorada ao longo da Idade Moderna, pois se passou a perceber que a forma desordenada e imprecisa que eram características dos combates desde a Antiguidade causavam perdas desnecessárias. Para a racionalização da guerra houve um fator decisivo: a utilização da pólvora para disparo. Nesse momento e com a organização dos países em Estados Modernos, o modelo de guerra foi alterado. Numa visão micro, o valor do indivíduo foi afetado, e no âmbito macro, os Estados Nacionais ampliaram a extensão e a intensidade das guerras.<sup>85</sup> Arnold Toynbee também observa que a invenção da pólvora e as descobertas precederam as guerras de religião e estenderam os limites da sociedade ocidental.<sup>86</sup>

No contexto bélico o soldado moderno foi perdendo, paulatinamente, a noção de valor individual. De acordo com Jacob Burckhardt as armas de fogo vieram a afetar o valor do indivíduo, uma vez que ele poderia ser atingido ou morto à longa distância. Isso democratizou a guerra, na medida em que qualquer pessoa podia tornar-se guerreiro, independentemente do seu valor individual ou de sua classe social.

Burckhardt apresenta-nos uma compreensão da racionalidade da guerra renascentista, considerada como uma ciência com técnicas, regras e justificações. Nesse período o que parecia interessar era a performance correta, a solenidade.<sup>87</sup> Porém, nem sempre era possível vivenciar a guerra de forma racional, já que essa ação envolve o sentimento dos combatentes e que, em geral, combate-se por um ideal. Assim, tudo passa a ser encarado emocionalmente e dispensa as regras postas no confronto com a realidade. O

---

<sup>83</sup> DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. V. 1. Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1983.p. 54.

<sup>84</sup> Ibid. p. 187.

<sup>85</sup> Ibid. p. 36.

<sup>86</sup> TOYNBEE, Arnold. **Guerra e civilização**. Lisboa: Editorial Presença, 1963. Coleção Perspectivas. p. 25.

<sup>87</sup> BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 88-9.

próprio autor reconhece essa dimensão: “...sob determinadas circunstâncias, todo esse tratamento racional dispensado aos assuntos bélicos deu lugar aos mais terríveis horrores.”<sup>88</sup>

No século XVII os holandeses foram os mestres da ciência bélica, a qual se espalhou rapidamente pela Europa ocidental.<sup>89</sup> As transformações ocorridas na arte militar na Europa durante a formação dos Estados Nacionais produziram uma revolução, na concepção de Pedro Puntoni, que explicam a primazia da civilização ocidental na constituição dos impérios coloniais, caracterizados pelo crescente uso de armas de fogo, fortalezas construídas nos moldes italianos, o destaque para a infantaria e aumento no contingente dos exércitos e sua profissionalização. Os exércitos eram engrossados com a utilização de índios e marginais que prestavam serviço em troca do perdão de seus delitos.

Apesar do quadro na Colônia ser de retardamento ou desatualização na entrada de inovações técnicas, os europeus souberam adequar-se ao contexto, ainda que adverso. Todo o aparelhamento que foi produzido ou utilizado em Portugal era transportado para o Brasil através dos colonos ou militares que vinham atuar na Colônia, pois “cada colono [era] um homem de guerra”.<sup>90</sup> O saber militar europeu foi transportado no período das invasões holandesas. Além disso, deu origem a um tipo de guerra característico chamado de guerra de emboscada ou guerrilha, responsável pela vitória portuguesa sobre os holandeses em 1654.

A guerra também pertence ao universo cultural indígena e os discursos de viajantes atestam um grande gosto do indígena pela guerra. Independentemente das razões, as guerras aconteceram e eram uma prática indígena anterior ao contato com os brancos que foi, com esse contato, sendo reformulada e incorporando novos saberes para ambos.

Com o encontro cultural, as populações americanas tiveram que se reorganizar e, com isso, os europeus passaram a absorver os costumes dos

---

<sup>88</sup> BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. p. 88-9.

<sup>89</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001. p. 41.

<sup>90</sup> Ibid. p. 71.



nativos e vice-versa.<sup>91</sup> Os hábitos europeus herdados do Antigo Regime tiveram que se moldar aos costumes locais, ainda que existisse resistência, todavia houve a adaptação por uma questão de sobrevivência de ambos os lados. Observamos essa adequação também quanto ao modo de guerrear. O contato entre portugueses, holandeses, índios e negros fez com que os primeiros adquirissem a tática de guerrilha ou guerra de emboscada que era a melhor possível nos territórios da Colônia. E em troca os últimos aprenderam a manejar o armamento vindo da Europa.

As táticas de guerra e a sua concepção passaram por mudanças ou adaptações quando foram transportadas da Europa para a América, dado que durante a conquista e colonização do Brasil figuraram vários personagens estrangeiros e nativos compondo uma nova forma de guerrear e essa mistura de elementos acabou por compor uma forma própria de guerra.<sup>92</sup> Operou-se, assim, uma reconceptualização da cultura imperial de Portugal e Espanha através do diálogo entre o modelo europeu e da experiência americana fragmentada em suas tradições ancestrais.

Essas concepções encontraram-se em solo brasileiro e ao longo de sua convivência foram se moldando para ambos os lados. O indígena aprendeu a utilizar o armamento vindo da Europa e o colonizador aprendeu a se adaptar às condições e conselhos que lhes era oferecido, assim trocavam saberes e experiências, ao mesmo tempo em que elaboravam, consciente ou inconscientemente, um novo saber construído com elementos culturais distintos, porém eficazes para as circunstâncias que vivenciavam.

Era necessário que houvesse motivos para se declarar guerra aos índios, o que a tornava justa principalmente se a questão fosse de cunho religioso. Segundo Beatriz Perrone-Moisés, a guerra justa foi o principal dispositivo legal para a escravização dos índios. Dentre as causas legais para

---

<sup>91</sup> PRODANOV, Cleber Cristiano. **O mercantilismo e a América**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 55.

<sup>92</sup> Existem alguns trabalhos que versam sobre a temática da guerra durante o período colonial brasileiro como SILVA, Janice Theodoro da. O barroco como conceito. In: SCHUMM, Petra. **Barrocos y Modernos**. Nuevos caminos en la investigación del Barroco Iberoamericano. Vervent, 1998. Visualizando a incorporação dos costumes indígenas, europeus e negros nesse processo. Sobre a lógica guerreira e a atuação indígena temos PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, 2002. Um outro trabalho que podemos apontar é uma monografia SILVA, Úrsula Andréa de Araújo. **“TEATRO DAS CRUELDADES”**. Uma narrativa da guerra brasileira. UFRN, 2005.

a guerra justa estavam “a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassalos e aliados dos portugueses [...] e a quebra de pactos celebrados”.<sup>93</sup>

De acordo com a mesma autora, as leis que compunham a legislação indigenista nunca foram reunidas em um código específico. Os interesses dos missionários, colonos e autoridades coloniais sempre confrontavam-se em relação à liberdade dos índios. Podemos dizer que os índios mansos ou amigos foram beneficiados, de certo modo, já que não eram alvo da escravidão (exceto a jesuítica), mas sim promotores dela aos índios bravos.

Uma outra forma de manipular o contingente indígena que não quisesse ser aldeado era permitir a permanência em suas terras tornando-se povo aliado, especialmente quando se tratava de uma nação que ocupasse territórios fronteiriços, de grande interesse para a defesa. Esse tipo de concessão denota a força da resistência indígena apesar dela não ter prevalecido na maioria das situações. Demonstra também uma visão estratégica necessária para a defesa e pacificação dos índios.

Pedro Puntoni salienta a utilização de índios e sua arte militar para dar o tom da chamada guerra brasílica, os quais eram requisitados para o serviço de defesa aos seus senhores ou missionários e conduzidos pelo capitão-da-aldeia ou capitão-da-nação, comumente o principal.<sup>94</sup>

Vimos até aqui quem eram os conquistadores da América, como e por quais motivos decidiram apoderar-se desse território. Porém essa posse não estava restrita ao espaço, ela abrangia o englobamento dos homens que pertenciam a ele. Esses homens foram denominados índios e causaram espanto e estranheza aos conquistadores que pode ser explicado pelo ambiente cultural com que se depararam ao ampliarem e aprofundarem a conquista e pelo imaginário europeu construído em relação a essas populações.

Apesar de haver presença humana nativa nesse território praticando-o, os nativos encontrados foram desconsiderados como seres humanos e,

---

<sup>93</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Guerra Justa. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. São Paulo: Verbo, 1994. p. 385.

<sup>94</sup> PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil. 1650-1720. p. 188.

portanto, o território foi dito desabitado. Pela lei natural os nativos foram considerados apenas um signo, assim as ilhas estavam despovoadas respaldando a conquista das mesmas, pois “os territórios desabitados torna[va]m-se propriedade do primeiro que vier a descobri-los.”<sup>95</sup> Contudo, havia consciência de que existia uma grande população no Novo Mundo e uma sociedade hierárquica. Francisco de Victoria contestou a posse da América argumentando “que os povos indígenas não tiveram seus direitos respeitados.”<sup>96</sup> Assim, formalmente, o ato de posse era inválido. Contudo, ele continuou a ser efetuado em toda parte onde houvesse um conquistador a serviço da sua Coroa, mesmo que “eles não [estivessem] no mesmo universo de discurso”.<sup>97</sup> O ritual da cerimônia de posse<sup>98</sup> não significava aos expectadores – os índios – e por isso eles não esboçavam nenhuma reação ao ato que acabava por ser formalizado mediante o argumento da falta de contestação dos nativos. Esse ritual era praticado pelos conquistadores mediante o contingente nativo sem que eles entendessem o que se passava, pois os símbolos usados pelos europeus não significavam nada à população nativa que assistia esse movimento sem entender e tentando apreender o evento e seus atores. O simples ato de presenciar o ritual conferia-lhes legitimidade. Esse ritual tinha por objetivo simbolizar a posse da terra e se configurar como um ato fundador, um processo de humanização. O ato de nomear também era uma forma de marcar a presença e o controle dos colonizadores sobre as terras que “descobriam” ou efetivamente colonizavam.<sup>99</sup>

É certo que os indígenas que observavam esse ato não entenderam o que estava passando-se. Os indígenas ficavam paralisados, sem reação ao fato que lhes retirava o direito ao seu território porque o ritual era-lhes incompreensível. O entendimento dava-se *a posteriori* através das conseqüências como a desapropriação e escravização.

Vindos de Estados em processo de centralização monárquica, os europeus aqui encontraram comunidades em que o poder político confundia-se

---

<sup>95</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 85.

<sup>96</sup> GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas**. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 86, 91.

<sup>97</sup> Ibid. p. 84.

<sup>98</sup> SEED, Patrícia. **Rituais de posse**. São Paulo: UNESP, 2000.

<sup>99</sup> QUADROS, Eduardo Gusmão de. **Embaixadores de dois reinos: missionários e fronteiras na região amazônico-caribenha (1750-1801)**. Tese de doutoramento. Brasília: UNB, 2005.

com a autoridade moral ou religiosa do chefe supremo. Tendo em vista o aumento da religiosidade com a Reforma, não é de estranhar que causassem escândalo aos padres católicos as práticas religiosas tão diferentes dos indígenas americanos, como as Guerras Floridas dos Astecas.

Os conquistadores defrontaram-se com diferentes tipos de sociedade indígena na América desde os considerados mais primitivos até os de organização mais complexa. É o caso dos chamados impérios Asteca, Inca e da Civilização Maia que possuíam uma desenvolvida economia agrícola, que criava, inclusive, excedentes de produção usados para o abastecimento das camadas superiores dessas sociedades e até mesmo para o comércio. Sociedades em que era dominante o modo de produção asiático, na qual havia classes sociais, Estados centralizados e de administração complexa, mas em que também não havia propriedade privada da terra. Tratava-se de um sistema de servidão coletiva.

Apesar de serem considerados uma massa indissociável, o contato mostrou toda a heterogeneidade desse povo. É verdade que existiam traços comuns, mas as diferenças eram muitas. A língua é um dos fatores pelos quais se pode perceber essa diversidade e era também um obstáculo inicial para o contato com os europeus.<sup>100</sup>

Os ameríndios, segundo Schwartz e Lockhart, foram divididos segundo o critério de fixação no espaço como não-sedentários, semi-sedentários e sedentários. Quanto menor o nível de fixação o contato poderia ser mais dificultado, haja vista que os índios com hábitos nômades eram menos sociáveis. Não havia nenhuma obrigatoriedade de contato entre as tribos, muitas comunidades não sabiam nada sobre outras tribos mesmo que estivesse geograficamente próximas. Uma pretensa unidade política destes povos só cresceu lentamente com a experiência colonial.

Houve um outro tipo de classificação, a cultural, que levava em consideração o grau de organização da sociedade: altas culturas e demais culturas. A esfera das altas culturas da América tinha um traço histórico de multiplicidades, porém as fontes não permitem maiores conclusões. Os

---

<sup>100</sup> URBAN, Greg. A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. FREIRE, José Bessa. Da "fala boa" ao português na Amazônia brasileira. **AMERINDIA**, n.º 8, 1983.

cronistas espanhóis em geral deixaram-se impressionar favoravelmente pelas concepções jurídicas e pela organização judiciária de Astecas e Incas, atitude inversa à que tiveram quanto às práticas religiosas. As fontes jurídicas reconhecidas eram os costumes dos diferentes povos. O processo judiciário tinha grau equivalente de organização e sofisticação – vários tipos de juízes e tribunais. A esfera das demais comunidades indígenas consideradas mais simples foi estudada somente em relação ao Brasil por Arno Wehling. Segundo ele, esse é um tema pouco conhecido e estudado. As fontes do direito eram os costumes tribais e as decisões dos chefes ou do conselho dos anciãos, sem que se conheça instância de recurso. A matéria jurídica compreendia normas relativas ao parentesco e às guerras inter-tribais.

Essas esferas jurisdicionais encontraram-se na América e promoveram um cruzamento através de concessões e reconhecimento das práticas consolidadas dos povos “dominados” pelos “dominadores”. Em grande medida, as regras locais eram respeitadas e mescladas ao direito ibérico, mesmo porque o processo de implantação dos preceitos dos colonizadores era algo que demorava bastante devido à longa tradição da cultura indígena. Em questões de incompatibilidade entre as leis, o jurista local recorria ao bom senso. Um exemplo dessa realidade é relativo ao matrimônio. Na cultura indígena o casamento consangüíneo era permitido, ou melhor, era um costume.<sup>101</sup> Para as sociedades ibéricas estava proibido por lei. Mediante impasse na realidade colonial, o caminho mais seguro era a permissividade da união entre parentes de segundo grau em diante, nunca de primeiro grau.

Nas regiões ocupadas por sociedades indígenas de média e alta culturas, onde a concentração populacional era grande, a hierarquização social apresentava-se bem definida, a economia tinha excedentes produzidos por mão-de-obra trabalhando em relações de produção baseadas na servidão coletiva, os sistemas políticos eram ou tendiam a ser centralizados, a conquista fez-se pela subjugação dos ameríndios. Essa modalidade ocorreu, sobretudo nas áreas dos Impérios Inca, Asteca e Maia, o que explica terem os indígenas persistido como componentes predominantes da população do Peru, Bolívia,

---

<sup>101</sup> WEHLING, Arno. “A propósito do “encontro de culturas”: princípios e fundamentos jurídicos em confronto na América quinhentista”, Lisboa, *Actas do IV Congresso das Academias da História Ibero-americanas*. 1986, p. 81-94.

Equador, México e outras atuais repúblicas latino-americanas. Modalidade inteiramente diferente das duas anteriores foi a ocorrida no Paraguai. Desde os primeiros contatos entre os espanhóis e os índios guaranis criou-se uma interdependência.

Portanto, a convivência de culturas tão diferentes para ser praticável e em muitas medidas pacífico exigia certo grau de concessões e mesmo de reconhecimento das instituições (que não eram assim consideradas) nativas.

Essas considerações são muito pertinentes para o caso da Amazônia porque os índios que ali viviam eram vistos como seres que estavam num estágio de evolução primário mesmo que suas instituições funcionassem de acordo com sua lógica interna, mas que para os olhos dos colonizadores eram bárbaras. Autores como Márcio Souza apontam dados que colocariam os índios amazônicos entre as sociedades de altas culturas, tese muito contestada segundo a proposição de que o ambiente amazônico não seria propício ao desenvolvimento especializado. O intercâmbio cultural e o pagamento de tributos aos Incas poderiam figurar como a resposta para os achados arqueológicos na Amazônia sem que tivesse sido produzido ali.<sup>102</sup>

Após o contato inicial e a formalização do direito territorial que abrangia a posse dos nativos, os conquistadores passaram a se relacionar com essa população de acordo com seus critérios culturais que eram baseados no modelo hierárquico, resultando na exploração da mão-de-obra nativa.

Finalmente temos que destacar as conseqüências espaciais da política atlântica que acabaram por implicar também formas de relações diferenciadas nos diversos ambientes onde foram aplicadas as práticas dessa política. Provavelmente essa é a conseqüência mais importante de todo esse contexto por ter definido centros e periferias coloniais que deram nova dinâmica à História e estabeleceram marcos que ainda são sentidos hoje.

A política dos Impérios em expansão adequava-se à importância econômica que a Colônia representasse. As limitações ou estímulos ao desenvolvimento de uma região obedeciam ao posicionamento geopolítico que o lugar ocupa no contexto geral da trajetória e expansão da colonização. Essa

---

<sup>102</sup> FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

foi a tendência que criou regiões centrais e marginais no sistema colonial.<sup>103</sup> Logo, locais que apresentavam atrativos comerciais desde os primeiros momentos seriam transformados em centros coloniais para onde se transportariam colonos e toda a estrutura administrativa e eclesial, ainda que essas estruturas funcionassem precariamente. Os locais mais distantes, desconhecidos ou onde não fossem detectados produtos comerciáveis eram considerados periferia, pois essa relação leva em consideração principalmente o fator econômico. Contudo a condição de centro ou periferia é mutável. Mediante a descoberta de produtos mais lucrativos ou o esgotamento da exploração anterior, o foco é alterado.

Já nas regiões de fronteira, as formas de intervenção obedeciam a uma política de conquista e de redução. A região que resistia à dominação poderia não apresentar a menor possibilidade de integrar-se na dinâmica ocidentalizada do sistema colonial. Podemos tomar como exemplo a América com relação à Espanha e a Portugal no século XVI. A América Espanhola ocupava um lugar de destaque para sua Metrópole. Os “reinos de Índias” não eram inferiores aos demais reinos unidos à Espanha. Do ponto de vista do direito público não eram considerados países estrangeiros e seus naturais eram considerados súditos da Coroa. A América Portuguesa, ao contrário, era uma possessão exploratória, pois a Coroa estava voltada para o comércio nas Índias. Na América Portuguesa vigorava uma política semelhante à feudal na administração da terra, pois o donatário não era proprietário da terra e sim uma espécie de arrendatário, diferentemente da América Espanhola.

A distância da América com relação à Coroa impossibilitava uma organização administrativa inteiramente assumida e dirigida pela Metrópole tanto espanhola quanto portuguesa. Por isso, os soberanos incentivavam o espírito de iniciativa e lucro.<sup>104</sup> Para solucionar esses problemas a Espanha criou a Casa de Contratação (1503), para fazer o transporte dos viajantes para a América e o Conselho das Índias que foi efetivado em 1524. Inicialmente tinha-se a figura do *adelantado*, como Cristóvão Colombo que exercia um governo pessoal e exclusivo.

---

<sup>103</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. **Fronteira, jesuítas e missões**. In: [www.cafefilosofico.ufrn.com.br](http://www.cafefilosofico.ufrn.com.br)

<sup>104</sup> BENASSAR, Bartolome. **La América española y la América portuguesa, siglos XVI-XVIII**. 2. ed. Madrid: Ediciones Akal, 1987. p. 82-3.

A estrutura político-administrativa pode ser dividida em dois casos: o da metrópole e o da colônia. Na metrópole, os principais órgãos da administração colonial eram a Casa de Contratação, o Conselho de Índias, os juízes de residência e os visitadores. Na América, se dispunha assim: os vice-reinos, as audiências, as capitais gerais e os *cabildos*. A máquina dirigente era completada com a ajuda da Igreja, intimamente ligada ao Estado Espanhol.<sup>105</sup>

Por causa dessa distância e pela dificuldade de comunicação criou-se a necessidade de dar autonomia às instituições na Colônia, principalmente nos vice-reinados espanhóis. Existia uma hierarquia bem definida na América Espanhola onde os governadores estavam no topo sendo um instrumento de controle burocrático e que exerciam o mandato de três a oito anos; depois vinham os capitães gerais incumbidos das funções militares; as Audiências representavam a conveniência de uma instância administrativa constituída por altos funcionários com igualdade de direitos e os vice-reis<sup>106</sup> advinham da alta nobreza. O território estava dividido em municípios e cidades de onde emanava o poder local através dos *vecinos*, *alcaldes* e *cabildo*. Já a América Portuguesa funcionou primeiro como uma feitoria, depois foi dividida em capitanias hereditárias e um controle estatal só foi efetivado a partir do Governo Geral em 1549.

Segundo Schwartz e Lockhart, os europeus que se fixavam em áreas periféricas eram pobres, marginais e não traziam mulheres consigo para habitar essas áreas isoladas e que não possuíam atrativos econômicos. A atuação desses homens dava-se através da escravização dos índios, da guerra prolongada e pelas missões. As mudanças e a implantação de estruturas que pertencessem ao centro foi bastante lenta, mas ocorreram tentativas.

Áreas como o rio da Prata, o Brasil Meridional, a Argentina, a Venezuela, o Chile foram consideradas como periferia por apresentarem traços gerais semelhantes, diferenciados pela administração colonial. Essas áreas abrigavam indígenas semi-sedentários que possuíam uma estrutura minimamente organizada sob a qual era possível impor uma colonização.

---

<sup>105</sup> AQUINO, Rubin Santos Leão de, JESUS, Nivaldo Freitas de Lemos e OSCAR, Guilherme Pahl Campos Lopes. **História das sociedades americanas**. 8 ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.

<sup>106</sup> BENASSAR, Bartolome. **La América española y la América portuguesa, siglos XVI-XVIII**. 2. ed. Madrid: Ediciones Akal, 1987. p. 93. SÁNCHEZ, Carlos J. Hernando. **Las Índias en la monarquía católica**. Imágenes e ideas políticas. Valladolid, 1996. p.140 e 150.



Esses espaços dividiam jurisdições, o que possibilitava comércio, contrabando, guerras e um trabalho de diplomacia intenso para solucionar questões de impasses a nível territorial e de soberania. Uma das dificuldades para delimitar e definir a fronteira era a interligação da área e a semelhança básica das sociedades de ambos os lados. Nas localidades sob o domínio espanhol a *encomienda* foi uma estrutura aplicada mesmo nos locais de difícil emprego. Por estarem instaladas em zonas isoladas, existia o favorecimento de não haver concorrência nem uma presença institucional incisiva, ou seja, eram praticamente instituições autônomas. Isso deu uma sobrevida maior a esse elemento nas periferias do que em áreas centrais. Os europeus integravam-se na vida indígena de uma forma espetacular: tornavam-se chefes e gozavam de muito prestígio; no Paraguai os espanhóis mantinham verdadeiros haréns, o que os colocava em conflitos com os padres, além da problemática constante da escravização indígena. Em muitas áreas a *encomienda* deixou de ser viável, mas, mesmo assim, sobreviveu.

Considerando tudo que foi discutido e apontado podemos dizer que integrar a política atlântica podia ser atraente, mas também era uma tarefa difícil de pôr em prática devido às várias nuances que envolviam os diferentes interesses imperialistas. Mais complicado então era participar inconscientemente de um empreendimento tão complexo como foi num primeiro momento para os ameríndios. A realidade vivenciada a partir dessa convivência de europeus e nativos gerava a necessidade de adaptação institucional e cotidiana. Tudo isso acarretava mudanças em todos os aspectos, pois era impossível implantar os modelos na forma original, era preciso ocorrer um ajustamento. Culturalmente operavam-se as transformações que conseqüentemente modificavam o espaço, pois esses processos estão imbricados.

### 3. A CRUZ E A ESPADA: transformações espaciais e o nascimento de um novo espaço

Vamos agora passar à discussão sobre o espaço. Entendemos que a construção desse elemento é fruto da ação humana, o que materializa um ato cultural. Michel de Certeau enfrentou essa discussão em sua obra “A invenção do cotidiano” ao analisar as relações humanas com os caminhos da cidade. A partir dessa análise, ele chegou à conclusão de que o espaço é “um lugar praticado”<sup>107</sup>, ou seja, um lugar, um ambiente é considerado espaço na medida em que se torna usual, que circunscreve trajetórias, caminhos e histórias.

Dessa forma, acreditamos que a Amazônia é também um espaço construído e que sua delimitação foi promovida pela ação conjunta de índios, missionários, mestiços, europeus e sertanistas num processo que se estende do século XVII ao início do século XVIII, pois temos como limite espacial e suporte documental os relatos de Samuel Fritz.

Assim, queremos pensar a construção do espaço colonial na Amazônia em conexão com a política atlântica e a fronteira missional.

A conquista da Amazônia fez-se mediante a movimentação espacial promovida pelos diversos agentes desse processo. Dessa forma torna-se necessário definir conceitos que esclarecem o processo de construção espacial. O primeiro deles é propriamente o espaço que é construído a partir das práticas humanas. Ligado ao primeiro, temos o estriamento, que corresponde à idéia de colocação e exploração do espaço. A Amazônia parece abarcar perfeitamente essa definição de relação espacial por se tratar de uma imensa floresta que dificultava a locomoção em seu seio, mas que, por outro lado, também sofria estriamento pela atuação dos índios que lá habitavam. De acordo com estudos arqueológicos e etnográficos, podemos dizer que os indígenas foram os responsáveis pelo estriamento<sup>108</sup> do território da América e, por conseguinte, da Amazônia.

---

<sup>107</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 201-2.

<sup>108</sup> Estriamento é um conceito bastante pertinente para pensar as práticas no espaço (CERTEAU, 1994) dos agentes humanos. É uma categoria que nos chega através do trabalho de Gilles Deleuze e Félix Guatarri **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

O espaço estriado é caracterizado pela ação e presença humana que o modificam e pode ocorrer em duas modalidades de corte: o planejado, somente possível se houver conhecimento prévio do lugar, e o desordenado, característico de exploradores ou aventureiros. No caso do estriamento colonial consideramos como desordenado tanto o indígena, num primeiro momento, como o do agente colonizador europeu, pois o movimento indígena era nômade ou semi-nômade e o europeu seguia quase que um instinto desbravador sem planejamento ou era guiado pelos naturais a seu modo.

Essa relação ocorre simultaneamente para os interlocutores, ou seja, o espaço amazônico de Maynás era estriado para os Omágua, pois eles o praticavam, viviam e mantinham uma relação com a terra. Para os colonizadores ou missionários esse espaço era liso na medida em que lhes era desconhecido. Ao praticá-lo, estriavam-no e ao mesmo tempo tornavam aquele espaço liso para os indígenas por introduzirem uma nova lógica espacial, novos ambientes.

E por fim, o que significa fronteira. Francisco de Solano define fronteira como

*'los espacios de reciente ocupación, áreas en vías de colonización. Espacio geográfico en el cual los procesos de producción, de estructuración institucional y social no se han integrado aún en un continuo normal, pero están en camino de formación o de transformación'. Y dentro de esta definición, puede hablarse de una frontera comercial, una frontera demográfica, una frontera agrícola y/o una frontera minera.*<sup>109</sup>

Ainda de acordo com seu pensamento fronteira e linha de demarcação não querem dizer a mesma coisa. A primeira significa a separação na prática entre as jurisdições e a segunda é a divisão oficial que nem sempre ou nunca foi respeitada. Ele salienta que nessas fronteiras os habitantes estiveram mais em contato que em luta.

---

<sup>109</sup> SOLANO, Francisco, BARNABEU, Salvador (coords.). **Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera**. Madrid: CSIC, 1991. p. 191.

Essa consideração pode ser pensada de duas formas para a região de Maynás. Antes de ser alvo de interesses imperialistas com a confluência de espanhóis e portugueses, os habitantes estiveram em contato pacífico com outros povos através do comércio e contrabando de produtos na parte Sul em direção ao Caribe. No Ultramar a atividade do contrabando representou um comércio muito florescente, lucrativo e, em alguma medida, necessário, pois os Impérios em expansão não permitiam a exploração das áreas sob suas jurisdições, o que acabava por gerar uma situação de ilegalidade para aventureiros e conquistadores. Em contrapartida lutas foram travadas ao norte para impedir o avanço luso-brasileiro as suas terras. *“Denunciada ésta a través de las quejas jesuíticas por los ataques bandeirantes, por reclamaciones oficiales del Estado español por irregularidades y transgresiones de límites.”*<sup>110</sup>

Em cada lado da linha de demarcação a ocupação fez-se de forma própria e distinta da outra e o não cumprimento das resoluções do Tratado de Tordesilhas aliado às práticas espaciais de expansão independentes colocaram-no obsoleto, o que resultou em novas discussões e assinatura do Tratado de Madri mais tarde.

Para Francisco de Solano, Tordesilhas foi a única fronteira delimitada juridicamente em comum acordo entre as diplomacias portuguesa e espanhola. Porém, essa fronteira ficou submetida a interpretações e a vaguidade das medidas, o desconhecimento geográfico, humano e ecológico, a fisionomia difusa dos espaços cortados, condicionaram uma fronteira movediça e dinâmica. Esse dinamismo estava diretamente relacionado com os interesses social, econômico, político e administrativo de cada país. Além do fato de que na realidade cotidiana de conquistadores, colonos e índios era impossível saber onde espacialmente estavam localizados, ou seja, a transgressão do território fazia-se também pela dificuldade de demarcar as fronteiras e pela liberdade de que os agentes humanos nesse contexto tinham para locomover-se.<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> SOLANO, Francisco, BARNABEU, Salvador (coords.). **Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera.** p. 189-90.

<sup>111</sup> \_\_\_\_\_. Contactos hispanoportugueses en América a lo largo de la frontera brasileña. (1500-1800). In: \_\_\_\_\_. BARNABEU, Salvador (coords.). **Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera.**

De acordo com os estudos de Maria Emília Monteiro Porto podemos considerar a fronteira como espaço bélico e de trocas culturais, ou seja, é nesse lugar de tensões que homens confrontam-se para alcançar a paz e o acordo.<sup>112</sup>

A cobertura por florestas contínuas deu à ocupação da Amazônia uma dinâmica que se desenvolvia exclusivamente ao longo dos rios.<sup>113</sup> A vastidão da bacia hidrográfica abrange, na atualidade, cinco países e é caracterizada por sua imensa área verde e enorme e complexa rede hidrográfica. O rio Amazonas corta aquela planície aproximadamente ao meio e é navegável em toda a sua extensão, ultrapassando os 25 mil quilômetros de bacia. A penetração e a fixação do branco e, conseqüentemente, a dizimação da população nativa obedeciam ou eram limitados pelos cursos dos rios e afluentes. Contudo, a várzea teve grande importância no processo de ocupação colonial por ter sido a única via de penetração. Essa porção do território representa 1,5%, enquanto a terra firme representa 98%.

Foi esse espaço natural fechado o palco de infinitas histórias que estão abrigadas ali e algumas perdidas para sempre. Um espaço totalmente adverso e repelente pelo isolamento e pela natureza indomável, ela própria atuando como defensora dos seus nativos devido a difícil sobrevivência que se impunha naquelas paragens, entre elas a modificação periódica do curso dos rios e suas enchentes.

Mas, por que ir a um local tão distante e adverso como a Amazônia? Com as viagens exploratórias e a decadência do Oriente, os mitos e as aspirações de riqueza foram transportados para a América. O encontro com populações ameríndias fez, num primeiro momento, concretizar todo o imaginário em torno desse espaço que se acreditava ser a Ásia. Além disso, havia uma motivação cristã para o contato. As expedições tinham um caráter de Cruzada com a finalidade de converter os infiéis e idólatras.

Na Amazônia tivemos uma conquista operada por espanhóis e portugueses e o contato com outros povos como holandeses, franceses, ingleses que também acabaram por fazer parte desse processo cultural.

---

<sup>112</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. **Fronteira, jesuítas e missões**. In: [www.cafefilosofico.ufrn.com.br](http://www.cafefilosofico.ufrn.com.br).

<sup>113</sup> HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 14.

A exploração e ocupação da Amazônia pertencem a um movimento maior que ia se expandindo até alcançar esse espaço. O Mar do Sul era o início das rotas de penetração espanhola no Novo Mundo.<sup>114</sup> Essas rotas foram criadas a partir da viagem de Vasco Núñez de Balboa. Em 1494, apesar da resistência sofrida, os espanhóis conseguiram estabelecer-se na Venezuela consolidando o comércio escravista e de exploração de peles, pérolas e ouro no interior. Os espanhóis atravessaram o continente a partir de 1509 pelo istmo do Panamá avançando sobre o que será Porto Rico, Jamaica e Cuba. Com o esgotamento das jazidas de ouro e da mão de obra indígena seguiram ao continente em duas grandes e simultâneas direções. Conquistaram o Império Asteca com Hernán Cortéz e se fixaram no México entre 1519 e 1521. A etapa seguinte foi a conquista da Colômbia até alcançar o Peru com Francisco Pizarro, conquistando o Império Inca em 1532-1533.

A viagem de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca iniciou a conquista da América do Norte pelo sul e se seguiu com Hernando de Soto e Coronado do México entre 1539 e 1542. La Espanhola era a sede principal e o ponto de contato com as Antilhas. Iniciava-se a consolidação da etapa caribenha da conquista. A exploração do ouro apresentou possibilidades de estabilização nessa área. Na fase caribenha não houve conquista plena, pois as relações expressavam-se pelas trocas e incursões. Nas Filipinas o sistema de *encomiendas*<sup>115</sup> foi testado, porém não logrou êxito devido à insuficiência econômica para manter um comércio internacional. Assim, “a tendência foi, ao fim, alcançar um predomínio colonial nas Américas, deixando na Ásia redutos comerciais, demonstrando ressonâncias da atividade genovesa-portuguesa no Mediterrâneo, África e Ásia e que começam a dissolver a imagem de um povo tradicionalmente imóvel.”<sup>116</sup> 1544 foi o ano da descoberta das minas de prata em Potosí o que obrigou a Coroa espanhola a ampliar a administração da conquista americana devido à rentabilidade do negócio que florescia ali.

---

<sup>114</sup> GIRALDO, Manuel Lucena. **Laboratório Tropical**. Caracas, Monte Ávila Ed. Latinoamericana/CSIC, 1993. LOCKHART, James e SCHWARTZ, Stuart B., **América latina en la edad moderna: una historia de la América española y el Brasil coloniales**, AKAL, D. L. 1992.

<sup>115</sup> A *encomienda* era uma forma de trabalho compulsório indígena nas zonas rurais em troca do atendimento religioso. Foi extensivamente usada na colonização da América Espanhola entre os Incas e Astecas antes de ser substituída pela mita.

<sup>116</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. **Visões da fronteira tropical**. Tese de pós doutoramento. Madri, 2006.

A ocupação espanhola obedecia à dinâmica do sistema de estações de relevo, onde cada conquista preparava a próxima etapa. As condições locais eram o motor da conquista. “O governador local apoiava ou ajudava a organizar a operação, esperando anexá-la a seu território, o que geralmente não acontecia. Quando o chefe da expedição conquistava, se dirigia à Coroa e acabava por conseguir uma governação separada”.<sup>117</sup> Com a efetivação das conquistas as instituições administrativas como o Requerimento, o Conselho de Índias de 1524, as *Ordenanzas de Nuevos Descubrimientos y Poblaciones* de 1573, a *Recopilación de Índias* de 1680, os cargos jurídicos, eclesiásticos, civis e militares, a distribuição de terras, o apoio à especialização regional, a distribuição da população indígena e a lenta implantação do sistema urbano eram transferidas para a nova colônia.

Os primeiros conquistadores da Amazônia de que se tem notícia são os espanhóis. Porém, esse foi quase sempre um território de tensão, haja vista que essa fronteira esteve sempre em movimento pela atuação de portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, ingleses, indígenas e sertanistas e porque era uma área de comércio intenso.

Os espanhóis que haviam conquistado o Império Inca tencionavam conquistar o território além da Cordilheira dos Andes. Vicente Yanez Pinzón já havia tomado posse das terras para a Coroa de Espanha, restava consolidar a conquista. As tentativas anteriores a Gonzalo Pizarro fracassaram, mas ele persistiu no seu objetivo de tomar posse do território para encontrar canela, especiaria de grande valor comercial e o reino do El Dorado no noroeste da Amazônia.<sup>118</sup> Com sua expedição confirmou-se o reconhecimento geopolítico de posse da Espanha sob a Amazônia, pois as terras descobertas situavam-se a oeste do meridiano indicado no Tratado de Tordesilhas.

A penetração espanhola na Amazônia foi uma conseqüência “natural” da conquista, pois o território a leste dos Andes pertencia ao Império Inca que possuía quatro divisões sendo a que correspondia à Amazônia chamada de *Antisuyo* e os povos dali de *chunchos*. Motivados pelos mitos do *El Dorado* e

---

<sup>117</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. **Visões da fronteira tropical.**

<sup>118</sup> RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia.** Da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005. SOUZA, Marcio. **Breve História da Amazônia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Agir. 2001.p. 24 e 29.

do País da Canela, adentraram a região após a transposição dos obstáculos físicos e materiais da empreitada. Ao se depararem com os povos amazônicos descobriram que os boatos não iriam concretizar-se. Mas nem tudo estava perdido, apesar do calor, da umidade, dos insetos e do tratamento dos ameríndios, havia um número altíssimo deles para serem “civilizados” e então passaram a aplicar o modelo de colonização que conheciam: fundação de vilas e escravização do contingente indígena. Muitas tribos foram bastante resistentes como os Incas anteriormente e as doenças ajudaram a dizimá-los. “É óbvio que, nessas condições, foi difícil criar e impor as instituições de colonização e controle que haviam sido usadas no México ou na região central dos Andes”.<sup>119</sup>

Estava conhecida a Amazônia litorânea e coube a Francisco de Orellana desbravar o interior. Pizarro não foi recebido amistosamente por algumas tribos indígenas e reagiu violentamente, matando vários índios. Após 10 meses de viagem, chegaram ao rio Coca, onde Orellana foi incumbido de comandar expedição pelo rio Amazonas, passando pelo Napo, Paranauaçu, Negro e Nhamundá, onde teriam encontrado as mulheres guerreiras de Conhori. Os Reis Católicos, atendendo ao pedido de Orellana, nomearam-no *Adelantado* e governador das terras descobertas, a qual chamaram Nova Andaluzia. Voltou com recursos próprios, mas morreu no arquipélago de Marajó.

Desde esse período homens de todas as partes do globo confluíram para lá na intenção de concretizar seus sonhos de riqueza e estabilidade, viver grandes aventuras e materializar os mitos que ouviam, constituindo uma prática específica de viagens.<sup>120</sup> Índios, aventureiros, conquistadores, contrabandistas e religiosos estiveram ali, cada qual com o seu objetivo e mantendo relações de diversas ordens tais como convivência pacífica, guerra, submissão, trocas.

Podemos dizer então que os capítulos iniciais da história da Amazônia foram escritos por indígenas e espanhóis. Pelo Tratado de Tordesilhas todo o rio Amazonas localizava-se em território espanhol, porém esse não foi um fator que tivesse provocado desânimo à ambição portuguesa e assim transpondo

---

<sup>119</sup> SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 323.

<sup>120</sup> GIRALDO, Manuel Lucena. *Imperios confusos, viajeros equivocados: españoles y portugueses en la frontera amazónica*.



obstáculos naturais como vegetação e clima e o próprio isolamento provocado por estes conseguiu-se conquistar essa fronteira às custas de muitos esforços e vidas.

A penetração portuguesa na Amazônia começou no século XVII para tentar manter outros europeus afastados dali, pois eles “foram antecidos, no vale amazônico, pelos espanhóis e pelos anglo-holandeses. Os espanhóis, no papel de descobridores; os anglo-batavos, como primeiros ocupantes e exploradores.”<sup>121</sup> As primeiras três décadas do século XVII foram essenciais para consolidar o domínio português da foz do rio Amazonas. Seguiram, então, avançando para o norte em conflito direto com os espanhóis e seus aliados, atravessando deliberadamente a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. A penetração territorial promoveu o encontro na Amazônia dos colonizadores de ambas as Coroas, missionários, índios e sertanistas. Aqueles que vinham promovendo a conquista da costa leste-oeste da América Portuguesa queriam continuar sua expansão até onde a vista alcançasse e as vidas agüentassem. Depararam-se com dificuldades: era preciso saber lidar com o espaço natural amazônico e era preciso vencer os obstáculos humanos como missionários a serviço da Espanha e os ameríndios viventes ali.

Entre 1600 e 1630, os portugueses consolidaram o seu total domínio da foz do rio Amazonas. Avançaram para o norte, sob a desconfiança dos espanhóis, e atravessaram a linha do Tratado de Tordesilhas. Com a fundação do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém (1616), os portugueses violaram deliberadamente o tratado e se aproveitaram do fato de Portugal estar sob o domínio espanhol.<sup>122</sup>

O Maranhão que havia sido fundado em 1612 como colônia francesa, tornou-se parte do domínio português estabelecido por carta régia de 13 de junho de 1621 e compreendia as capitanias do Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, hoje Amazonas. O Maranhão estava diretamente subordinado a

---

<sup>121</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Difel, 1976. t. 1, v. 1. p. 257.

<sup>122</sup> SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir. 2001. p.71.

Lisboa, tendo sua área sido sucessivamente redefinida obedecendo a novas estratégias de defesa e colonização. O povoamento no século XVII deu-se através dos engenhos de açúcar e outra frente – gado – a partir de Pernambuco e Bahia pelo sertão. A fundação do Estado do Maranhão e Grão-Pará como diretamente subordinado a Lisboa configurou-se como uma ação institucional irreversível perante à Espanha, ou seja, essa subordinação à Coroa Portuguesa denotava a separação na prática dos interesses e políticas da duas Coroas que estavam unidas. Sua posição geográfica permitia o acesso mais próximo à Metrópole e agilidade no processo decisório sobre questões locais, pois do Maranhão e do Pará era mais fácil se comunicar com Lisboa que com a Bahia, pois esse território era isolado do resto da América Portuguesa.

Em 1616, os portugueses após terem sido expulsos do Maranhão, fundam um forte nas proximidades do rio Pará dando origem à cidade de Belém, o que resultou em lutas constantes com os nativos chegando a quase despovoar a região. A expedição de Castelo Branco insere-se na lógica da ocupação litorânea da costa leste-oeste e para demarcar os limites territoriais entre as Coroas Ibéricas. “A 13 de dezembro, reunidos os chefes militares, ficou deliberado o imediato avanço sobre o Amazonas.”<sup>123</sup> Ergueram o forte do Presépio e a terra ocupada foi chamada “Feliz Lusitânia”. De acordo com Márcio Souza, com a fundação do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém (1616), os portugueses violaram deliberadamente o tratado e se aproveitaram do fato de Portugal estar sob o domínio espanhol.<sup>124</sup>

Castelo Branco fez aliança com os Tupinambá e construiu um núcleo urbano e igreja matriz em devoção à Nossa Senhora de Belém. Contudo, a convivência não foi sempre pacífica. A tranquilidade inicial foi quebrada pelos conflitos com os Tupinambás, estrangeiros e entre os próprios fundadores do novo núcleo.<sup>125</sup>

Prosseguindo a ocupação luso-brasileira do espaço temos Bento Maciel Parente, um capitão e grande exterminador de índios do Maranhão foi nomeado em 1626 capitão-geral do Ceará, recebeu autorização para fazer

---

<sup>123</sup> HOLANDA, Sergio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.259.

<sup>124</sup> SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir. 2001. p. 71.

<sup>125</sup> Ibid, p.260.

expedições ao rio Amazonas e no ano seguinte a capitania hereditária de Cabo do Norte foi-lhe concedida, a qual pertencia a margem norte do Amazonas. Operou-se nessa região uma verdadeira corrida para legitimar a posse das margens do rio que, a essa altura, já era alvo de ambições. Sucederam expedições exploratórias que acabaram por tomar a posse espanhola do rio.

Um século após a expedição de Francisco de Orellana no sentido oeste-leste, Pedro Teixeira foi incumbido pelo governador de São Luís a fazer o trajeto contrário – leste-oeste – em direção a Quito com o objetivo de ocupar essa vasta extensão de terras para a Coroa Portuguesa. As instruções recebidas do governador do Maranhão e Grão-Pará Jácome Noronha eram de reconhecer o rio Amazonas, identificar portos para serem fortificados, assegurar boas relações com as populações indígenas e implantar, em área próxima às terras dos Omágua, uma povoação portuguesa. Seguiu até Quito onde foi calorosamente recebido com sua expedição, foi abastecido e voltou na companhia de dois sacerdotes jesuítas Cristóbal de Acuña e André de Artiede. A presença desses religiosos é fato contemplado no Diário de Samuel Fritz: *“Los primeros de la Compañía que entraron á la Grande Omagua, fueron, por el año de 1639, los PP. Cristóbal de Acuña y Andrés Artieda”*.<sup>126</sup>

Era 1639 e do ponto de vista português os limites estavam postos mesmo violando o Tratado de Tordesilhas. Vivia-se a União Ibérica ainda, o que teria conferido legitimidade ao ato de Pedro Teixeira. O movimento de penetração continuou mesmo no ano seguinte quando se extinguiu a união dinástica. Essa entrada obteve uma importância geopolítica formidável e foi inclusive um dos argumentos da diplomacia portuguesa para respaldar a posse desse território frente aos interesses espanhóis.

A principal entrada do século XVII foi a de Pedro Teixeira, pelo rio Amazonas. Motivado pela chegada a Belém, por via fluvial, de espanhóis saídos de Quito, Pedro Teixeira organizou a expedição de 1637, objetivando definir a rota Pará-Peru, há décadas ambicionada. Subindo o Amazonas e o Solimões, tomou posse para Portugal, simbolicamente, das

---

<sup>126</sup> MARONI, Pablo. *Noticias auténticas del famoso río Marañón y misión apostólica de la Compañía de Jesús [...], escribíalas por los años de 1738 un misionero de la misma compañía*. Iquitos (Perú): Instituto de Estudios de la Amazonía Peruana; Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía, 1988. Série Monumenta Amazônica. p. 307.

terras até o rio Napo, o que evidentemente ultrapassava de muito o meridiano de Tordesilhas. [...] Com base na viagem de Pedro Teixeira que a diplomacia portuguesa, mais tarde, reivindicou o direito de posse da Amazônia. Além disso, a expedição facilitou a instalação posterior de fortes e missões religiosas no vasto território.<sup>127</sup>

Percebemos aqui a questão da fluidez da fronteira e da mudança sobre a importância que é atribuída a uma localidade. Com a União Ibérica a disputa pela Amazônia tomou dimensões geopolíticas importantes. A soberania da Amazônia foi um problema enfrentado por Portugal e Espanha, pois a insatisfação com essa situação era muito grande e provocava conflitos dentre os quais o mais diretamente vinculado à questão geopolítica foi o que envolveu a ação missionária do padre Samuel Fritz. Havia uma luta constante entre os agentes espaciais na fronteira entre as Coroas Ibéricas na Amazônia. A fronteira imaginária era personificada pela atuação dos corpos no espaço, pois onde houvesse um homem ali estava a fronteira<sup>128</sup>. No caso trabalhado aqui essa fronteira era uma verdadeira muralha do sertão que era constituída por mais ou menos 28 tribos sob o controle de Samuel Fritz.

Portugal e Espanha estavam sob o comando da dinastia espanhola dos Habsburgos e como o Brasil era uma colônia portuguesa ficou sob o domínio da Espanha. A Amazônia continuava sob a autoridade da Espanha, mas intensificava-se um movimento de interiorização luso-brasileira que acarretou conseqüências diplomáticas que só irão ser resolvidas em 1750.

Ainda durante a União Ibérica os portugueses fortaleceram seu objetivo de ocupar a Amazônia, mas apesar da situação formal cada Coroa queria exercer seu domínio sobre a região. A Espanha estava amparada pelo Tratado de Tordesilhas e Portugal afirmava sua posse com base na expedição de Pedro Teixeira. Nesse período a Amazônia que já era espaço fluido

---

<sup>127</sup> WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.114.

<sup>128</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando. **História da Vida Privada**. V. 1. Companhia das Letras, 1997. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

transformou-se em uma atmosfera de experiências comuns tanto para portugueses quanto para espanhóis.

Foi nesse período que a Amazônia passou a integrar o circuito de conquistas portuguesas que foi considerado o evento mais importante desse século, tendo a historiografia destacado a expedição de Pedro Teixeira como marco. Foi essa expedição que possibilitou a reivindicação do direito de posse da Amazônia pela diplomacia portuguesa posteriormente.

Sobre a demarcação dessa posse Fritz comenta:

O sitio era para a banda do Sul, em terras altas, um pouco acima do rio Cuchivara, onde, de facto, dizem, tomaram posse e deixaram por padrão um tronco grande.

Esse padrão, pois, faz agora objecto de todo o pleito, e como já não existe quem se recorde pontualmente do sitio onde puzeram aquelle marco, pretendem que fosse mais acima da provincia de Omaguas, e nesta conformidade informaram ao rei de Portugal haver eu missionado em terras de sua conquista.<sup>129</sup>

Essa questão tornou-se uma controvérsia para o padre devido ao fato de que sua colocação nessa localidade era ilegal. Ele foi preso no Colégio do Pará mediante a acusação de espião espanhol e de que estava missionando em terras portuguesas. Tudo isso foi causado pela suposta fixação do marco que foi supostamente chantado na aldeia dos Omágua, segundo a Ata de Pedro Teixeira, o que não era reconhecido por Fritz que posicionava discursivamente o tal marco em terras mais distantes. Todos esses impasses foram largamente discutidos na ocasião em que ficou prisioneiro no Colégio do Pará, inclusive com correspondência ao embaixador ordinário de Castela em Madri. Para desfazer os mal entendidos, Fritz não cansava de argumentar e se corresponder com as autoridades de quem esperava uma solução rápida. A resposta tão esperada chegou 19 meses depois e lhe era favorável.

---

<sup>129</sup> GARCIA, Rodolfo. **O Diário do padre Samuel Fritz**. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, 1917. p. 386.

Eu, desde o principio de minha chegada, havia reclamado sôbre esse poncto, mostrando-lhes com evidencia que as provincias em que até então missionara, fôra de toda controversia, se comprehendiam dentro dos limites da Corôa de Castella, o que não negavam todos os peritos; mas o governador não deu outra resposta ao padre Superior senão dizer-lhe:" - Não havemos de dar credito ao que diz o padre castelhano". Vendo-me coagido, sem poder ir á minha missão, quiz embarcar para Lisbôa, appellando para as magestades castelhana e portugueza, a dar contas de mim, para que ficasse em sua immundade e liberdade o Evangelho de Christo: mas todas as minhas diligencias se malograram, e assim estive detido naquella cidade dezoito mezes com farta afflicção de meu coração, pelo amparo em que ficavam assim meus neophytos e outros muitos infieis, que havia deixado com boas disposições para reduzir.<sup>130</sup>

De acordo com o Diário de Samuel Fritz, os portugueses valiam-se de uma “cedula da Real Audiencia de Quito” que dava à tropa de Pedro Teixeira o direito de tomar posse da Aldeia do Ouro na subida do rio Marañon.<sup>131</sup> Porém, o padre contestava sob a alegação de que o marco referido estava situado mais acima da província dos Omágua.

Os portugueses entendiam que os limites do seu território iam até o rio Napo em decorrência da tomada de posse de Pedro Teixeira em 1639 que, por sua vez, não era reconhecida pelos espanhóis. Alguns choques ocorreram, por causa do domínio do Solimões, entre tropas portuguesas e espanholas, até que os primeiros conseguiram expulsar da região os jesuítas que estavam a serviço da Espanha.

Essa interiorização da colonização portuguesa era percebida e mal vista pelos habitantes da região. Temos no discurso de Samuel Fritz dados que atestam o avanço da fronteira e as motivações que tinham. Em suas palavras,

Os Portuguezes, depois que partiram, foram a Guapapaté, um dia rio abaixo, e em frente da aldêa se detiveram dez dias tirando alli em terra firme salsaparilha. Tambem fizeram á margem do Sul um desmorte, deixando por marco uma arvore grande, que chamam *Samona* (LIV),

<sup>130</sup> GARCIA, Rodolfo. **O Diário do padre Samuel Fritz**. p. 385.

<sup>131</sup> Ibid.

dizendo que haviam de vir povoar a terra, e não duvido que assim venham a fazer pelo muito que cobiçam escravizar os índios cá de cima; além de que excogitam que por aqui hão de achar a porta para entrar no *El-Dorado*, que sonham não estar muito distante.<sup>132</sup>

Ainda de acordo com o Diário de Samuel Fritz na região de Maynás era possível encontrar ouro. Os índios garimpavam-no no rio Iquiari e produziam lâminas para seu comércio. Durante algum tempo acreditou-se que a área onde as missões de Maynás estavam alocadas correspondiam ao *El Dorado*, o que impulsionou expedições. Não só os utensílios de ouro faziam parte desse universo comercial, artigos como farinha, banana e redes eram muito valorizados entre os índios que comerciavam também entre si.<sup>133</sup>

A Amazônia durante bastante tempo ficou relegada a um segundo plano pelas políticas reais, mas também teve seu valor reconhecido quando ameaçada de perda. Isso é parte integrante do movimento irradiado da Europa em direção à América, pois a Amazônia foi motivo de disputa entre as potências marítimas modernas sobressaindo-se aí Portugal e Espanha num longo processo que só foi finalizado nos tratados de Madri e Santo Ildefonso.

A colonização foi lenta partindo e se concentrando em Belém e em São Luís. Quanto à demografia, em 1672 havia apenas oitocentos europeus ocupando aquele espaço. Os colonos que provinham dos centros açucareiros tentaram repetir o sucesso da indústria, porém a escassez de mão-de-obra ocasionada pela guerra, escravização e doenças e a dificuldade de transporte mantiveram os lucros em níveis baixos. Segundo Charles Boxer, pela precariedade material dos moradores era preciso utilizar a mão-de-obra indígena para produzir riquezas e a própria subsistência. Nesse contexto de pobreza era impossível importar escravos africanos. Com isso, tornou-se patente a necessidade e a urgência de empregar a mão-de-obra indígena seguindo a estratégia de ação portuguesa que era de defesa da posse, criação de uma economia regional e a conversão do indígena ao Cristianismo.

---

<sup>132</sup> GARCIA, Rodolfo. **O Diário do padre Samuel Fritz**. p. 394.

<sup>133</sup> *Ibid.* p. 380.

A economia da região era baseada na troca de produtos naturais da mesma como algodão, açúcar e a moradia ainda eram bem rústicas, mesmo porque os povoadores se denominavam pobres em geral.

Depois de 1680 as drogas do sertão começaram a ser exploradas. A pressa em explorar essa fonte de riqueza foi desastrosa: os engenhos foram sacrificados e os produtos logo foram esgotados nas proximidades dos centros populacionais.

Até o final do século XVIII as capitanias portuguesas do Pará e do Maranhão eram povoações pobres e mal organizadas. A partir daí os objetivos políticos e a expansão comercial passou a transformar a Amazônia.

A coleta das “drogas do sertão” funcionou como objetivo para realizar a ocupação do interior da Amazônia. Elas proporcionavam alto rendimento ao colono português com a venda na Europa e provocaram escravização e matança aos índios.<sup>134</sup>

Frente a essa movimentação estava a atuação de Samuel Fritz que também foi pautada numa ação diplomática. Por inúmeras vezes ele teve que administrar conflitos e argumentar a legalidade de sua territorialidade, viajou diversas vezes por esse motivo indo a Quito e até se disponibilizando para viajar à Corte para pôr fim aos desentendimentos. Talvez essa atitude fosse um tanto ingênua para alguém tão perspicaz, um homem que sozinho conseguiu pacificar um contingente indígena enorme não poderia acreditar que fosse conseguir somente através da palavra retirar as pretensões territoriais daqueles que avançavam a sua região e que viviam sob a lógica da conquista e do *status*. Um exemplo de sua atuação diplomática foi o encontro com o frei Vitoriano Pimentel.

Os domínios de Espanha e Portugal ainda não haviam sido definidos na Amazônia, o que só seria feito muitos anos depois, a partir de 1750. Santo Elias do Jaú não tinha uma economia forte, por mais interesse que missionários e colonos pudessem ter no extrativismo – as drogas do sertão – que já se havia iniciado no vale do rio Jaú e seus afluentes. O papel daquela ponta-de-lança criada por portugueses no rio Negro era nitidamente geopolítico: Santo Elias do Jaú era uma

---

<sup>134</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O trabalho na Colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.



fronteira, no fim do século XVII, a ponta mais avançada do processo de expansão (mercantilista) português pela Amazônia. Frei Vitoriano Pimentel sabia disso, pois um dos objetivos principais de sua viagem de 1702 era tentar convencer o padre Samuel Fritz – jesuíta a serviço da Espanha, residente no Solimões – da legitimidade das reivindicações territoriais portuguesas sobre longos trechos desse rio. O encontro entre Pimentel e Fritz acabou ocorrendo em fevereiro de 1703, na missão de Santa Maria Maior – imediações de Tabatinga.”<sup>135</sup>

Aqui se reconhece o valor diplomático da ação do padre Samuel Fritz que não só nessa ocasião foi requerido para legislar sobre a questão da territorialidade das missões. Recorrentemente o padre e seus índios eram importunados sob a justificativa de que sua ação passava-se fora da jurisdição que lhe competia apesar de ter recebido o aval do rei.

O crescente movimento de luso-brasileiros avançando para esse espaço não recrudesciu. A interiorização promovida por colonos, sertanistas e mestiços deslocados do lado português delimitado no Tratado de Tordesilhas tendeu a se intensificar durante o período da União Ibérica.

Nesse processo as forças peninsulares foram deteriorando-se na mão dos sucessores de Felipe II e o povo português reagiu embalado pelo Sebastianismo<sup>136</sup>. Assume D. João IV em 1640, extinguindo a União Ibérica. Contudo o Tratado de Tordesilhas ainda estava em vigor e os portugueses não aceitavam o domínio espanhol na Amazônia. Separadas as Coroas, Portugal considerava a Amazônia território seu, respaldando-se na Ata de Pedro Teixeira<sup>137</sup>, onde constava a posse das terras no interior da região. Tornou-se premente para Portugal tornar efetiva a ocupação da Amazônia, independente dos interesses da Espanha.

Terminada essa fase, o conceito de fronteira entre as Coroas Ibéricas alterou-se. Antes vigorava os limites decretados e acordados entre ambas

<sup>135</sup> LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**. Brasília: UNB, 1999. p. 28-9.

<sup>136</sup> O Sebastianismo foi um movimento que se iniciou em Portugal depois do desaparecimento de Dom Sebastião, então rei, na batalha de Alcacer-Quibir em 1578. Os adeptos desse movimento acreditavam na volta do rei salvador que resgataria o trono português do domínio castelhano restaurando sua honra e soberania perdidas com a União das Coroas Ibéricas. VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário de Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 523-6.

<sup>137</sup> RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**. Da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

através dos tratados de limites, com a Restauração Portuguesa passou a vigorar como critério de posse da terra o antigo princípio romano *Uti Possidetis*<sup>138</sup> a ser legalizado pelo Tratado de Madri. Instalava-se a controvérsia: para Portugal o ato de posse de Pedro Teixeira deveria ser considerado válido, do lado espanhol Samuel Fritz reivindicava a legitimidade de sua atividade missionária.

A insatisfação de ambas as partes com essa situação era muito grande. Frequentemente, esse quadro conflitual latente se exprimia em pequenos incidentes, dos quais o mais diretamente vinculado à questão geopolítica foi, sem dúvida, o que surgiu diante da ação missionária do Padre *Samuel Fritz*, a serviço da Espanha, no alto Solimões.<sup>139</sup>

Verificamos que a experiência de Fritz tomou uma dimensão geopolítica importante na medida em que sua ação estava ocorrendo justamente na fronteira entre as duas Coroas Ibéricas que passaram por um processo de dissolução na Colônia devido à união das Coroas ocasionada pela crise sucessória da Casa Dinástica de Avis.

O contato entre portugueses e espanhóis ao longo da fronteira americana foi constante e contínuo de acordo com Francisco de Solano. Esse movimento era forçado pelos interesses econômicos, pelo comércio acarretando um trânsito espacial que anulou a linha imaginária de Tordesilhas.<sup>140</sup>

Concordamos com essa consideração respaldada também pelas palavras de Schwartz e Lockhart ao colocarem que uma das grandes dificuldades de se delimitar fronteiras reside na semelhança e na interligação

---

<sup>138</sup> RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**. Da soberania difusa à soberania restrita. p. 249. QUADROS, Eduardo Gusmão de. **Embaixadores de dois reinos: missionários e fronteiras na região amazônico-caribenha (1750-1801)**. Tese de doutoramento. Brasília: UNB, 2005 e **A fé e a fronteira na região amazônico-caribenha: Uma Análise a partir do Diário de Padre Samuel Fritz**. Revista Brasileira do Caribe, vol. 4, n 8, jan/ jun, 2004, UFG.

<sup>139</sup> \_\_\_\_\_. **A questão geopolítica da Amazônia**. Da soberania difusa à soberania restrita. p. 71.

<sup>140</sup> SOLANO, Francisco de. Contactos hispanoportugueses en América a lo largo de la frontera brasileña. (1500-1800). In: \_\_\_\_\_, BARNABEU, Salvador (coords.). **Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera**. p. 215.

entre as sociedades que são postas em lados opostos. Mesmo pertencendo a jurisdições distintas, o comércio permanece em meio a guerras e diplomacia.

Esse movimento da fronteira continuou até as resoluções do Tratado de Madri demarcando as imediações das missões de Maynás como marco divisor entre as possessões espanhola e portuguesa. As várias intervenções e debates que Samuel Fritz promoveu ou se envolveu não foram em vão. Era ali realmente o limite. Para defender sua posição e evidenciar que estava licitamente ocupando um território espanhol, ele não poupou esforços e aguardou pacientemente, porém não passivamente a resposta do rei de Portugal que acabou afirmando a veracidade de suas declarações.<sup>141</sup> Porém, sua condução até suas missões foi uma armadilha para tentar novamente destituí-lo dali. Os luso-brasileiros tentaram mais uma vez tomar posse do território de Maynás.

Todo esse movimento de conquista envolvia relações com os nativos. No caso de Maynás observou-se uma diversidade de tribos, sobressaindo-se os Omágua no Diário do padre Samuel Fritz. Os Omágua tinham costumes semi-sedentários, pois eram obrigados pela natureza a se deslocarem para terras altas que os abrigassem contra as águas das enchentes. Essas enchentes ocorriam anualmente e atingiam a normalidade do cotidiano da sociedade indígena que era obrigada a migrar para terras mais altas todos os anos até que as águas baixassem e pudessem retornar a seus territórios.

Para escapar á grande enchente que sóe haver neste rio todos os annos, em fins de Janeiro de 1689, da redução de São Joaquim dos Omaguas, que é principio de minha missão, descí á aldeia dos Jurimaguas.<sup>142</sup>

Estima-se que as migrações de indígenas para a Amazônia tenham começado há 10 mil anos. Exploradores europeus faziam contatos por volta do século XV, mas sua efetiva conquista e colonização deu-se a partir do século XVII como desdobramento de contatos esporádicos anteriores. Esse processo

---

<sup>141</sup> MARONI, Pablo. *Noticias auténticas del famoso río Marañón y misión apostólica de la Compañía de Jesús [...], escribías por los años de 1738 un misionero de la misma compañía.* p. 319.

<sup>142</sup> GARCIA, Rodolfo. *O Diário do padre Samuel Fritz.* p. 375.

excedia a submissão de homens, era preciso domar a natureza ou saber conviver com ela.

Mas toda a proteção que a natureza oferecia também era algo que aguçava o imaginário e as ambições imperialistas européias uma vez que a porta de entrada para a Amazônia era justamente o ponto central de encontro da economia atlântica de então – o Caribe.

Os índios que migraram para essa região viviam ali de acordo com uma estrutura cultural própria baseada na vida comunitária e com instituições adequadas às suas necessidades. Com a expansão ultramarina dos povos europeus, esses dois universos culturais distintos entraram em contato, principalmente pelo comércio. Os diferentes povos como ingleses, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses que não tinham uma política estatal para explorá-la sistematicamente, tornavam a Amazônia um espaço disputado, porém ainda não efetivamente explorado pelos Impérios em expansão. Em última instância, pode-se dizer que este era um “espaço de ninguém” oficialmente. Isso tudo é o que configura a política atlântica.<sup>143</sup>

Os índios que viviam na Amazônia sobreviviam dos alimentos fornecidos pela natureza: rios e floresta, ambas em bastante abundância. As populações indígenas que viviam na várzea de grandes rios como o Solimões eram numerosas e densas. Uma dessas populações era a dos Omágua que já haviam sido registrados na literatura de viagem desde Orellana e que destacamos aqui por ser o centro das missões de Samuel Fritz. Segundo a sua descrição oferecida no Diário, os Omágua eram uma tribo bastante numerosa e extremamente belicosa. Eram homens de estatura mediana, robustos e mais pretos que os índios do monte<sup>144</sup>, muito curiosos, falantes e ativos. Cultivavam algodão para fazer roupas, conheciam a cerâmica, viviam em grandes aldeias e desenvolveram um sistema político incluindo líderes tribais

Sobre esse povo “os primeiros cronistas falam em *províncias* governadas por *senhores*, geralmente sugerindo um poder político centralizado”.<sup>145</sup> O povo Omágua estava organizado em aldeias com chefe

---

<sup>143</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. **Visões da fronteira tropical.**

<sup>144</sup> De acordo com os dados do Diário de Samuel Fritz estes correspondem aos índios que habitavam as “terras secas”, as terras mais altas que provavelmente estariam livres das enchentes periódicas dos rios da região.

<sup>145</sup> HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História da Igreja na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1992. p. 32.

próprio e governador e estas unidas formavam províncias que possuíam um chefe supremo. Referiram-se à guerra pela qual mantinham grandes áreas despovoadas,

Os Omagua viviam em contínuo estado de guerra com as tribos do interior. Para a defesa, as aldeias eram cercadas de paliçadas, ou localizadas em ilhas, onde ficavam inacessíveis aos habitantes da terra firme que não possuíam canoas. As incursões eram motivadas pelo desejo de vingança ou de adquirir escravos. Os velhos e as mulheres, que não prestavam para a escravidão, eram mortos imediatamente, enquanto os cativos de categoria elevada ou coragem notável que, se deixados vivos, representariam um perigo constante, eram mortos no decorrer das cerimônias. As cabeças eram, conservadas dentro das casas, como troféu.<sup>146</sup>

Segundo Meggers apesar da ostensiva belicosidade dos Omagua, a guerra não funcionou como um método de controle populacional. Aponta inclusive um acordo de defesa mutua de chefe Omagua com vizinhos da fronteira na várzea. Em contraponto ajudavam a frear o aumento da população da terra firme e faziam os prisioneiros necessários para engrossar as fileiras de mão-de-obra. A lança de dardos tinha múltipla função, tanto era usada na caça, na pesca como na luta. Machados e enxós eram ferramentas para o trabalho agrícola produzidas de pedra ou com casco de tartaruga.

Os prisioneiros eram considerados propriedade e suas atividades colocava-os na condição de empregados. Não possuíam habilidades diferentes daquelas já existentes na comunidade e quando ocorriam momentos de crise de alimentos, eles eram descartados sem prejuízo à aldeia. Isso funcionava também como um controle populacional. Outro ponto destacado pelos primeiros cronistas foi o comércio. Contatos esporádicos com outros povos acabaram por incluí-los em redes comerciais locais e internacionais. Samuel Fritz oferece-nos uma dimensão desse comércio: “*Taromases* comercian con los *Caripunas* y otros amigos de los franceses de la *Cayana* (sic), de quienes

---

<sup>146</sup> MEGGERS, Betty J. *Amazônia*. A ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 162.

tenian una escopeta.”<sup>147</sup> Aqui está citado não somente o comércio, mas também a aquisição de produtos diferentes dos usados pela sua cultura como é o caso da referida escopeta. Em outro trecho temos referido o comércio entre os próprios índios.

*Reparé que, no obstante que todos mostraban deseo de seguirme para arriba, tienen muchos motivos que los retraen de esta resolucion; y es el principal, que viviendo allá abajo, con facilidad y poco costo se proveen de herramienta inglesa del río Orinoco, porque la compran con unos abalorios que hacen de caracoles. [...] Con esos abalorios van los comerciantes [...] á tierras de otros infieles y rescatan unos cautivos; estos despues los llevan por el Rio Negro á los Guaranacuas, hasta donde llegan los ingleses, porque pocos días median de estos Guaranacuas, caminando por tierra se llega á los Pajonales y río Orinoco.*<sup>148</sup>

Desta forma, percebe-se a importância que a atividade comercial obteve entre os indígenas amazônicos que participavam tanto de um comércio intertribal como a nível internacional.

Os primeiros relatos destacam a abundância de alimentos e destacam que era necessário pouco trabalho para conseguir atingir esse nível de armazenamento. Para os Omágua, a mandioca era o alimento básico seguido do milho, mas havia outras culturas como amendoim, pimenta, abacaxi, tabaco, algodão e outros. Com relação aos métodos agrícolas, Meggers destaca na narrativa de Fritz o modo e a eficácia dos Omágua que potencializava a produção. Eles tinham criações de tartarugas, os peixes tinham grande importância para a subsistência e as castanhas-do-pará eram importantes para a dieta.

Havia muita semelhança entre os índios da várzea e da terra firme que inclui a alimentação, casas comunais e manufaturas como cerâmica e adornos. As diferenças estão nas armas, na organização social, política e religiosa.<sup>149</sup>

<sup>147</sup> MARONI, Pablo. *Noticias autenticas Del famoso rio Marañon (1738) seguidas de las relaciones de los P. P. A. de Zárate y J. Magnin (1735-1740)*. p. 323.

<sup>148</sup> Ibid. p. 337.

<sup>149</sup> MEGGERS, Betty J. *Amazônia*. A ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 171, 176-7.

Nas aldeias, o povoamento incorporava índios de diferentes tribos onde eram doutrinados.

A população das missões era constantemente acrescida de fugitivos do baixo rio, que procuravam o asilo sagrado contra as brutais incursões portuguesas em busca de escravos. Em 1710, entretanto, expedições particularmente devastadoras penetraram na zona das missões, provocando o seu abandono e a retirada dos sobreviventes. A missão de San Joachim de Omaguas foi restabelecida abaixo da foz do Ucaiali mas, em 1731, tinha apenas 522 habitantes. A língua Omagua, que pertencente à família lingüística Tupi, foi escolhida pelos missionários para a comunicação oficial intertribal e para o catecismo.<sup>150</sup>

A autora atribui a decadência da tribo Omágua às doenças contraídas dos colonizadores e às incursões preadoras de índios que associadas aos ensinamentos adquiridos nas missões acabaram quase que por extinguir o modo de vida Omágua até o princípio do século XVIII.

Estima-se que na época do primeiro contato eles fossem 100 mil indivíduos. As densas florestas entre os rios da região eram o habitat mais extenso. Nesses lugares a prática da agricultura era mais difícil, além de abrigar caçadores. Aí os grupos eram pequenos e semi-nômades.

O padre destacou a posse de escravos pelos Omágua e enfatizou que os tratavam como iguais: *“los miran con mucho amor, como á sus propios hijos, los proveen de vestido, comen en un mismo plato y duermen con ellos debajo de un mismo toldo, sin hacerles la menor vejación.”*<sup>151</sup> Interessante observar que os mesmos índios que lutavam contra a escravização por parte dos portugueses também praticavam essa relação social de poder. Fritz chega a comparar o português ao índio bárbaro. Acrescenta que existia um costume bastante peculiar e que deve ter causado-lhe espanto ao se deparar com esses povos. Eles tinham o costume de deformar a cabeça na parte frontal, o que lhes dava uma aparência muito exótica. Os Omágua distinguiram-se dos demais indígenas pelo costume de achatar o crânio sendo considerado um distintivo de

<sup>150</sup> MEGGERS, Betty J. *Amazônia*. A ilusão de um paraíso. p. 156.

<sup>151</sup> MARONI, Pablo. *Noticias autenticas Del famoso rio Marañon (1738) seguidas de las relaciones de los P. P. A. de Zárate y J. Magnin (1735-1740)*. p. 305.

beleza na sua cultura. Meggers destaca a técnica narrada por Fritz: “este formato era dado na infância ‘colocando na testa dos bebês uma pequena prancha ou um entrançado de junco amarrado com um pouco de algodão, para não os ferir, e os amarrados pelos ombros a uma pequena canoa que lhes servia de berço’.”<sup>152</sup> Essa tradição foi descrita no Diário como herança do Diabo.<sup>153</sup>

Mas como podemos entender que povos que mantinham uma relação estreita com o Diabo, símbolo antagônico do Cristianismo, solicitassem uma proteção missionária? Obviamente esse foi uma leitura de Fritz para a realidade, pois era preciso tornar inteligível aos seus leitores e interlocutores o que se passava em suas missões. Além disso, esse argumento fazia-se muito eficaz para respaldar a idéia de que a fé que funcionava na realidade era a católica professada pelos espanhóis.

Os caminhos conduziam ao interior e algumas aldeias só podiam ser atingidas por canoa durante a cheia do rio. As casas eram construções grandes e retangulares. Elas eram “rigorosamente espaçadas e orientadas com o longo eixo perpendicular à margem do rio. Havia uma porta em cada extremidade. O interior era sempre varrido e guarnecido com redes, grandes esteiras e vasos de cerâmica.”<sup>154</sup> A cerâmica era uma arte bastante desenvolvida. Homens e mulheres cobriam seus corpos com roupas de algodão pintados com desenhos coloridos. Os homens despiam-se nos momentos de trabalho, pois as roupas tolhiam seus movimentos.

Sobre o controle populacional entre os Omágua a autora destaca o infanticídio, praticavam a vingança por envenenamento e assassinato dos inimigos que viviam na terra firme com os quais estavam em luta, matavam alguns prisioneiros como os de idade avançada ou que gozavam de prestígio social e de notável coragem. Os Omágua tinham o costume de fazer prisioneiros e eles eram mantidos quando não significavam um aumento populacional insuportável à aldeia, caso contrário, eles eram executados.<sup>155</sup>

---

<sup>152</sup> Samuel Fritz *op cit* MEGGERS, Betty J. **Amazônia**. A ilusão de um paraíso. p. 157.

<sup>153</sup> MARONI, Pablo. **Noticias autenticas Del famoso rio Marañon (1738) seguidas de las relaciones de los P. P. A. de Zárate y J. Magnin (1735-1740)**. p. 304.

<sup>154</sup> MEGGERS, Betty J. **Amazônia**. A ilusão de um paraíso. p. 157.

<sup>155</sup> *Ibid.* p. 177.



Algumas características do povo Omágua foram consideradas influências andinas como a deformação do crânio, o uso do escudo como arma, a lança, a lançadeira, as roupas de algodão e as características sócio-políticas e religiosas.<sup>156</sup>

A Amazônia foi inserida no circuito de conquistas portuguesas como o último capítulo dessa História. Mas não bastava desvendá-la aos olhos humanos e trazê-la ao conhecimento mundial, era preciso explorar, fazer brotar riquezas daquela terra exuberante que demonstrou, por várias vezes, possuir o tesouro mais precioso que poderia oferecer – os homens de pele vermelha – que construíram desde os primórdios cada linha da História que hoje conhecemos e tentamos entender. Foi a partir da convivência do índio com o branco, dessa mestiçagem que a Amazônia integrou-se à América Portuguesa e daí ao espaço atlântico.

Depois de termos visualizado a conquista espanhola, a portuguesa e a consolidação da colonização da Amazônia podemos concluir que a construção do espaço amazônico foi fruto da ação conjunta dos indígenas, dos colonos e dos religiosos. O estriamento desse espaço foi operado partindo das margens e do curso dos rios da região. Contudo, um espaço não precisava respeitar a circunscrição do outro, principalmente quando ele era de produção indígena. Nem mesmo os religiosos conseguiram frear os impulsos dos colonos, tendo que ceder aos seus pedidos ainda que a contragosto.

---

<sup>156</sup> MEGGERS, Betty J. **Amazônia**. A ilusão de um paraíso. p. 179-80.

#### 4. “MURALHAS DO SERTÃO”: fronteiras missionais e a corporeidade como instituição de fronteira

Dando continuidade aos aspectos importantes da política atlântica vamos trabalhar neste capítulo os jesuítas, sua tradição e seu papel para a política atlântica.

É notório que durante a época moderna a religiosidade fora exacerbada e marcada de forma decisiva para a sociedade e os acontecimentos posteriores. Para Jacques Heers, a amplitude dos empreendimentos, a persistência do entusiasmo em alguns meios só seriam explicados pelo estudo das mentalidades coletivas, ou seja, uma análise do fator religioso ligado às Cruzadas. A religiosidade do homem medieval foi um fator, sem dúvida, determinante no empreendimento cruzadista, mas a ele outras questões se aliaram. A questão demográfica impulsionou o aumento da população e a necessidade de buscar novas áreas tanto para o cultivo como também simplesmente para possuí-las. Outro dado importante foi o político: os filhos que não herdavam os bens familiares viam-se marginalizados e empenhavam-se em se colocar sob as intenções das Cruzadas. Os que a ela se juntavam tinham um só sentimento: a busca da salvação de suas almas através do serviço a Deus e pela libertação do centro espiritual do Cristianismo.<sup>157</sup>

A Igreja ibérica funcionava de acordo com a sociedade a qual pertencia. Igreja e Estado estavam ligados e se assemelhavam bastante na forma de organização: vários corpos independentes que competiam entre si. A Coroa intervinha diretamente na Igreja nomeando bispos e dignitários das catedrais e agia como árbitro em questões entre ordens religiosas. A sociedade não reconhecia a Igreja como uma entidade devido à pulverização de sua organização.<sup>158</sup> Estava dividida em seculares e regulares, essa divisão considerava níveis de educação, recursos e esfera de atuação. Agiam também na área da educação abrindo escolas, participavam nas universidades e administravam hospitais.

---

<sup>157</sup> HEERS, Jacques. **História Medieval**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

<sup>158</sup> SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 32.

A Companhia de Jesus da qual Samuel Fritz fazia parte era um todo muito bem organizado, inserido numa tradição.<sup>159</sup> Os jesuítas, que foram autorizados pelo Conselho das Índias a se estabelecerem na América Espanhola em 1566, praticaram seu trabalho religioso nas aldeias missionárias que se localizavam próximas às povoações coloniais já que os índios deveriam ser disponibilizados para o trabalho junto aos moradores. Os jesuítas só passaram a existir como ordem religiosa quando começaram as conquistas e surgiram com toda força nas Índias Ocidentais espanholas a partir de 1570. Esses religiosos despertaram sentimentos ambíguos e contraditórios durante as suas atuações, porém para os autores as divergências com outras ordens religiosas foram menores na realidade do que possa parecer. Eles salientam o caráter propagandístico da Companhia.

A ordem dos jesuítas era uma organização da época moderna, tinha mais centralização que as demais ordens e um caráter internacional. Os jesuítas estavam mais distantes da tradição do claustro que outras ordens da época, como a dos mendicantes. Assim, eles estiveram mais próximos às populações nativas e aos colonos com os quais estiveram em conflito por causa da utilização da mão-de-obra indígena.

O saber jesuítico deve ser entendido como a síntese entre a herança do conhecimento aristotélico e da tradição hermenêutica cristã, a orientação humanística de seu regime educativo (*Ratio Studiorum*) e suas práticas institucionais. Os jesuítas davam muita importância à formação acadêmica de seus membros e à educação como forma de apostolado, a difusão do conhecimento produzido nos Colégios, os resultados das observações do meio natural e moral das suas missões constituíam-se como exemplos missionários e fonte para reformulação da atuação da Ordem nas missões.<sup>160</sup>

Para os jesuítas, o contato com os nativos era um estímulo intelectual que enriquecia sua missão apostólica e o intercâmbio de notícias através de cartas e informes beneficiava a atividade intelectual. As cartas eram um hábito, um exercício e uma obrigação para os missionários. Era através dessa

---

<sup>159</sup> MACHADO, Heloísa Guaracy. Tradição, tradicionalismo e atualidade na perspectiva da longa duração histórica. **Cadernos de História**. Belo Horizonte. V. 7, n 8, 2 semestre. 2005. Ed. Puc Minas. p. 15.

<sup>160</sup> LEDEZMA, Domingo, FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuítas y el conocimiento de la naturaleza americana. In: \_\_\_\_\_. **Historias Naturales y el saber de los jesuítas**. Iberoamerica, 2005. p. 10.

ferramenta que se davam as notícias, faziam-se pedidos, reclamações e exercitava-se a arte da retórica e da persuasão. Seus escritos eram verdadeiros instrumentos de propaganda missionária. Durante os primeiros cinquenta anos da Companhia de Jesus operou-se uma compilação das fontes de informação cultural e científica. Até então não havia histórias completas e detalhadas das experiências dos missionários. Em 1598, Cláudio Acquaviva, Geral da Companhia, deu instruções aos provinciais para que produzissem textos historiográficos sobre suas missões.

A cultura corporativa jesuítica tinha largo alcance, pois fazia circular inúmeras cartas, informações e pessoas e permitia estender para além do Evangelho as indagações dos membros, ou seja, de posse das informações sobre natureza e cultura de diversos lugares, eles podiam interrogar sobre questões como a humanidade indígena e a manutenção da escravidão. Esse processo favorecia a produção local do conhecimento que se transmitia à Companhia na Europa. Contrastando com esse pensamento temos a colocação de Arno Wehling que registra a falta de dinamicidade do conhecimento produzido pela ausência de massa crítica. Assim, o que existia era um saber referenciado à interpretação dominante submetido ao controle institucional rígido, à censura real eclesiástica, inquisitorial e da própria Companhia.<sup>161</sup>

De acordo com Ana Lúcia de Oliveira<sup>162</sup>, para os jesuítas da época barroca conhecer o mundo no qual estavam inseridos, decifrá-lo era uma estratégia de sobrevivência. Para se sentirem seguros era necessário estar bem localizados inclusive geograficamente. Eles consideravam que a vida na Terra era um estágio para se alcançar o reino dos céus, por isso era imprescindível saber viver. Eles deviam também exercitar seu aprendizado encaixando-se numa “cartografia moral” através de seus escritos.

A compreensão da sociedade e da natureza do Novo Mundo ajudava os jesuítas a alcançarem seus propósitos nesse espaço. Antes de alçarem essas empreitadas havia uma preparação intelectual e espiritual nos Colégios da

---

<sup>161</sup> WEHLING, Arno. O pensamento jesuítico no Brasil colonial. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 410, jan/mar. 2001.

<sup>162</sup> OLIVEIRA, Ana Lúcia de. **Por quem os signos dobram**. Uma abordagem das letras jesuíticas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

Europa e devido a isso, eles “fueron historiadores e intérpretes privilegiados de la naturaleza americana.”<sup>163</sup>

Todo o aparelhamento acadêmico dado aos jesuítas tinha como finalidade prepará-los para o encontro com as populações de terras distantes como a Amazônia e a permanência dos missionários nessas localidades por mais adversas que as condições pudessem ser.

Antes do missionário viver realmente sua experiência missional e ser confrontado com a realidade americana, ele era preparado nos Colégios dentro de uma disciplina rigorosa, moral e intelectual. Ali se desenvolviam habilidades que seriam, posteriormente, utilizadas nas suas missões. Era muito valorizada a capacidade de escrever e essa foi uma característica muito marcante da Companhia de Jesus. A escrita para os missionários era um hábito, um exercício, uma obrigação e a possibilidade de estar em contato com o mundo europeu. Era através dessa ferramenta que se davam as notícias, faziam-se pedidos, reclamações e se exercitava a arte da retórica e da persuasão. Seus escritos tornaram-se verdadeiros instrumentos de propaganda missionária.

Ao analisarmos discursos jesuíticos, que são verdadeiros discursos sobre o outro e sobre eles mesmos – neste caso o índio e os jesuítas – devemos estar conscientes de que só temos o controle do discurso jesuítico e conseqüentemente da seleção que este fez ao escrever, aí temos a sua visão do universo no qual ele estava inserido por vontade própria ou por imposição da Companhia de Jesus, mesmo porque se configurava num desafio missionário servir em terras longínquas, devemos levar em consideração de quem parte o discurso e por que ele foi reproduzido de tal forma. Para tentar esclarecer essa questão, tomamos o texto de Fernando Torres Londoño. Segundo ele, a produção jesuítica tinha a seguinte função: “... consolidar e edificar, dando a conhecer as obras feitas em nome de Deus.”<sup>164</sup>

A partir da leitura desses documentos podemos verificar a intenção explicitamente propagandística da Companhia de Jesus, sempre exaltando os feitos dos seus missionários e atribuindo os fracassos decorrentes do processo

---

<sup>163</sup> LEDEZMA, Domingo, FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuítas y el conocimiento de la naturaleza americana. p.09.

<sup>164</sup> LONDOÑO, Fernando Torres. **Escrevendo Cartas**. Jesuítas, Escrita e Missão no século XVI. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH: Humanitas Publicações, v. 22, n. 43, 2002. p. 15.

de catequese e/ ou aculturação à interferência de terceiros, fosse este índio, colono ou ambos. É interessante observar que no Diário de Samuel Fritz os fracassos são pouco mencionados, obviamente não por não terem existido, mas porque era mais importante exaltar os sucessos do que ofuscá-los com a menção a fracassos. Talvez isso fosse uma defesa dos próprios missionários para ocultar suas fraquezas perante todo o público europeu, em especial, o público dos Colégios, sedentos por informações que deveriam encorajá-los a se tornarem efetivamente missionários em terras distantes e adversas.

Os missionários da Companhia de Jesus espelhavam-se no exemplo de Inácio de Loyola, o qual instituiu as regras que regiam o seu trabalho e daqueles que se propunham à vida missionária.

Segundo Domingos Ledezma e Luis Millones Figueroa, a Companhia de Jesus fundou-se com uma profunda vocação missionária, o que a diferenciava de outras ordens religiosas de origem medieval e por não propor uma vida monástica, nem conventual e exigir certo rigor intelectual de seus membros.

*Para los jesuitas el estudio no era un mero apéndice de la vida espiritual sino también una forma de participar en los debates intelectuales de la época y el modo de desarrollar un proyecto científico propio, lo que se manifestó especialmente durante el siglo XVII. Asimismo, los jesuitas se interesaron más, a diferencia de las ordenes, por el conocimiento de las ciencias prácticas y el manejo de asuntos mundanos.<sup>165</sup>*

Obviamente essa preocupação intelectual fez dos jesuítas os mais bem preparados. Seu lema: “Un solo mundo no es suficiente” (*Unus non sufficit orbis*),<sup>166</sup> demonstra a aspiração política imperial da Companhia e alude a vontade dos jesuítas como soldados de Cristo de expandir sua obra missionária. Suas notícias e a propaganda missionária davam-se pela produção textual onde figuravam informações sobre a natureza de lugares desconhecidos e das atividades desenvolvidas nas missões em diversas partes

---

<sup>165</sup> LEDEZMA, Domingo, FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuítas y el conocimiento de la naturaleza americana. p. 09.

<sup>166</sup> Ibid. p. 12.

do mundo. Informar sobre a experiência missionária e seus avanços era muito importante para dar exemplo e encorajar novos discípulos.

*Con el fin de orientar a sus lectores y para dar una idea verdadera de los retos que significaba la labor misionera en aquellas regiones lejanas, las crónicas incluían información sobre la historia y cultura de los pueblos visitados y, con mayor o menor detalle, las particularidades de la naturaleza de la región. Esta nueva producción narrativa significó un segundo impulso para los temas del mundo natural en el corpus textual de la Compañía.<sup>167</sup>*

Esse estímulo era oferecido pela produção escrita tendo sido a descrição da Natureza o primeiro tema para o qual os jesuítas voltaram-se. Tendo como antecedente a tradição hagiográfica cristã, as histórias jesuíticas buscavam exaltar, enfatizar as virtudes, sacrifícios, perigos e os feitos dos missionários incentivando novos discípulos ao serviço através do seu exemplo. Mesmo concentrando-se na descrição do trabalho missionário e nos conflitos, Samuel Fritz ainda teve oportunidade de oferecer dados sobre a Natureza em seu Diário.

*Atravesamos aquí la Bahía de Amazonas, grande y furiosa, y entramos al puerto de Yavacuará. Aquí es muy hermosa la vista, ver desde más debajo de Parú hasta arriba de Yavacuará, campiñas y cerros, unos pelados, otros con arboleda espesa.<sup>168</sup>*

As primeiras histórias serviram de modelo para as posteriores, apesar de serem aplicadas a novos espaços havia uma lógica geral que começava por apresentar a geografia, a flora, a fauna, os potenciais naturais, os nativos e depois os acontecimentos próprios de cada lugar.

<sup>167</sup> LEDEZMA, Domingo, FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuítas y el conocimiento de la naturaleza americana. p. 13.

<sup>168</sup> MARONI, Pablo. **Noticias auténticas del famoso río Marañón y misión apostólica de la Compañía de Jesús [...], escribíalas por los años de 1738 un misionero de la misma compañía.** Iquitos (Perú): Instituto de Estudios de la Amazonía Peruana ; Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía, 1988. Série Monumenta Amazônica. p. 312.

À medida que as missões eram consolidadas e os colégios superiores fundados ocorria uma difusão do conhecimento geográfico, etnológico e natural que aumentava o interesse pelo exótico e pelo desconhecido. O contato dos jesuítas com o mundo natural das terras longínquas despertava a reflexão sobre a realidade e a participação em vários assuntos. “*Acercarse de manera efectiva a los nativos, cuya salvación era el objetivo de las misiones, implicaba conocer el mundo natural del cual derivaban sus prácticas culturales.*”<sup>169</sup> Isso implicava numa dinâmica de comunicação e intercâmbio com os nativos.

Assim, essa literatura produzida nas missões funcionava como um estímulo para produzir novos missionários interessados em empreender a aventura espiritual em lugares distantes e muito diferentes da sua realidade. Em outro artigo, Luis Millones Figueroa coloca que apesar do Novo Mundo ter recebido esforçados e capazes missionários, os mais influentes cultural e politicamente permaneceram na Europa. “*La experiencia americana era percibida como una tarea ante todo misional – con alto riesgo – y era lógico querer aprovechar y proteger en los centros de mayor importancia a los miembros destacados.*”<sup>170</sup> Porém, isso não quer dizer que aqueles que vieram para a América eram despreparados ou menos inteligentes, mesmo porque a curiosidade intelectual poderia surgir e se desenvolver em quem se mudava para a América e porque a Companhia tinha um projeto de criação de elites intelectuais locais.

Proliferava uma verdadeira rede de comunicação que ia do âmbito local ao internacional, nutrindo a curiosidade de mestre e estudantes dos colégios jesuítas na Europa. “*Y de esta manera, relatos y objetos del Nuevo Mundo, aun de los lugares más remotos, quedaban a disposición de la Compañía para deslumbrar y obsequiar a señores poderosos que ayudaban a financiar las misiones.*”<sup>171</sup> Para aquela época isto significava a busca pelo conhecimento que se justificava e contribuía para o conhecimento de Deus expresso no lema da Companhia de Jesus: *ad majorem Dei gloriam.*<sup>172</sup>

---

<sup>169</sup> LEDEZMA, Domingo, FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuítas y el conocimiento de la naturaleza americana. p. 15-6.

<sup>170</sup> FIGUEROA, Luis Millones. **La intelligentsia jesuita y la naturaleza Del Nuevo Mundo en el siglo XVII.** p. 27.

<sup>171</sup> Ibid. p. 28.

<sup>172</sup> Ibid. p. 36-7.



Figuroa salienta o fato dos jesuítas (no caso do seu estudo, Nieremberg e Kircher) dedicarem suas obras a figuras políticas importantes no momento de sua produção ou publicação. *“Debió parecer lógico y necesario para estos intelectuales de la Compañía que quienes mandaban sobre el Nuevo Mundo comprendieran – a la manera jesuita – los secretos de su naturaleza.”*<sup>173</sup>

Ao mesmo tempo havia uma preparação muito rigorosa e espiritualizada nos centros europeus. Ainda vivia sob as influências da transição cultural da Idade Média para a Idade Moderna quando a experiência religiosa do século XVII recolocava o corpo na literatura espiritual, ao passo que o Concílio de Trento restringe-o. Todo o aparato desenvolvido em torno da pregação tinha como fim uma função pedagógica, onde a natureza constituía-se como suporte para uma mensagem à organização humana.<sup>174</sup>

O homem moderno necessitava visualizar, simbolizar o mundo para satisfazer sua necessidade de representação, mas não era somente o mundo visível, ele desejava conhecer e representar o homem interior, seus anseios e possibilidades.

Na época Moderna o discurso religioso operava uma verdadeira conquista imaginária da interioridade. Tratava-se de “anatomizar” a alma<sup>175</sup>, ou seja, através da prática dos sermões tanto o predicador quanto o fiel eram modelados para se comportar de determinadas formas. Mas para isso ser atingido com eficácia era necessário antes de qualquer coisa treinar os religiosos. A partir daí, então, uma gama de ensinamentos foram formulados para esse fim, determinando a maneira de se colocar durante o sermão, os gestos e toda a teatralidade que envolveria o público fiel. Nesse contexto destacam-se os Exercícios Espirituais de Ignácio de Loyola como uma ferramenta bastante eficaz para racionalizar os sentimentos e moldar o contato com o plano espiritual. Aliado a isso estava o objetivo de uma ciência teológica e de uma filosofia moral buscando conhecer todos os recursos psíquicos como

---

<sup>173</sup> FIGUEROA, Luis Millones. **La intelligentsia jesuita y la naturaleza Del Nuevo Mundo en el siglo XVII**. p. 43.

<sup>174</sup> DE LA FLOR, Fernando R. **La península metafísica**. Arte, literatura y pensamiento en la España de la Contrarreforma. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1999. p. 64.

<sup>175</sup> Ibid. p. 216.

uma reserva de uma área de atuação específica voltados para a atuação no mundo exterior através da doutrinação do interior, da espiritualidade.<sup>176</sup>

“... *la conciencia de esa corporalidad está inscrita profundamente – y desde muy antiguo – en los códigos – es decir, en las retóricas – que normativizaban la función de la palabra en la prédica.*”<sup>177</sup> Assim, podemos dizer que a parte mais importante do sermão era a palavra e isso era um benefício para aqueles irmãos que tinham de missionar em terras distantes e com poucos recursos. A palavra, mesmo quando não entendida, tinha uma força própria que era extraída da teatralidade do ofício religioso e era reforçada pela gestualidade que, de acordo com o estudo de Jean-Claude Schmitt<sup>178</sup>, é universal.

O trabalho de Jean-Claude Schmitt evidencia uma história dos gestos que está intimamente ligada à Companhia de Jesus, pois havia toda uma racionalização e moderação dos gestos para os jesuítas. Assim, a gestualidade pode ser aplicada ao estudo das missões. Ele entende que os gestos são aquisições sociais e que existe uma ordem universal que leva à compreensão para além das palavras. Dessa forma, os primeiros contatos não poderiam ser totalmente incompreensíveis.<sup>179</sup>

Assim era preciso formular uma regra geral que pode ser observada no manual de oratória de Quintiliano que dividia suas regras em cinco partes: a *inventio*, concepção do tema, a *dispositio*, sua disposição no discurso, *elocutio*, o estilo do discurso, *memoria* e *pronunciatio*, que envolviam a expressão – gestos e voz. Nestas regras da tradição clássica estão dispostas as maneiras como o conjunto do corpo deve se apresentar para a eficiência do ato retórico:

A cabeça é um dos membros principais na ação,  
assim como no corpo (...) O que se requer, pois, em primeiro  
lugar, é que a cabeça esteja sempre direita e em uma postura

<sup>176</sup> DE LA FLOR, Fernando R. **La península metafísica**. Arte, literatura y pensamiento en la España de la Contrarreforma. p. 218.

<sup>177</sup> \_\_\_\_\_, p. 310.

<sup>178</sup> SCHMITT, J. C. (1995) “A moral dos gestos”. In: **Políticas do Corpo**. Denise B. de Sant’Anna (org.). São Paulo, Estação Liberdade, p.141-157.

<sup>179</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. O corpo colonial. In: [www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia\\_corpo\\_colonial.htm](http://www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm).

natural. Porque baixa denota humildade; demasiado levantada, arrogância; inclinada a um lado, desfalecimento, e tê-la muito tesa e firme é sinal de uma certa barbárie.<sup>180</sup>

A forma de vestir-se também estava prevista. Nem tanto esmero nem tão pouco cuidado, o orador deveria apresentar-se de forma simples para que suas vestes não fossem motivo de desatenção perante a Palavra. Esta atenção significa uma preocupação tanto com o corpo quanto com a eficácia do conjunto, pois à oralidade do sermão juntava-se toda a gestualidade que lhe dava mais sentido; era a preocupação com o corpo de fiéis e a recepção da Palavra.

A oralidade do sermão protagonizava a transferência e um deslocamento do livro.<sup>181</sup> Essa era uma técnica utilizada desde a Idade Média que equivalia a substituição do livro pela mão, era como se todos os ensinamentos da Bíblia estivessem incorporados no pregador, seu corpo ou melhor, sua mão era o manancial de onde jorrava a palavra de Deus. “*Se decía de un buen orador sagrado que tenía la Sagrada Escritura <<en la uña>>*.”<sup>182</sup> Essa metáfora simbolizava a incorporação do discurso ao corpo imaginário. Talvez por isso De La Flor tenha considerado a Igreja como um teatro.<sup>183</sup>

*Es cierto que en las retóricas sacras se legisla minuciosamente sobre el cuerpo, al que se trata en última instancia de <<domesticar>> para que se exprese las verdades que afectan a la salvación. Ese cuerpo que enuncia la palabra divina, no podría ser en verdad de ningún modo indiferente a ella, tiene de ser, justamente, modificado, arrebatado incluso, por esa dialéctica.*<sup>184</sup>

---

<sup>180</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. O corpo colonial. In: [www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia\\_corpo\\_colonial.htm](http://www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm).

<sup>181</sup> DE LA FLOR, Fernando R. **La península metafísica**. Arte, literatura y pensamiento en la España de la Contrarreforma. p. 312.

<sup>182</sup> Ibid.

<sup>183</sup> Ibid. p. 323.

<sup>184</sup> Ibid. p. 327.

De acordo com Fernando De La Flor, naquela época o movimento das mãos na pregação correspondia a boa parte da eloquência, o que não ocorria com outras partes do corpo que poderiam fazer movimentos sensuais, impróprios aos objetivos do sermão: “... *otras partes de ese mismo cuerpo ideal que evocamos deben, a gusto de los teóricos, permanecer inmóviles. Son, por ejemplo, los labios y las narices, porque textualmente: <<No hay un solo movimiento decente que se pueda hacer con ellos.>>*.”<sup>185</sup> Assim, o pregador deveria estar totalmente consciente de que pequenos gestos sinuosos poriam os objetivos sagrados em risco de perdição e a ele próprio. Outro elemento muito importante no sermão era a voz e sua entonação.

*La voz es, en el contexto de la predicación, proyección del cuerpo en el espacio de la puesta en escena, y esa proyección no se efectúa en su correcta dimensión sin un conjunto de operaciones que chequean, valoran el campo, llamémosle proxémico, de su actuar. La actio prescribe entonces de qué modo el predicador debe hacerse cargo, debe medir con su voz el ámbito de escucha, y debe, incluso, también elegir la trayectoria, la dirección de esa misma voz, debe colocar en suma su cabeza y dirigir su cuerpo hacia la orientación favorable. [...] Y debe el predicador también probar esa voz en todo tipo de ejercicios previos, de simulaciones de situación y de ensayos sobre materias inanimadas.*<sup>186</sup>

Vemos aqui o polimento e todo o cuidado com os detalhes que fazem a diferença e a eficácia. Sangue, suor e lágrimas eram emitidos durante os exercícios e prédicas como produtos da elevação espiritual do orador, contudo essas emissões eram frutos do esforço e poder de controle e concentração do mesmo.<sup>187</sup> Perante essas exibições de elevada espiritualidade estava um público fiel que era conduzido pelas palavras do orador e envolvido por sentimentos e ações pré-concebidas e determinadas compondo o quadro “teatral” durante o ofício religioso.<sup>188</sup>

<sup>185</sup> DE LA FLOR, Fernando R. **La península metafísica**. Arte, literatura y pensamiento en la España de la Contrarreforma. p. 334-6.

<sup>186</sup> Ibid. p. 328-9.

<sup>187</sup> Ibid. p. 338.

<sup>188</sup> Ibid. p. 342 ss.

Era esse ambiente que formava os missionários que eram enviados para as Colônias onde o trabalho significava um estágio para aqueles jesuítas e também se configurava um desafio, uma verdadeira aventura. Por isso e por toda a expectativa envolvida era preciso apresentar um bom resultado.

Apesar da grande importância da escritura, o foco principal da Companhia de Jesus era a cristianização dos povos e assim os missionários lançaram-se a essa tarefa na América por isso também tanta preocupação com a preparação do religioso.

Tudo era regido pela Companhia de Jesus no que diz respeito aos seus missionários. Uma série de restrições e obrigações foram impostas e se criou a tradição da escritura das experiências o que figurava como outra forma de controle. Os missionários possuíam uma apurada consciência histórica materializada em seus relatos. No palco do século XVII, mediante as transformações e revoluções científicas, apesar de conservadores, os jesuítas não se recusaram a aceitar novos modelos culturais, ao contrário, “os integraram nos marcos mais tranquilizadores de um saber consolidado e tradicional em cujo seio perdia sua cara potencialmente revolucionária”.<sup>189</sup>

A Companhia de Jesus agiu sobre o corpo elaborando uma série de regras para sua conduta social. Havia uma disciplina interna estabelecida para o cotidiano dos jesuítas que os tornava mais preparados para agir nos moldes da Ordem. Eles se dedicavam a orações mentais, estudo e meditação dos Exercícios Espirituais, trabalhavam em hospitais, faziam peregrinação, pediam esmola, em outra fase da preparação deviam doutrinar pública e individualmente crianças e pessoas simples, fazer pregação ou ouvir confissões. Era um corpo moldado para sofrer e transpor obstáculos físicos em nome da fé cristã.

Todo esse trabalho servia como condicionamento prévio para a experiência nas missões porque o missionário deveria estar disposto fisicamente para fazer seu trabalho e vencer as dificuldades impostas pela realidade. O condicionamento externo para a atuação no espaço colonial era a única garantia da continuidade do trabalho missionário. A correta atuação do

---

<sup>189</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. O corpo colonial. In: [www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia\\_corpo\\_colonial.htm](http://www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm).

missionário no espaço através dos gestos, cerimônias, atitudes sociais definia o êxito ou o fracasso dos projetos.<sup>190</sup>

O corpo do missionário estava submetido a várias nuances como condicionamento, deslocamento e adaptação à nova realidade. Era o encontro com um mundo novo, culturas diferentes e hábitos muitas vezes incompreensíveis e “reprováveis”. Por isso era preciso estar preparado para se fazer entender minimamente e essa tarefa foi desempenhada através dos gestos. Os jesuítas entendiam que os gestos realizavam a comunicação entre corpo e alma e, por isso, tinha grande importância e como política cultural, seus gestos passavam a idéia de moderação. Então, o corpo configura-se como espaço simbólico e instrumental privilegiado para o discurso e a prática religiosa.

É espaço instrumental privilegiado devido às circunstâncias de seu condicionamento, deslocamento e adaptação. Tentar entender as condições a que estava submetido o corpo do missionário nos leva a pensar a cultura européia no trânsito entre Idade Média e Moderna quando, a princípios do XVI, a experiência religiosa recoloca o corpo na literatura espiritual, e me remeto com obviedade a Santa Tereza e São João da Cruz. E em seguida a esses, o Concílio de Trento e as restrições ao corpo como materialidade fundamental, apesar das palavras fundantes: “*Esse é meu corpo*”.<sup>191</sup>

No Novo Mundo, o trabalho religioso era encarado como um limite radical e era através dele que o projeto civilizador seria posto em prática. O corpo era um veículo de comunicação entre missionários e índios bastante eficaz, principalmente quando a linguagem verbal não era possível. Nesses momentos, os gestos falavam, mas o corpo não era somente um instrumento de transposição da fronteira oral, ele funcionava como instituição de fronteira defensiva porque estando longe de toda forma de poder organizado era ele o limite. Nesse processo é o corpo o protagonista, quando não há comunicação

---

<sup>190</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. O corpo colonial. In: [www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia\\_corpo\\_colonial.htm](http://www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm).

<sup>191</sup> Ibid.

com palavras, usava-se gestos universais e compreensíveis para qualquer cultura. Assimilar e imitar os gestos indígenas era uma forma eficaz de se fazer entender e de se aproximar.

A disciplina e os elementos de civilização europeia foram introduzidos pelos missionários na sociedade colonial. A instrução religiosa elementar obedecia a uma rotina e era uma das formas mais importantes de assimilação. Segundo as Leis das Índias, os missionários deviam instruir os índios em língua nativa, mas devido à falta de alguns conceitos, a instrução foi feita em espanhol, primeiro através dos intérpretes índios. “*En el caso de los niños considerados prioritariamente, la instrucción se lograba rápidamente.*”<sup>192</sup> Os indígenas estiveram muito mais dispostos a adquirir a língua dos colonizadores que o contrário, mesmo porque se beneficiavam no intercâmbio comercial, no entanto, muitos missionários aprenderam a língua geral, o que era uma ferramenta primordial de aproximação e houve, inclusive, a invenção de uma língua na Amazônia chamada Nheengatu do lado português.<sup>193</sup>

Para os missionários em terras longínquas era mais ameaçadora a possível dissolução no outro do que a morte, porém essa dissolução ocorria em muitas medidas tanto pela impossibilidade de fugir dela quanto pela necessidade de aproximação com os futuros fiéis. Isso implicava o reconhecimento do outro. Nesse contexto, os escritos atuavam como um instrumento de sobrevivência e contato com a civilização europeia.

A metrópole era o modelo inatingível e desejado. Era necessário viver uma simulação que era sentida como verdade, uma reelaboração da experiência religiosa. Para atingir essa intenção, não se pouparam esforços e nesse processo, uns aprenderam com os outros.<sup>194</sup>

Essa condição radical e definitiva que o corpo toma é derivada do afrouxamento e da distância com o poder e

---

<sup>192</sup> BOLTON, Herbert Eugene. La misión como institución de la frontera en el septentrion de Nueva España. In: SOLANO, Francisco, BARNABEU, Salvador (coords.). **Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera**. Madrid: CSIC, 1991. p.56.

<sup>193</sup> Sobre a implantação e expansão do Nheengatu consultar FREIRE, Bessa. “Da fala boa ao Português na Amazônia Brasileira”. **Ameríndia**, Paris, v. 8, p. 39-83, 1983.

<sup>194</sup> FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. Los impérios en su contexto global. c. 1500 – c. 1800. In: SOLANO, Francisco, BARNABEU, Salvador (coords.). **Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera**. Madrid: CSIC, 1991.

instituições metropolitanas nos espaços coloniais, fazendo com que a Europa se configure como um discurso e que o mundo metropolitano se “desrealize pela ausência de seus usos”, ameaçando desse modo sua identidade geográfica e corporativa.”<sup>195</sup>

É por isso que o corpo do missionário passou a congregiar as funções concernentes ao Estado e à Igreja ao mesmo tempo em localidades distanciadas dos centros. Ele passava a ser a única referência de autoridade metropolitana em muitas situações e do seu comando dependiam as ações efetuadas nessas regiões.

Seguindo a tradição espanhola, os jesuítas estavam concentrados nas cidades com sedes em Lima e Cidade do México. Devido a seu vigor intelectual e ação como educadores, eles substituíram os dominicanos na educação secundária dos mais abastados. As doações que recebiam eram destinadas à construção de igrejas suntuosas e emprego no desenvolvimento das propriedades que administravam e eram muito bem sucedidas, ao contrário das demais ordens que arrendavam ou entregavam a administração a leigos que não conseguiam mais do que se assemelhar a *haciendas* hispânicas. Sua organização e tino comercial fizeram a diferença.

Instalados em áreas centrais já no século XVI procuraram um campo de atuação entre os índios. Como as áreas estavam ocupadas e divididas entre ordens mais antigas, os jesuítas tiveram de deslocar-se para as margens e trabalhar obrigatoriamente com modestas populações de índios semi-sedentários ou não-sedentários; os dois principais campos de ação foram o extremo norte do México e o extremo sudeste da América do Sul espanhola, ou “Paraguay”. Vista às vezes por observadores distantes como alguma trama para criar um estado independente nas vastidões remotas, a localização periférica foi escolhida simplesmente porque ainda estava disponível. E embora não pudessem atuar exatamente como uma paróquia rural no Vale do México, as comunidades jesuítas foram organizadas segundo os mesmos princípios

---

<sup>195</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. O corpo colonial. In: [www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia\\_corpo\\_colonial.htm](http://www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm).



adotados por todas as ordens na periferia, como deixa claro seu nome de *reducciones*.<sup>196</sup>

Sabe-se que a Companhia de Jesus era uma ordem religiosa que gozava de bastante prestígio e que pelo fato de Igreja e Estado estarem unidos durante a Idade Moderna, a realização dos projetos estatais contava com o apoio eclesiástico. Como já foi dito, os missionários tinham como missão gerir os indígenas e devido à união entre Igreja e Estado os cargos de ambas as instituições muitas vezes fundiam-se num único servidor, ou seja, “*en Hispanoamérica, [...] el rey ejercía el Real Patronato y los virreyes eran también, ocasionalmente, arzobispos.*”<sup>197</sup>

Por isso, a presença missionária nas fronteiras durante os séculos XVII e XVIII fazia-se imprescindível, modificando-se a relação com a Metrópole de acordo com a importância que cada missão ocupava decorrente de sua posição geográfica e importância econômica.

De acordo com Charles Boxer a aliança entre a Cruz e a Coroa era uma prerrogativa guardada e mantida pela Igreja no Ultramar. Essa aliança frutífera também foi recentemente discutida no estudo de Eduardo Gusmão de Quadros no qual ele remonta a história da relação entre Igreja e Império desde os primórdios.<sup>198</sup> Contudo, durante o período colonial o poder da Igreja prevalecia ao poder do Estado, apesar de estarem unidos. Logo, a realização dos projetos estatais contava com o apoio eclesiástico. Na conquista da América, “*los misioneros se convirtieron en una verdadera corporación de gestores indígenas que servían por igual a la Iglesia y al Estado.*”<sup>199</sup> O rei exercia o Real Patronato e os vice-reis atuavam como arcebispos sendo escolhidos pelo rei. Ainda vigorava a idéia da santidade real, por isso seu poder era legitimado no Antigo Regime pela analogia com a divindade.<sup>200</sup>

Desta forma, durante os séculos XVII e XVIII, as missões foram uma constante nas fronteiras, instituição que atendia ambas as partes interessadas.

---

<sup>196</sup> SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 192-3.

<sup>197</sup> BOLTON, Herbert Eugene. La misión como institución de la frontera en el septentrion de Nueva España. p. 45.

<sup>198</sup> QUADROS, Eduardo Gusmão de. **Embaixadores de dois reinos: missionários e fronteiras na região amazônico-caribenha (1750-1801)**. Tese de doutoramento. Brasília: UNB, 2005.

<sup>199</sup> BOLTON, Herbert Eugene. La misión como institución de la frontera en el septentrion de Nueva España. p. 45.

<sup>200</sup> WEHLING, Arno. **Direito e justiça no Brasil colonial**. p. 30.

É óbvio que houve diferenças nas relações de acordo com o espaço que ocupavam e os interesses que defendiam, ou seja, as missões das áreas centrais eram mais bem atendidas como são exemplos as missões da América Central que recebiam auxílio militar, mesmo precário, e pecuniário. “En muy amplia medida las misiones eran mantenidas por la hacienda real”<sup>201</sup> e “dependían ampliamente de la posibilidad de vincular los fines políticos con los religiosos.”<sup>202</sup>

A preocupação voltava-se mais para as áreas centrais, pois certamente era ali que interessava investir e garantir que homens e terras estivessem assegurados e para efetuar esse trabalho inicial ninguém melhor que os religiosos já que eram polidos intelectualmente e agentes de civilização.

Percebe-se que investir nas missões era vantajoso para os interesses da Coroa, mas os investimentos materiais e defensivos não ocorriam com regularidade e quando acontecia era somente voltado para áreas centrais e de fronteira. Mas, por que as missões prosperaram? Mesmo estando sob controle régio, as missões tinham certa autonomia por uma série de questões como uma institucionalidade própria e o distanciamento dos centros. Além disso, o que mais importava para os religiosos era alcançar seus objetivos espirituais, mesmo que aliado a isso estivessem os empreendimentos comerciais. Portanto, era preciso agir em prol da propagação da fé católica e defender os territórios que ocupavam.

Na periferia, ao contrário, os constantes pedidos de ajuda das missões eram freqüentemente ignorados até que se constituísse uma ameaça de perda territorial. Era mediante essa circunstância que o dinheiro fluía e se enviavam missionários para conservar o território para a Coroa.

*Así se reconocía con nitidez el valor de los misioneros como agentes de la Corona en la frontera y así se utilizaban también, conscientemente, sus servicios. En primer lugar, eran los más hábiles y prácticos exploradores y agentes diplomáticos.*<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> BOLTON, Herbert Eugene. La misión como institución de la frontera en el septentrión de Nueva España. p. 47.

<sup>202</sup> Ibid. p. 49.

<sup>203</sup> Ibid. p. 50-1.

Dessa maneira, o Estado legitimava o trabalho missionário e lhe atribuía funções que inicialmente deveriam ser exercidas por ele, mas que devido à distância e à burocracia era mais cômodo dotar de poder, em certa medida, os agentes da colonização mais qualificados para tal propósito.

Samuel Fritz oferece dados sobre essa solicitação de recursos e mais missionários, pois desse atendimento dependia o sucesso da cristianização. Não era uma regra, mas algumas vezes as solicitações eram atendidas. Em 1692 Fritz foi pessoalmente a Audiência de Quito e depois de expor as necessidades que afligiam suas missões recebeu resposta favorável e a concessão de recursos para sua subsistência e ornamentação de suas igrejas. Sobre a solicitação de missionário fixo entre os Omágua temos: *“Enviaron en varias ocasiones embajadas al P. Lucero, pidiendo los enviase misionero conforme les habia prometido, dándole juntamente cuenta, como á amigo, de las guerras que tenian con sus enemigos.”*<sup>204</sup> Praticamente após cinco anos, Fritz foi surpreendido com a chegada de novos missionários para auxiliá-lo com a tarefa de catequizar os índios da região.

*Á 13 de junio llegué á mi residencia de San Joachim, donde no sucedió cosa notable hasta el mes de diciembre, en que tuve el consuelo llegasen á esa mi mision dos nuevos obreros recién venidos da Europa, ambos paisanos míos, del pueblo de Bohemia; estos fueron, el P. Wenceslao Breyer y el P. Francisco Vidra; el uno bajó por entonces á asistir en la reduccion de Guadalupe y el otro se quedó en mi compañía.*<sup>205</sup>

O padre Samuel Fritz chegou ao complexo de Maynás em 1686 após bastante tempo de solicitação por parte dos Omágua, de acordo com o Diário. Sua primeira incursão no espaço que se tornou sua Amazônia representada nos mapas que produziu foi um evento muito esperado e bastante festejado pelos Omágua.

<sup>204</sup> MARONI, Pablo. *Noticias auténticas del famoso río Marañón y misión apostólica de la Compañía de Jesús [...], escribías por los años de 1738 un misionero de la misma compañía.* p. 309.

<sup>205</sup> *Ibid.* p. 344.

*Habiendo, pues, tenido noticia aquellos bárbaros que habian llegado de Quito á La Laguna nuevos misioneros y que el uno de ellos se estaba previniendo para bajar á sus tierras, llevados de superior impulso, en treinta y más canoas subieron á encontrarle; lleváronlo muy alegres á su primer pueblo, y al llegar puerto, no contentos que subiese de la canoa por sus pies, le cargaron á porfia en sus brazos, y entre danzas e música de flautas, pífanos y otros instrumentos, fueron llevándolo á la posada que le tenían prevenida. Lo mismo hicieron en los demás pueblos situados en treinta y más islas, que fué corriendo el Padre cuanto antes, para darse á conocer y comunicarles las primeras noticias de la religion xtiana.<sup>206</sup>*

Havia muito, eles solicitavam um missionário para lhes proteger do avanço luso-brasileiro em seu território. Porém, ser aceito e iniciar seu trabalho religioso sem que fosse alvo de desconfianças dependeu de um acontecimento místico, inusitado: uma mensagem espiritual de uma anciã da aldeia que apareceu em sonho para seu filho. Podemos considerar contraditório agir com elementos sobrenaturais em benefício de seu propósito católico, pois o padre apropriou-se do universo indígena para conseguir introduzir elementos da fé católica entre os índios. Aqui já temos um exemplo da dissolução das culturas que se punham em contato. Vejamos o trecho do Diário:

*El hijo infiel, que la amaba tiernamente, no acertaba apartase del sepulcro, lamentando sin cesar su muerte, cuando, de improviso, una noche, estando despierto y lloroso, se le puso delante la madre muy alegre, vestida con una gala toda claridad, y le dijo estas palabras: <<Notienes, hijo, para qué llorar mi muerte, porque apenas espire, que mi alma, más resplandeciente que el sol, fué llevada á un pais sumamente ameno, donde veo cosas admirables que no acierto explicarte, y todo esto o debo al bautismo que recebi de manos del Padre, sin el cual me hubiera ido á los Infernos irremediabilmente.>>.<sup>207</sup>*

---

<sup>206</sup> MARONI, Pablo. *Noticias auténticas del famoso río Marañón y misión apostólica de la Compañía de Jesús [...], escribiélas por los años de 1738 un misionero de la misma compañía.* p. 309-10.

<sup>207</sup> *Ibid.* p. 311.

Assim, a resistência inicial foi dando lugar à progressiva catequese que não alcançou todos os objetivos almejados muito em razão da dificuldade posta pela tradição, pela obstinação em manter heranças culturais ou desconfiança do novo e pelas longas distâncias e problemas de locomoção. O alto número de aldeias dificultava o trabalho catequético ao mesmo tempo em que impunha ao padre um ritmo acelerado, mantendo-o sempre em movimento.

Samuel Fritz iniciou sua atuação entre os índios Omágua<sup>208</sup>, uma tribo bastante numerosa e belicosa que via na ação missionária uma eficaz forma de defesa ao avanço português na fronteira. Ele tinha a tarefa de missionar em todas as tribos da região e chegou a pacificar cerca de 28 povos. “Padre Samuel Fritz, sendo um religioso, assumiu também a função de um ‘chefe’, ou seja, para os índios, alguém que serve, ajuda e protege. Religião e política, afinal, não eram esferas separadas para os povos da bacia amazônica.”<sup>209</sup> Mesmo porque viver numa região isolada do seu centro de poder significava que era preciso tomar posições políticas mediante determinados fatos. Não era possível esperar uma resolução do Estado ou da Igreja para questões cotidianas e urgentes localmente. Essa fixação de um jesuíta ali nos confins da Amazônia pode ser interpretada como estratégica também, pois se vivia o período posterior à União Ibérica e, portanto, ainda vigorava a indefinição dos limites entre portugueses e espanhóis, mesmo estando sob o mesmo cetro real e apesar de manterem o mesmo objetivo, ou seja, conquistar a Amazônia, eram rivais, pois se colocavam em posições opostas.

A tradição intelectual e institucional do Ocidente realizou seu encontro no Novo Mundo com uma realidade bastante distinta da sua e nessa experiência o corpo do missionário foi revelado discursivamente. O missionário representava a materialidade da religião na Colônia onde a precariedade limitava sua ação ao mesmo tempo em que aguçava a criatividade com a qual realizava seus intentos. Sabemos que o padre Samuel Fritz construía com seus

---

<sup>208</sup> MARONI, Pablo. *Noticias auténticas del famoso río Marañón y misión apostólica de la Compañía de Jesús [...], escribidas por los años de 1738 un misionero de la misma compañía.* p. 309-10.

<sup>209</sup> PORRO *op cit* QUADROS, Eduardo Gusmão de. A fé e a fronteira na região amazônico-caribenha: Uma Análise a partir do *Diário de Padre Samuel Fritz*. *Revista Brasileira do Caribe*, vol. 4, n 8, jan/jun, 2004, UFG. p. 251.

índios igrejas e capelas nas missões e os objetos usados para as celebrações eram produzidos por ele mesmo.<sup>210</sup>

*... y yo hasta ahora por siete años no he tenido casi ayuda ninguna de Quito en herramienta y bujerías para ganar las voluntades destes bárbaros; menos, para la decencia y estimacion entre ellos, los requisitos para las iglesias, que fuera de un altar portátil con un ornamento hecho un andrajo, y una campana pequeña, no tengo nada; ni de la Hacienda Real de Quito se da á las misiones socorro alguno.*<sup>211</sup>

Todo o polimento intelectual e a tradição que Samuel Fritz personificava deparou-se com um contexto totalmente adverso. Naquelas terras distantes e isoladas ele tinha a oportunidade de colocar em prática o projeto de ocidentalização da Companhia de Jesus, transformando índios “bárbaros” em cristãos civilizados. Provavelmente, Fritz tinha consciência de que não seria fácil nem rápido seu trabalho e que precisava materializar a religião para se tornar inteligível. Aos poucos, ele foi tornando-se confiável, afinal estava ali em razão da solicitação dos Omágua, pois a atuação jesuítica era reconhecidamente eficaz frente aos abusos das tropas portuguesas que queria cativar esses índios. Sua chegada foi uma verdadeira festa e ali já se deparou com a diferença que teria de enfrentar: os Omágua eram uma população muito belicosa e populosa, eram “*hombres de mediana estatura, robustos y más prietos que los índios del monte; muy curiosos, parleros y altivos*”<sup>212</sup>, possuíam escravos, mas os tratavam como iguais; a natureza da região era muito exuberante, estavam rodeados por rios pelos quais navegavam para entrar em contato com outras tribos, fazer comércio, pesca e havia toda uma diversidade de pequenos insetos e animais causando doenças, a precariedade material era geral, muitas privações inclusive alimentares e as distâncias.

O modelo religioso vigente na Colônia era ou pretendia ser uma réplica do modelo metropolitano. Os colonos e religiosos transportados para a América

---

<sup>210</sup> MARONI, Pablo. *Noticias autenticas Del famoso rio Marañon (1738) seguidas de las relaciones de los P. P. A. de Zárate y J. Magnin (1735-1740)*. p. 368.

<sup>211</sup> Ibid. p. 330.

<sup>212</sup> Ibid. p. 305.

eram os responsáveis pela difusão dessa religiosidade. Porém, assim como nas demais esferas da vida social, a religião encontrou obstáculos para ser difundida da forma concebida inicialmente. Além da convivência com índios e negros, os colonos e religiosos deparavam-se com a precariedade material vivenciada na Colônia que impossibilitava, algumas vezes, colocar em prática os projetos idealizados. A religião era catalisadora social e tinha função de controle desse mesmo contingente. Mas, nos confins da Amazônia os fatos passavam-se de forma diferente. Havia ali um grande contingente indígena para ser “civilizado”. Samuel Fritz tentava construir uma réplica do modelo religioso que viveu na Europa, porém sua experiência era outra e impossibilitava essa realização nos moldes desejados. Com seu trabalho conseguiu amistar cerca de 28 povoados, doutrinando esses indígenas de forma precária devido à falta de companheiros com os quais dividisse sua responsabilidade. Tornou-se artífice e junto aos seus índios construía igrejas, ainda que a natureza destruísse aquelas paredes a cada enchente anual e lutava pela condição de livres para eles.

A ausência das instituições metropolitanas deu um caráter individual e solitário à empresa evangelizadora na América. Essa ausência era substituída pela corporeidade do missionário, constituindo-se em instituição. Essa perspectiva de precariedade e devoção missionária construiu um modelo de histórias santas. As hagiografias que continham o relato de toda a experiência política, cultural e descrições de viagens eram a representação de uma viagem espiritual.

A experiência de Samuel Fritz leva a essa leitura. Uma peregrinação num lugar remoto e alvo de ambições imperialistas onde existia um homem de Deus para defender todos e principalmente as terras de Sua Majestade. A edição feita pelo jesuíta Pablo Maroni evidencia a figura desse padre como santo e o que é mais interessante é que essa imagem aparece como uma leitura indígena.

A vida nas fronteiras era algo tão duro que as impressões idílicas foram abandonadas nos relatos e no caso do Diário essas impressões sequer aparecem, em seu lugar aparecia o trato com preocupações cotidianas como pacificação de índios nas proximidades, manutenção da vida, administração de

conflitos e que ao se tornarem intensos desviam a “descrição do discurso sobre a diferença étnica e se detém no que já é propriamente a cultura local tornando-se então inventário e diagnóstico da realidade política.”<sup>213</sup> Assim, , a última etapa do processo de encontro entre Europa e América, a compreensão deriva do entendimento do que ocorre e deve ser feito.

A região onde Samuel Fritz estava alocado era uma fronteira e por essa condição estava vulnerável a investidas de outros grupos. A experiência missional de Samuel Fritz denota bem o significado do corpo em regiões de fronteira. Um pedaço de matéria que pode abrigar toda a força e toda a fragilidade. O corpo do missionário ali na fronteira era o símbolo do Estado e da Igreja e na ausência de ambas as instituições era seu corpo que funcionava como instituição. O ato da oratória e da persuasão eram um importante instrumento para impor interesses e limites, pois era o corpo e a missão que delimitavam fisicamente os contornos jurisdicionais de cada Coroa.

No outro extremo de toda essa imponente vivida pelo corpo está sua fragilidade, a doença e a debilidade física. Essa foi uma verdadeira barreira com a qual Samuel Fritz lutou. A natureza amazônica foi implacável ao produzir no seu corpo ano após ano a debilidade que lhe abatia cada vez mais. Era uma luta diária e incessante, pois ele tinha consciência de que seu trabalho não poderia parar. Para livrar-se da doença pediu auxílio até a seus inimigos, os portugueses que o fizeram cativo por dois anos no Pará. Ao invés de enfraquecê-lo, esse fato deu-lhe mais importância entre seus índios. Nesses momentos, os fenômenos naturais eram atribuídos ao fato de Samuel Fritz estar encarcerado.

Em Maynás, a questão mais conflituosa foi o avanço fronteiriço luso-brasileiro que não só colocava em risco a possessão territorial, mas também e principalmente para Fritz seu domínio religioso na região. Tratava-se do processo expansionista das entradas e bandeiras que é bastante conhecido e assunto largamente tratado pela historiografia que exalta a figura do bandeirante ou paulista como o personagem mais apropriado para o aprisionamento dos indígenas. Frequentemente eles entravam em confronto com os religiosos que não concordavam com a escravização dos índios. A

---

<sup>213</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. O corpo colonial. In: [www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia\\_corpo\\_colonial.htm](http://www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm).



impossibilidade de frear definitivamente as incursões dos conquistadores colocava em xeque também a função do padre como protetor dos índios perante à escravidão e o desautorizava diante dos índios menos crentes. Dessa forma, era preciso não só converter, era preciso também defender. Essa era uma das prerrogativas estatais das missões como lembra Bolton, pois as missões funcionavam como instrumentos de defesa dos domínios reais e por isso era mais fácil conseguir apoio governamental quando as missões estavam alocadas nas fronteiras porque ali elas necessitavam de defesa e marcavam a territorialidade. Bolton ressalta também que os religiosos eram “*un mejor instrumento de protección para la provincia que toda una compañía de soldados.*”<sup>214</sup>

Isso advinha da diferença entre os projetos de colonização. O projeto dos missionários estava baseado na evangelização e na educação moral cristã diferentemente dos objetivos dos colonos e soldados. Além disso, ou justamente por isso, conseguiam resultados melhores, o que os tornou eficazes promotores da fronteira. E como cumprir essa função de defesa da fronteira senão pela instituição do corpo como instrumento dotado de significado perante toda a diversidade e a precariedade de um espaço fronteiro. Dentre as responsabilidades dos missionários, além de amansar os índios, estavam incumbidos de relatar suas experiências, apontar possíveis locais de exploração econômica e alertar sobre incursões estrangeiras. “*Los misioneros no sólo ayudaron a expandir, controlar y promover la frontera sino también, y más significativamente, ayudaron a civilizarla.*”<sup>215</sup>

*Como primera y prioritaria tarea, los misioneros extendían la fe. Además, intencionada o incidentalmente, exploraban las fronteras, promovían su ocupación, las defendían de los asentamientos internos, enseñaban el castellano a los indígenas y los disciplinaban según las buenas costumbres, según los rudimentos de la agricultura y las artesanías europeas e incluso por el autogobierno. [...] Por estas razones y por motivos religiosos genuinos, las misiones*

---

<sup>214</sup> BOLTON, Herbert Eugene. La misión como institución de la frontera en el septentrion de Nueva España. p. 50-1.

<sup>215</sup> Ibid, p. 52.

*recibieron el apoyo real. Constituyeron uno de los rasgos conspicuos del genio fronterizo de España.*<sup>216</sup>

Desta forma, podemos dizer que as missões atuaram como verdadeiras instituições de fronteira, elas estiveram onde o Estado não pôde ir e fizeram muito mais do que suas condições materiais permitiam-lhes porque os missionários acreditavam na causa que defendiam.

Outro dado interessante que podemos extrair dessa citação é o fato de que a Real Fazenda colocava os investimentos de presídios e missões no mesmo ramo, o da guerra, ou seja, o controle de defesa nas regiões de missão era tão importante quanto manter a ordem social.

Essa era uma das tarefas exercidas por Samuel Fritz. Durante o período que pregou e peregrinou ali, passou bastante tempo doente, chegando a quase morrer, porém sem esmorecer na fé e na missão. Por causa de tantos feitos, foi possível construir uma imagem de santo. Sua morte foi um espetáculo à parte e a transposição da última fronteira. Longe de estar despreparado para a morte devido a sua fé e ao seu estado de saúde, o padre ainda consolava seus seguidores.

*Dos días antes, esto es, el día 18 de marzo, dijo á un Padre que le acompañaba: "Non videbo diem nativitatis meae." (Es á saber que el día 9 de abril cumplía los setenta y uno de su edad). Ese mismo día, en que se pudo decir se dió á sí mismo el viático, habiendo hecho poco antes confesión general, despues de misa, estando junto todo el pueblo em la iglesia, como quien se despedia de sus amados hijos, con particulares muestras de ternura les dijo rogasen y pidiesen á Dios se cumpliese en él su santísima voluntad en cuanto á vivir ó morir, que no pedia la vida sino para cuidar de sus almas y mostrarles el camino de su salvación; y que, se muriese, rogasen á Dios por el descanso de su alma, pues les habia querido mucho.*<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> BOLTON, Herbert Eugene. La misión como institución de la frontera en el septentrion de Nueva España. p. 60.

<sup>217</sup> MARONI, Pablo. Noticias auténticas del famoso río Marañón y misión apostólica de la Compañía de Jesús [...], escribías por los años de 1738 un misionero de la misma compañía. p. 370.

De acordo com Maroni, ele previu ou pressentiu não chegar a comemorar seu aniversário e nem sequer rezar missa no dia do santo de devoção, São Joaquim em decorrência do seu estado físico e espiritual. “*Pero este no quiso sino que fuese á celebrar su fiesta en el cielo, pues amaneci6 muerto de un golpe, como se discurre, de apoplejía.*”<sup>218</sup> Ao se espalhar tal notícia, todo o povoado pôs-se a chorar como quando perdiam um parente querido e a disputar um lugar para constatar com seus próprios olhos o fato. Concorreram todos à casa do Padre, sem querer dia e noite apartar-se do cadáver até que se enterrou entre prantos e soluços/ suspiros contínuos, não se satisfazia de olhar e diziam que parecia vivo. Aqui e com estas palavras consolida-se a figura santa do padre Samuel Fritz.

*En la realidad, e habiéndolo puesto en el ataud con las vestiduras sacerdotales, el rostro, que antes era pálido y mortal, se puso muy colorado y hermoso, como cuando era vivo, conciliándose amor antes que horror. Así acabó sus días este santo varon, digno de vivir muchos siglos, siquiera hasta acabar de convertir á todos los infieles del Marañon.*<sup>219</sup>

Neste dia consagrou-se o apostolado de Samuel Fritz sem, contudo, finalizar sua missão que foi propagada através de seu exemplo pelos que conheceram sua luta e a continuaram.

Como vimos o corpo foi a instituição que se fez eficaz na colonização do Novo Mundo porque mediante a falta do aparelho do Estado e da dificuldade de toda ordem, ele era a materialização do próprio Estado e da Igreja, pois era o missionário que personificava essas instâncias de poder que foram transportadas para a América ainda que de forma inadequada. Mesmo sendo o corpo essa instituição que agregava valores e potencializava o homem de religião, ele não estava isento de sofrer debilidades e demonstrar insuficiências, tanto institucionais quanto físicas.

---

<sup>218</sup> MARONI, Pablo. *Noticias auténticas del famoso río Marañon y misión apostólica de la Compañía de Jesús [...], escribías por los años de 1738 un misionero de la misma compañía.* p. 370.

<sup>219</sup> Ibid.

Pelos dados oferecidos no Diário, na região de Maynás as coisas passavam-se de forma muito difícil. A precariedade material era uma realidade e a comunicação era muito complicada, demoravam-se meses para obter uma resposta ou auxílio de qualquer aspecto, o que acabava por tornar mais viável uma solução alheia ao controle superior, fosse da Ordem ou do Estado. Essas soluções eram necessárias devido ao fato dos constantes pedidos de ajuda serem freqüentemente ignorados até que se constituísse uma ameaça real de perda de territórios, nesse contexto a área passava a ser atendida com envio de dinheiro e missionários para conservar o território para a Coroa, contudo isso não foi uma regra, muitas missões passaram anos sem que pudessem contar com novos missionários para o serviço religioso.

Para Fritz, “[...] Aquela região, o ‘Maranhão’ como lhe chamavam os de língua castelhana, era isolada o bastante para proteger as nações que ali viviam.”<sup>220</sup> Triste engano: os portugueses estavam aproximando-se cada vez mais. Quando da ocasião de retorno do padre Samuel Fritz da clausura no Pará, sua escolta luso-brasileira que estava imbuída de recolocá-lo em sua missão tinha em mente outro projeto: tomar posse de suas terras. Após cerca de dois meses de preparativos, o padre foi acompanhado por uma escolta conduzida pelo cabo Antonio Miranda a 8 de julho de 1691. Durante o percurso o padre fez algumas paradas em aldeias e as notícias que foram proliferadas sobre sua volta causaram grande alvoroço, pois os boatos indicavam que os portugueses estavam chegando.

A 20 de Outubro, estando a tropa a sair para baixo, o cabo manifestou-me como o motivo de querer passar aos Omaguas havia sido para tomar posse daquellas terras, segundo ordem tacita que trazia de seu governador; e que desde logo me intimava que me retirasse daquellas provincias por pertencerem á corôa de Portugal.<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> QUADROS, Eduardo Gusmão de. **A fé e a fronteira na região amazônico-caribenha: Uma Análise a partir do Diário de Padre Samuel Fritz.** Revista Brasileira do Caribe, vol. 4, n 8, jan/ jun, 2004, UFG. p. 250.

<sup>221</sup> GARCIA, Rodolfo. **O Diário do padre Samuel Fritz.** p. 393.

A fronteira era a própria missão e seus aldeados organizados mediante o comando daquele que deveria trazer a paz espiritual aos índios, mas que não poderia fazê-lo sem antes combater num confronto belicoso seus inimigos. Para alguns isso pode significar uma contradição do ministério religioso, porém quando lembramos que a cruz e a espada estavam lado a lado no Novo Mundo, essas ações passam a ter sentido. Na falta de instituições ou com sua presença precária, o corpo do missionário e do índio figuravam como a única instituição realmente eficaz, ao mesmo tempo em que talvez fosse a mais fácil de combater: uma bala podia acabar com a resistência.

Nesse contexto a importância do corpo e sua colocação como um limite institucional é indiscutível haja vista que o corpo do missionário desempenhava uma função de defesa das possessões territoriais e espirituais nas colônias do Novo Mundo. O exemplo do padre jesuíta Samuel Fritz atuando nas missões de Maynás na Amazônia do século XVII com o objetivo de realizar o ideal religioso de transformar a sociedade demonstra muito bem a radicalidade vivida nas fronteiras, onde apesar do corpo representar uma fortaleza, a fronteira, ele sofria as debilidades físicas próprias da fragilidade humana em contato com ambientes e agentes diferentes. Pensando o corpo como uma metáfora, Fritz representava nessa batalha a cabeça que comandava o grande contingente indígena correspondendo aos membros a seu dispor e a natureza figurava aí como o tronco, uma paisagem ativa e defensiva.

## CONCLUSÃO

As discussões e os discursos sobre a Amazônia são abundantes e muito importantes na atualidade em razão da problemática ambiental que se coloca em pauta requerendo uma reflexão e a responsabilidade de todos. Com esse estudo, pudemos lembrar ou tomar conhecimento de questões relacionadas à Amazônia desde um tempo bastante longínquo, mas que, em certa medida, continuam atuais. Os índios e a natureza nunca hão de deixar a agenda de discussões e preocupações contemporâneas da mesma forma como eram objeto de interesse durante os séculos que estudamos.

Assim, tomamos alguns pontos como objeto de reflexão nesse estudo, tais como a vocação comercial e o intercâmbio cultural indígenas que eram fundamentos dos povos amazônicos, em especial, àqueles que o padre Samuel Fritz atendeu. Por isso sua inserção num contexto atlântico tanto de comércio quanto de trocas culturais mais abstratas foram possíveis, mas não sem conflitos, pois, ao contrário do que se quis pensar durante algum tempo, os índios não eram criaturas passivas e bobas, mas sim indivíduos que possuíam uma estrutura social muito bem montada e vivenciada sob a qual o indivíduo estava submetido e totalmente afinado.

De uma relação igualitária entre europeus e índios como era a comercial passaram a ser objeto de exploração. A convivência e a exploração que se desencadearam do encontro com o europeu foram experiências muito duras para os povos indígenas e seus “tutores”, os padres. Eles podem ser considerados figuras ambíguas por estarem na fronteira entre os interesses do Estado que representavam, a Igreja e os índios que protegiam ou manipulavam e por terem a pretensão de formar um Estado independente regido pela habilidade e pelo conhecimento intelectual e prático da realidade na qual estavam inseridos. Ambíguos e fascinantes na medida em que davam literalmente seu sangue pela causa que acreditavam e por seus protegidos, aí já passando a uma relação de pertença.

O desejo de autonomia ou independência pura dos missionários pode ser entendido como resposta à precária assistência que recebiam das

instituições metropolitanas, tendo que cotidianamente improvisar soluções para a resolução de conflitos.

Tudo isso ocorria num espaço ao mesmo tempo em que acaba gerando-o. Essa foi nossa problemática central pela qual tivemos a oportunidade de conhecer as práticas espaciais desses agentes – indígenas, religiosos, sertanistas e mestiços – que construíram uma Amazônia própria a partir de suas incursões e explorações ainda num momento onde essa empreitada era algo que chegava a ser heróico ou um encontro com a própria morte devido ao fato da natureza amazônica não ser passiva, ela mesma também se redefinía, impondo-se e exigindo de seus exploradores astúcia, sabedoria e experiência.

Modificar o espaço dependia exclusivamente de traçar uma estratégia e impor um corpo vigoroso, este representado pelo corpo indígena que, em muitas medidas, era manipulado pelos outros agentes do processo, obviamente quando havia uma relação de confiança ou submissão. Esse corpo operava as trajetórias que implicavam em transformações espaciais e com a conseqüente descoberta de novos lugares e potencialidades, esses espaços tornavam-se alvo de especulações e cobiça. O índio nesse contexto estava numa posição conflituosa porque ao mesmo tempo em que estava sob a tutela dos padres, não deixavam suas atividades com outros agentes colonizadores, mas agiam também em defesa do território quando percebiam os malefícios de algumas investidas.

A experiência do padre Samuel Fritz junto aos seus índios foi muito vívida como não poderia deixar de ser pela circunstância de habitar uma fronteira e atender índios inseridos em redes comerciais e de contrabando. Foi essa condição de fronteira que possibilitou uma solução que podemos descrever como poética hoje – defender seus ideais e suas conquistas materiais e espirituais com o próprio corpo, reabilitar sua tradição guerreira e compor um verdadeiro exército, uma muralha no sertão composta por corpos indígenas liderados pela inteligência jesuíta. Porém nem sempre a realidade permite um final feliz para a poesia da vida e assim os indígenas após resistirem muito e perderem seu padre agiram com outras armas, tais como a fuga e a rendição, pois eram suas únicas alternativas no momento.

Podemos concluir de forma geral que o assunto abordado aqui continua atual sob novas perspectivas e de uma maneira distinta posto que agora as

deliberações evoluíram e são objeto de discussões amplas e que envolvem diversos interesses e chefes de Estados.

Considerando propriamente a fonte, o Diário do padre Samuel Fritz, podemos reafirmar sua importância para os estudos sobre as comunidades indígenas na Amazônia e suas relações durante o período. É notório que toda a movimentação espacial promovida pelos ameríndios, religiosos, colonos, sertanistas e bandeirantes repercutiram na realidade física da região imprimindo-lhe uma nova lógica que culminou na dissolução da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas e nas discussões para a assinatura do Tratado de Madri, o que corresponde aproximadamente aos contornos atuais do Brasil. Um outro fator de extrema importância no Diário são os seus silêncios. Não podemos afirmar que a omissão de dados e fatos tenha sido um ato deliberado de Fritz nem assegurar que isso foi fruto proposital do trabalho dos seus tradutores que eram jesuítas também. As diferenças entre o manuscrito e uma cópia posterior já haviam sido percebidas e consta na versão produzida por Rodolfo Garcia.<sup>222</sup> A única afirmação quanto a isso é que é um fato principalmente no que se refere aos conflitos bélicos dos quais o padre e seus índios participaram. Outro silêncio que chega a ser gritante ocorre em relação à resistência entre as culturas representadas, de um lado, pelo padre europeu e, do outro, pelos índios amazônicos para se ajustarem na convivência cotidiana e posterior imposição de pontos de vista.

A principal preocupação denotada no Diário é a disputa espacial entre os habitantes do território de Maynás e os portugueses por isso o saber bélico era tão importante quanto indispensável naquele contexto, pois apesar de não ser nem a primeira nem a única solução, era a mais plausível e eficaz em determinadas situações. São constantes no relato do padre as referências a esse movimento de conquista e às conseqüências do mesmo.

Em contraposição aos silêncios, é relevante destacar o esforço dos jesuítas Pablo Maroni e Rodolfo Garcia em não permitir que a fonte caísse em esquecimento, e em especial a leitura hagiográfica dada por Maroni à experiência de Samuel Fritz. Não podemos desconsiderar também que o ambiente de periferia e fronteira possibilita a eclosão de respostas à dureza da

---

<sup>222</sup> GARCIA, Rodolfo. **O Diário do padre Samuel Fritz**. p. 372.



realidade de uma forma muito peculiar e espiritual. Ao longo da História diversas foram as manifestações místicas e messiânicas que povos oprimidos propuseram. Nas áreas periféricas da América Espanhola ocorria um fenômeno interessante: a “produção” de santos. É possível observar esse fenômeno na Amazônia visualizando a atuação do padre Samuel Fritz. Ele estava alocado em uma região de fronteira, o que poderia conferir maior eficiência às pregações devido ao contexto social no qual estava inserido e porque sua peregrinação servia como exemplo de fé a ser seguido.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Diccionario de Filosofia**. Fondo de Cultura Econômica. México - Buenos Aires, 1963.
- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 5. ed. [s.c.]: Sociedade Capistrano de Abreu: Livraria Briguet, 1969.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2002.
- AIRÈS, Philippe, DUBY, Georges. **História da Vida Privada I**. Do Império Romano ao Ano Mil. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise : The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond 1540-1750*. Stanford, California: Stanford University Press, 1996.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O aprendizado da colonização. In: **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AMODIO, Emanuele. “La antropologia salvaje. Conocimiento del otro americano y control imperial en la España Moderna”. In: **Debate y perspectivas**. Cuadernos de Historia y Ciencias Sociales, n. 2, sept. 2002. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, p. 191-218.
- AQUINO, Rubin Santos Leão de, JESUS, Nivaldo Freitas de Lemos e OSCAR, Guilherme Pahl Campos Lopes. **História das sociedades americanas**. 8 ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.
- BEBIANO, Rui. **A pena de Marte**: escrita da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI – XVIII). Coimbra: Edições Minerva. 2000. Coleção Minerva-História.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Fronteira amazônica**. Questões sobre a gestão do território. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1990.
- BENNASSAR, Bartolome. **La América española y la América portuguesa, siglos XVI-XVIII**. 2. ed. Madrid: Ediciones Akal, 1987.
- FREIRE, J. R. Bessa. “Da fala boa ao Português na Amazônia Brasileira”. **Ameríndia**, Paris, v. 8, p. 39-83, 1983.

- BICALHO, Maria Fernanda Baptista (2001) "As câmaras ultramarinas e o governo do Império". In: **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Fragoso, Bicalho e Gouveia (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p. 191-221.
- BLACK, Jeremy. **Mapas e História**. Construindo imagens do passado. São Paulo: Edusc, 2005.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- BONANATE, Luigi. **A guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O Império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BURKE, Peter \_\_\_\_\_. História do corpo. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A fabricação do rei**. São Paulo: Jorge Zahar, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa (1750 – 1822). In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- \_\_\_\_\_. O trabalho na Colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CASTRO, Edna. Terras de preto entre igarapés e rios. In: [http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT08/edna\\_castro.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT08/edna_castro.pdf).
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

- CESÁREO, Mario. **Cruzados, mártires e beatos. Emplazamientos del cuerpo colonial.** Purdue Research Foundation/USA. 1995.
- \_\_\_\_\_. “Menu y emplazamientos de la corporalidad barroca”, In: M.Moraña, **Relecturas del Barroco de Indias. Hanover, Ediciones del Norte.** 1994.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural.** Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência.** Pesquisas de antropologia política. Editora Cosac e Naify, 2004.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo.** A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- DE LA FLOR, Fernando R. **La península metafísica.** Arte, literatura y pensamiento en la España de la Contrarreforma. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1999.
- DEL PRIORE, Mary. Imagens da Terra fêmea. VAINFAS, Ronaldo. **América em tempo de conquista.** São Paulo: Jorge Zahar, 1992.
- DELEUZE, Gilles, GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento.** v. 1. imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1983.
- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica.** São Paulo: EDUSC, 2002.
- DOSSE, François. **A História.** São Paulo: EDUSC, 2003.
- DRAY, William. **Filosofia da História.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- DUBY, Georges, PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente.** 476 ed. Edições Aprofundamentos: Coleção História das Mulheres, 1990, v. 2.
- \_\_\_\_\_. **Idade Média, Idade dos Homens.** Do amor e outros ensaios. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte.** Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O processo civilizador.** Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, 1994.

ESPÍNOLA, Rodolfo. **Vicente Pinzón e a descoberta do Brasil**. Rio de Janeiro: Coelce, Topbooks, 2001.

FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru, São Paulo: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

FAULHABER, Priscila. **O lago dos espelhos**. Etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas / Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1998.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. **Debate y Perspectivas**. n. 2, sept.. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2000.

FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Coleção Pedro Teixeira, SPVEA, Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: MEC, s/d.

FIGUEROA, Luis Millones. **La intelligentsia jesuita y la naturaleza Del Nuevo Mundo en el siglo XVII**. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana-Vervuert, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2001.

\_\_\_\_\_. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Fr. André Prat. **Notas históricas sobre as missões carmelitas no extremo norte do Brasil**. Séculos XVII e XVIII. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense, 2003.

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVEIA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, José Bessa. Da "fala boa" ao português na Amazônia brasileira. **AMERINDIA**. n.º 8, 1983.

MARONI, Pablo. **Noticias autenticas Del famoso rio Marañon (1738) seguidas de las relaciones de los P. P. A. de Zárate y J. Magnin (1735-**

- 1740**). Iquitos (Perú): Instituto de Estudios de la Amazonía Peruana; Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía, 1988.
- GADELHA, Regina M. A. F. “Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil”. In: **Revista Estudos Avançados**, Instituto de Estudos Avançados, USP. São Paulo, v. 16, n. 45, maio/agosto, p. 63-80, 2002.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARCIA, Rodolfo. **O Diário do padre Samuel Fritz**. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, 1917.
- GIL, José. **Metamorfoses do corpo**. Lisboa: Relógio D’Água, 1997.
- GIRALDO, Manuel Lucena. **Laboratório Tropical**. Caracas, Monte Ávila Ed. Latinoamericana/CSIC, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Debate y Perspectivas**. n. 2, sept.. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2000.
- GLEZER, Raquel, “Os formadores da nação e as populações marginais”. In: Anais do XX Simpósio da Anpuh, História: fronteiras. E. Nodari, J. M. Pedro, Z. M. G. Iokoi (org.). São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, Anpuh, vol. 1, 1999, p. 389-398.
- GOES FILHO, Synésio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas : aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia**. Rio de Janeiro, 2000.
- GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HEERS, Jacques. **História Medieval**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- HEMMING, John. Os índios e a fronteira no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP / Brasília: FUNAG, 1999. v. 2.

HESPANHA, Antonio Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, em Fragoso, Bicalho e Gouveia (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p. 163-188.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Tomo 1.

\_\_\_\_\_. **História Geral da Civilização Brasileira**. Administração, economia, sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Tomo 2.

\_\_\_\_\_. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

[http://www.ecoturismobrasil.com.br/internacionalizacao\\_da\\_amazonia.htm](http://www.ecoturismobrasil.com.br/internacionalizacao_da_amazonia.htm).

[http://www.unb.br/brasilemquestao/2002/noticias\\_amazon.html](http://www.unb.br/brasilemquestao/2002/noticias_amazon.html).

KANTOROWICZ, Ernest. **Os dois corpos do rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil**. Províncias do Norte. São Paulo: Martins, Ed. Da Universidade de São Paulo. 1972.

KNAUSS, Paulo (org.). **Oeste Americano**. Quatro ensaios da História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: Ed. UFF, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp. 4. ed. 1996. p. 423-483.

LEDEZMA, Domingo, FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuítas y el conocimiento de la naturaleza americana. In: \_\_\_\_\_. **Historias Naturales y el saber de los jesuítas**. Iberoamerica, 2005.

LEONARDI, Víctor. **Os historiadores e os rios**. Brasília: UNB, 1999.

LEVAGGI, Abelardo. **Diplomacia hispano-indígena en las fronteras de América**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

LINHARES, Maria Yedda. (org.) **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LONDOÑO, Fernando Torres. **Escrevendo Cartas**. Jesuítas, Escrita e Missão no século XVI. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH: Humanitas Publicações, v. 22, n. 43, 2002.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

LOPES, Luiz Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1986.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1999. (Repensando a História)

MACHADO, Heloísa Guaracy. Tradição, tradicionalismo e atualidade na perspectiva da longa duração histórica. **Cadernos de História**. Belo Horizonte. V. 7, n 8, 2 semestre. 2005. Ed. Puc Minas.

MARONI, Pablo. **Noticias auténticas del famoso río Marañón y misión apostólica de la Compañía de Jesús [...], escribías por los años de 1738 un misionero de la misma compañía**. Iquitos (Perú): Instituto de Estudios de la Amazonía Peruana; Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía, 1988. Série Monumenta Amazônica.

MARQUES, Adhemar Martins, BERUTTI, Flávio Costa, FARIA, Ricardo de Moura. **História Moderna através de textos**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Textos e Documentos; 3)

MATEOS, Francisco. "Avances Portugueses y Misiones Españolas en América del Sur". **Missionalia Hispánica**, ano V, n. 15, p. 459-504. Madrid, 1948.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia**. A ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MELLATTI, Julio Cezar. "Índios da América do Sul. Áreas Etnográficas", In  
Página do Mellatti,  
<http://www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885/index.html>.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**. O imaginário da restauração pernambucana. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.



MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972;  
GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)**. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: MEC, 1975.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

NEVES, Lucília de Almeida. *Memória e História: Substratos da Identidade*. **Simpósio Nacional da ANPUH**. História: Fronteiras. ANPUH, São Paulo, Humanitas, 1999. p. 1061-1070.

NOVAES, Adauto (org.) **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. (1777-1808)**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **História da Vida Privada**. V. 1. Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Ana Lúcia de. **Por quem os signos dobram**. Uma abordagem das letras jesuíticas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes. 6. ed. 2005.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. São Paulo: Pontes. 2. ed. 2005.

PINSK, Jaime (org.) **História da América através de textos**. Textos e documentos. V. 4.

POMBO, José Francisco da Rocha. **Os Holandeses no Brasil**. Mitos e Verdades. Curitiba: Editora Vila do Príncipe, 2003.

POMER, Leon. **O surgimento das nações**. 7. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994.

PORRO, Antonio. “História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII”. En *História dos índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha (org.). São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992, p. 175-196.

\_\_\_\_\_. **O povo das águas**. Ensaios de Etno-História Amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PORTO, Maria Emília Monteiro. O corpo colonial. In: [www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia\\_corpo\\_colonial.htm](http://www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm).

\_\_\_\_\_. Fronteiras urbanas e representação: espaço e violência em Felipe Camarão e Bom Pastor. In: Gilvan Ventura da Silva; Anselmo Laghi Laranja; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). **Exclusão social, violência e identidade**. 1 ed. Vitória: Flor&Cultura, 2004, v. , p. 184-194.

\_\_\_\_\_. **Jesuítas na capitania do Rio Grande** - séculos XVI-XVIII. Arcaicos e Modernos. 2000, Tese (Doutorado em História), Universidad de Salamanca, Salamanca.

\_\_\_\_\_. **Visões da fronteira tropical**. Pós-doutorado, Salamanca, 2006.

\_\_\_\_\_. A configuração da identidade regional no Rio Grande do Norte. In: BAUCHWITZ, Oscar Federico. **Café Filosófico**. (Org.). Café Filosófico. Natal, Argos Editora, 2001, p. 113-130.

\_\_\_\_\_. *O discurso do missionário*. Jesuítas e Ocidentalização na capitania do Rio Grande (1597 – 1759). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: O Instituto. Jul/set. 1998.

\_\_\_\_\_. **Fronteira, jesuítas e missões**. In: [www.cafefilosofico.ufrn.com.br](http://www.cafefilosofico.ufrn.com.br). 2003?

PRATT, Marie Louise. “Apocalipsis en los Andes: zonas de contacto y lucha por el poder interpretativo”. New York: Centro Cultural do BID. Série Encuentros, 1996, n. 15.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **O mercantilismo e a América**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, 2002.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. **Embaixadores de dois reinos: missionários e fronteiras na região amazônico-caribenha (1750-1801)**. Tese de doutoramento. Brasília: UNB, 2005.

\_\_\_\_\_. **A fé e a fronteira na região amazônico-caribenha**: Uma Análise a partir do *Diário de Padre Samuel Fritz*. Revista Brasileira do Caribe, vol. 4, n 8, jan/ jun, 2004, UFG.

- QUEIROZ, Jonas Marçal de., COELHO, Mauro Cezar. **Amazônia.** Modernização e Conflito (Séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/ NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil.** De Varnhagen a FHC. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia.** Da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia.** Da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.
- RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil.** 1ª parte – Historiografia colonial. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1979.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Prefácio”. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* org. Fragozo, Bicalho e Gouvêa. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- SÁNCHEZ, Carlos J. Hernando. **Las Índias en la monarquía católica.** Imágenes e ideas políticas. Valladolid, 1996.
- SCHMITT, J. C. (1995) “A moral dos gestos”, In: SANT’ANNA, Denise B. de (org.). **Políticas do Corpo.** São Paulo, Estação Liberdade, p.141-157.
- SCHWARTZ, Stuart B., LOCKART, James. **A América Latina na época colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SEED, Patrícia. **Rituais de posse.** São Paulo: UNESP, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento.** São Paulo: Atual, 1994.
- SILVA, Janice Theodoro da. **Descobrimientos e Colonização.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. O barroco como conceito. In: SCHUMM, Petra. **Barrocos y Modernos.** Nuevos caminos en la investigación del Barroco Iberoamericano. [s.l.] Vervent, 1998.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **“Nas Solidões Vastas e Assustadoras” – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII.** Tese (Doutorado em História). UFPe, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Miserável Soldo e a boa ordem da sociedade colonial.** Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil.** São Paulo: Verbo, 1994.

SILVA, Úrsula Andréa de Araújo. **“TEATRO DAS CRUELDADES”.** Uma narrativa da guerra brasílica. Monografia. UFRN, 2005.

SOLANO, Francisco, BARNABEU, Salvador (coords.). **Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera.** Madrid: CSIC, 1991.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** Feitiçaria e Religiosidade no Brasil Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. Fronteiras provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando (dir.). **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Agir. 2001.

SOUZA, Maria das Graças de. **Ilustração e História.** O pensamento sobre a História no Iluminismo francês. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

TODOROV, Tvetzan. **A conquista da América.** A questão do outro.

TOYNBEE, Arnold. **Guerra e civilização.** Lisboa: Editorial Presença, 1963. Coleção Perspectivas.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário de Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 523-6.

\_\_\_\_\_. **Trópico dos Pecados.** Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VALLADARES, Rafael (2000) “Brasil: de la unión de coronas a la crisis de Sacramento”, en: *Acuarela de Brasil, 500 años después. Seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña*. Salamanca: Ediciones Univerisidad de Salamanca, p. 24-36.

VANGELISTA, Chiara. “Confines políticos y relaciones interétnicas. Notas sobre la formación territorial de Brasil, entre colonia e imperio”. In: *Reflexiones en torno a 500 años de historia de Brasil*, Elda González, Alfredo Moreno, Rosario Sevilla (edit.). Madrid, Catriel, D. L., 2001, p. 115-136.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História das lutas com os holandeses no Brasil**. Desde 1624 até 1654. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

VEYNE, Paul. A História Conceitual. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). **História**. Novos Problemas. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995.

\_\_\_\_\_. **Como se escreve a História; Foucault revoluciona a História**. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

WEBER, Eugen. **França fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

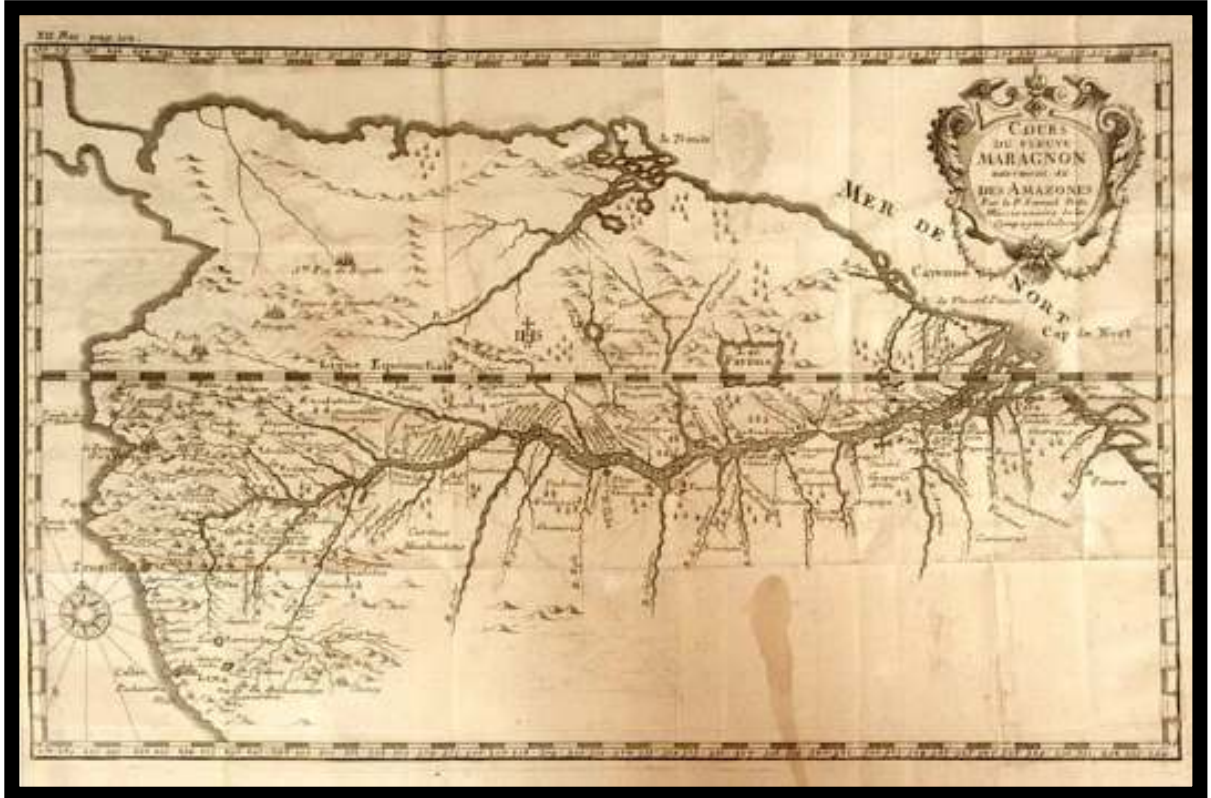
WEHLING, Arno. “A propósito do “encontro de culturas”: princípios e fundamentos jurídicos em confronto na América quinhentista”, Lisboa, **Actas do IV Congresso das Academias da História Ibero-americanas**. 1986, p. 81-94.

\_\_\_\_\_. **Direito e justiça no Brasil colonial: o tribunal da relação do Rio de Janeiro (1751 – 1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

\_\_\_\_\_, WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

\_\_\_\_\_. O pensamento jesuítico no Brasil colonial. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 410, jan/mar. 2001.

ANEXO A



## ANEXO A